UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

GEOMARA PEREIRA MORENO NASCIMENTO

REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FÔJO, ITACARÉ BA: IDENTIDADE ÉTNICA E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA

ILHÉUS -BAHIA
2020

GEOMARA PEREIRA MORENO NASCIMENTO

REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FÔJO, ITACARÉ BA:
IDENTIDADE ÉTNICA E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Memorial apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais//PPGER, área de concentração em Relações Étnico-Raciais, Interculturalidades e Processos de Ensino – Aprendizagem, com a orientação do Prof. Dr. Milton Ferreira da Silva Júnior.

ILHÉUS – BAHIA
2020

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PPGER MESTRADO PROFISSIONAL

Folha de Assinaturas

Defesa de Memorial, com Produto Final, do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER, de Geomara Pereira Moreno Nascimento, intitulado "Remanescentes do Quilombo do Fôjo, Itacaré Ba: identidade étnica e acesso às políticas públicas de inclusão produtiva ", orientado pela Prof. Dr Milton Ferreira da Silva Júnior, apresentado à Banca Examinadora, em 16 de dezembro de 2020:

Prof.ª Dra. Lilian Reichert Coelho
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Examinadora externa

Prof.ª Dra. Celia Regina da Silva
Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB)
Examinadora interna

Prof. Dr Milton Ferreira da Silva Júnior
Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB)
Orientador

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

N244r Nascimento, Geomara Pereira Moreno, 1979-

Remanescentes do Quilombo do Fôjo, Itacaré-Ba : identidade étnica e o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva / Geomara Pereira Moreno Nascimento. – Itabuna: UFSB, 2021. -
200f.

Memorial (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2021.
Orientador: Dr. Milton Ferreira da Silva Júnior.

1. Quilombolas – Identidade étnica – Itacaré (BA). 2. Política pública. 3. Integração social. 4. Comunidade Quilombola do Fôjo – Itacaré (BA). I. Título.

CDD – 307.7

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922

DEDICATÓRIA

A minha mãe Vera Lúcia,

que em meio a tantas dificuldades me

ensinou a importância de nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me sustentado durante esta caminhada, me ensinando a ser paciente. A minha família, que me apoiou e ajudou neste percurso, em que muitas vezes me senti desolada, e por compreender a minha ausência durante este processo.

Aos meus amigos Tereza Sá, Telma Sá e Wadson Souza, que me acompanharam, incentivaram, motivaram e oraram por mim durante a construção deste trabalho.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Milton Ferreira, pelo apoio na construção do texto, e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – PPGER. E em especial a Profa. Lilian Reichert, pelo carinho, preocupação e a atenção que dispensou a mim, nos momentos que mais precisei.

E ao Fôjo, que me acolheu com tanto carinho e afeto para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho investigou a relação entre Identidade Étnica e o acesso às Políticas Públicas de Inclusão Produtiva Recente pelos/as remanescentes do Quilombo do Fôjo, nas suas práticas laborais cotidianas em Itacaré/BA. Traçou o perfil social, econômico e cultural da identidade étnica dos/as remanescentes do Quilombo do Fôjo, investigou as mudanças ocorridas na constituição e permanência identitária inerentes às restrições ou facilidades ao acesso às políticas públicas e a questões da manutenção da sua história por meio de uma EEQ, conforme está preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que define que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade. Só a partir da coleta dos dados, foi possível perceber como os/as remanescentes, nas práticas de uso pretéritos e atuais dos seus recursos naturais, costumes e tradições, incorporam identitariamente e buscaram acesso às recentes políticas públicas de inclusão social e produtiva na Bahia. O trabalho fundamentou-se teoricamente nas obras de, Henri Acselrad, Nascimento, Munanga e Ratts, que conceituam remanescentes de quilombos, também entendidos como camponeses, entre outras autodenominações, nos aspectos de identidade étnica e conflitos diversos, dentre os quais os socioambientais. No arcabouço sócio político jurídico relativo às Políticas Públicas, além da Constituição Federal de 1988, diversos pareceres internos do INCRA e o Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola do Fôjo, (INCRA, 2015). A metodologia utilizada na coleta dos dados foi a pesquisa documental e qualitativa, realizada com inserção da pesquisadora ao campo de pesquisa e também por via remota, dadas as condições da Pandemia COVID 19. Os/As participantes da pesquisa foram prioritariamente os 05 (cinco) moradores mais antigos e as (06) lideranças da comunidade. Esta pesquisa tem como resultado dois produtos finais, as cartilhas intituladas: “FÔJO, SUA HISTÓRIA ESTÁ AQUI!” e “ASSOCIAÇÃO: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA”, que foram elaborados na perspectiva de auxiliar a comunidade a conhecerem a sua história, e também, contribuir com a Associação por meio de orientações sobre o processo de regularização das pendências documentais.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola; Identidade; Educação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This thesis investigated the relationship between Ethnic Identity and access to Contemporary Public Policies of Productive Inclusion by the remaining Quilombo do Fôjo, in their daily work practices in Itacaré / BA. It outlined the social, economic and cultural profile of the Ethnic Identity of the remaining Quilombo do Fôjo, investigated the changes that occurred in the constitution and identity permanence inherent to the restrictions or facilities to access Public Policies and issues related to the maintenance of their history through an EEQ, as recommended in the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education, which defines that Quilombola School Education requires its own pedagogy, respecting the ethnic-racial and cultural specificity of each community. Only after collecting the data, it was possible to see how the remainders, in past and current use practices of their natural resources, customs and traditions, incorporate their identity and sought access to the contemporary Public Policies of social and productive inclusion in Bahia. The research was theoretically based on the works of, Henri Acselrad, Nascimento, Munanga and Ratts, who conceptualize quilombo remnants, also understood as peasants, among other self-denominations, in aspects Ethnic Identity and diverse conflicts, including socio-environmental ones. In the socio-political legal framework related to Public Policies, in addition to the Federal Constitution of 1988, several internal opinions of INCRA and the Anthropological Report of the Quilombola do Fôjo Community (INCRA, 2015). The methodology used to collect the data was documentary and qualitative research, carried out with insertion of the researcher into the research field and also by remote route, given the conditions of the Pandemia COVID-19. The participants were primarily the 05 (five) oldest residents and the (06) community leaders. This research results in two final products, the booklets entitled: “FÔJO, YOUR HISTORY IS HERE!” and "ASSOCIATION: INSTRUMENT OF RESISTANCE", which were designed with the perspective of helping the community to know its history, and also contributing to the Association through guidance on the process of regularizing documentary pending issues.

Keywords: Quilombola Community; Identity; Education; Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem de Anastácia com mordaças.

Figura 2 – Imagem do Convite do IV Seminário Processual.

Figura 3 - Imagem do Banner de divulgação da Roda de Conversa

Figura 4 –Imagem da Ata do Seminário Processual.

Figura 5 - Imagem da Placas de identificação usadas no seminário, feitas por Wadson e Geomara.

Figura 6 – Imagem do Material de divulgação do Círculo Cultural.

Figura 7 – Abertura do Curso de Extensão ODEERE - UESB

Figura 8 – Imagem Plantando o Iroko, que foi batizado com o nome Antônio Munanga – UFRB.

Figura 9 - Material de divulgação do Evento Mulheres negras em movimento

Figura 10 - Imagem do Material confeccionado por Geomara e Tereza, entregue como lembrança aos participantes.

Figura 11 – Reunião com o CICOQ.

Figura 12 – Mapa do Brasil apontando as terras de quilombos tituladas e em processo, (2016).

Figura 13 – Mapa da localização do Município de Itacaré – Bahia.

Figura 14: Material de divulgação do I Festival Quilombola.

Figura 15: Perfil da página do Facebook da Casa do Boneco.

Figura 16 – Mapa Localização do Território quilombola Fôjo.

Figura 17: Fachada Igreja Assembleia de Deus do Fôjo

Figura 18: Dona Josefina rememorando histórias no Rio de Contas

Figura 19 – Parte interna e externa da escola

Figura 20: I Seminário de Educação Quilombola

Figura 21: Reunião de apresentação da pesquisa

Figura 22: Entrevista na casa do Sr. Miguel

Figura 23 – Pesquisadora e Sr. Miguel no Curso Educomunicação

Figura 24– Reunião com o CICOQ

Figura 25 – Ficha de inscrição do curso de Administração de Associações Rurais.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quantas pessoas moram com você?

Gráfico 2- A casa onde você mora é cedida ou própria e onde está localizada?

Gráfico 3- Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

Gráfico 4 - Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

Gráfico 5 - Com que idade você começou a trabalhar?

Gráfico 6- Como vocês se organizam para trabalhar no quilombo?

Gráfico 7 - Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

Gráfico 8- Você trabalha ou já trabalhou?

Gráfico 9 - Em que você trabalha atualmente?

Gráfico 10- Quantas horas semanais você trabalha?

Gráfico 11- Com que idade você começou a trabalhar?

Gráfico12 – Participa de feiras permanentes para comercialização dos produtos. Faz isso de forma individual ou coletiva?

Gráfico 13- Qual a principal atividade econômica do quilombo?

LISTA DE QUADROS

Quadro l – Caminhos para Titulação – Percorrer é preciso.

Quadro II - Síntese das entrevistas qualitativas aos moradores mais antigos, quilombo Fôjo.
Quadro III - Síntese das entrevistas qualitativas as lideranças da comunidade, quilombo Fôjo.

LISTA DE SIGLAS

CODETER - Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável COVID -19 - Corona Vírus Disease - 2019

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer e Intersexuais.

GEMINA- Grupo de Estudos e Pesquisas em Negritude, Gênero e Mídia UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

PPGER/CJA- Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais / Campus Jorge Amado

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia PROSIS – Pró – Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social UFAL – Universidade Federal de Alagoas

GTs – Grupos de Trabalhos

PROGEAC - Pró – Reitoria de Gestão Acadêmica ODEERE – Órgão de Educação e Relações Étnicas UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

NEPPINS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CCS – Centro de Ciências da Saúde CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisas

AMURC - Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano. SIMPI – Sindicato do Magistério Municipal Público de Itabuna

AM - Amplitude Modulada

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

CPE - Coordenação Geral de Projetos Especiais MI - Manifestação de Interesse

PDRS - Projeto de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Estado da Bahia BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

SEPROMI - Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial

CPCT - Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ACR - Agente Comunitário Rural

PTDSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Litoral Sul INCRA – Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PAA - Alimentos da Agricultura Familiar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural FCP - Fundação Cultural Palmares

OIT - Organização Internacional do Trabalho CF - Constituição Federal

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural PPP – Projeto Político Pedagógico

EEQ – Educação Escolar Quilombola

DEFOC - Departamento de Formação de Co legiados

PPA – Plano Pluri Anual

SICON - Inadimplência com o Sistema de Condicionalidades

CICOQ - Conselho Interterritorial de Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul do Estado da Bahia

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I - ANCESTRALIDADE E HISTÓRIA PESSOAL..... 26

1.1 Formação da minha identidade étnica 26

1.2 (Re)descubro a escrita que há em mim..... 44

1.3 Minha ação com as políticas públicas de inclusão cultural, social e produtiva 48

CAPÍTULO II LITORAL SUL E COMUNIDADE DO FÔJO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA 57

2.1 Quilombo como lugar de resistência 57

2.2 Me (de)marque! 62

2.3 "Itá îakaré" e comunidades quilombola 67

2.4 Processo e autorreconhecimento e da identidade étnica 75

2.5 Fôjo, lugar de (re)existência 77

CAPÍTULO III RELIGIÃO E INTERFERÊNCIA NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DO FÔJO 80

3.1 Monoteísmo, um risco para a preservação das tradições 80

3.2 Cadê a minha história?..... 84

3.3 "Fôjo, sua história está aqui" 89

CAPÍTULO IV MEMÓRIAS ANCESTRAIS PARTILHADAS..... 117

4.1 Percorrendo o solo sagrado..... 117

4.2 Resultado das entrevistas com os/as mais antigos/as e lideranças do quilombo 123

4.3 "Associação: instrumento de resistência" 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS 148

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 150

APÊNDICE A 154

APÊNDICE B 157

ANEXOS 1 152

ANEXOS 2..... 163

ANEXOS 3 167

ANEXOS 4 196

INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais passaram a ter notoriedade na segunda metade do século XX, após a realização da I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano e a Conferência de Estocolmo (1972).

Para Acselrad (2004), os conflitos socioambientais ocorrem quando grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território o compartilham. São originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio. Estas ameaças podem acontecer por impactos indesejáveis ocorridos com o solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício laboral de certas práticas (re)produtivas de outros grupos sociais agrícolas, por vezes dominantes na região.

Os conflitos socioambientais têm como características comuns o fato de serem induzidos pela escassez de determinado recurso por distúrbio na sua taxa normal de regeneração, tendo peculiaridades como a existência de impactos diretos ou indiretos de certas atividades socioeconômicas. As consequências dos conflitos no ambiente natural podem ser: degradação e desequilíbrio ambiental; ameaças à sustentabilidade de áreas físicas, redução da produção agrícola, migração populacional, declínio econômico, enfraquecimento das instituições e relações sociais, além de precariedade ao acesso às políticas públicas de inclusão produtiva (LIBISZEWSKI, 1992; RIBEIRO, 1995).

Esses conflitos são constituídos por dimensões que ocorrem tanto no plano material como no plano simbólico, tendo durabilidade e interatividade recorrentes. Afetam e são afetados também pelo mundo biofísico (os ciclos naturais), o mundo humano e suas estruturas sociais. Esses dois planos estão fortemente entrelaçados e versam a respeito da base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência. São dimensões fundamentais para apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento para inclusão produtiva dos segmentos rurais (ACSELRAD, 2004; LITTLE, 2001).

Pensar em conflitos socioambientais é inserir os povos e comunidades tradicionais no contexto das suas práticas/estratégias de sobrevivência. Trata-se de grupos sociais culturalmente diferenciados que se identificam como agentes do processo de desenvolvimento “sustentável”, com baixo impacto sobre o meio ambiente. Esses povos

são considerados produtores de saberes e formas de "manejo conservacionista da biodiversidade" a eles pertinentes, essenciais a sua manutenção (ALMEIDA, 2000; CASTRO, 1997), mesmo quando não têm acesso a um "currículo formal", em termos de Educação Básica Ambientalista/Agroecológica.

No Litoral Sul da Bahia, as comunidades quilombolas estão situadas, principalmente, nos municípios de Maraú e Itacaré. De acordo com o artigo 2º do Decreto 4887/2003:

> consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A situação de (in)sustentabilidade decorre basicamente de três aspectos precários de desigualdades: sociais (injustiças de fato ou direito à posse e uso da terra), ambientais (impedimentos ao acesso e depredação dos recursos naturais) e econômicas (geração de renda insuficiente e má distribuída sazonalmente), conforme o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul (PTDS). Segundo esse Plano, existem 34 comunidades quilombolas identificadas no território Litoral Sul, sendo que apenas 14 foram certificadas. Dados do PTDS informam que essas comunidades vivem basicamente da Agricultura Familiar, com perda da sua identidade cultural, exclusão social e situação de miserabilidade.

Em 12/10/13 foi sancionada a Lei 20.417/2013, que regulariza as ocupações de terras rurais e devolutas estaduais pelos remanescentes quilombolas e por comunidades de fundos e fechos de pastos (INCRA). Ou seja, uma etapa importante para que as comunidades acessassem outras iniciativas no nível de Políticas Públicas ofertadas pelo Estado. Exemplo disso são os Editais 2018 do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia – PDRS (Bahia Produtiva), que disponibilizou um valor de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para as Comunidades que manifestassem interesse, participassem de todas as etapas do referido Edital e atingissem a aprovação.

O Projeto Educar para Transformar, lançado em 2015, de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), tinha por compromisso a implementação das políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade nas unidades escolares da educação básica na rede estadual e meta de

implementar, nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a Política da Educação Escolar Quilombola (PPA PARTICIPATIVO 2016- 2019). O compromisso firmado e executado constituiu um passo importante de rompimento da cultura eurocêntrica.

Outras Políticas Públicas Federais, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Selo da Agricultura Familiar e a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são algumas políticas desenvolvidas no Território em execução ou já executadas pelas comunidades tradicionais.

Por outro lado, a inclusão social e produtiva na história, na cultura afro-brasileira e indígena, nos currículos da Educação básica brasileira, através da promulgação das Leis 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, é um momento histórico ímpar, de crucial importância para o ensino da diversidade cultural no Brasil. Trata-se de uma conquista da educação brasileira, na busca pela valorização devida à história e à cultura de seus povos afrodescendentes e indígenas. É uma oportunidade histórica de reparar danos, que se repetem há cinco séculos. (BRASIL, 2008). Ou seja, é um resgate da cultura de forma integralizada, respeitando tanto o conhecimento científico formal quanto o conhecimento empírico informal dessas comunidades, que ficaram silenciadas por muitas décadas, embora nem sempre realizada a contento.

Assim, pensando em uma política que incluísse as comunidades tradicionais e que valorizasse as diversidades de gênero, etnia, social, cultural, educacional, econômica e geográfica dos Territórios de Identidade e de suas populações de forma produtiva, foram instituídos, na Bahia os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETER, [1]fóruns de discussão e de participação social. São constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, além das lideranças dos remanescentes de quilombos e de outras comunidades

[1] A Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituindo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os 27 (vinte e sete) Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER's. Art. 14 - Ficam instituídos os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs, fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, auxiliando o CEDETER no cumprimento das competências previstas nesta Lei.

com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, acesso às políticas de inclusão produtiva, ao auxiliarem o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) no cumprimento das suas competências previstas na Lei (CASA CIVIL- BA).

Tudo isso considerado, esta pesquisa teve como objetivo geral traçar o perfil social, econômico e cultural e de identidade étnica dos/as remanescentes do Quilombo do Fôjo, a fim de identificar as restrições ou facilidades no acesso às políticas públicas de inclusão produtiva da Bahia no que diz respeito ao preenchimento dos critérios dos Editais e elaboração das Manifestações de Interesse. Foram propostos como objetivos específicos: investigar aspectos de manutenção e/ou mudanças na identidade étnica dos/as remanescentes do Quilombo do Fôjo, conforme suas práticas cotidianas de organização da produção e disputas em relação às religiosidades; identificar os conflitos socioambientais e de disputas econômicas, estimuladoras a se produzir para autoconsumo e para o mercado e verificar as facilidades ou restrições ao acesso às políticas públicas de inclusão produtiva, conforme as Manifestações de Interesse aos Editais.

Importante destacar que as etapas operacionais foram adaptadas às condições apresentadas pela pandemia da COVID-19[2]. As entrevistas semiestruturadas previstas foram realizadas de forma online, por telefone celular, e tiveram como entrevistados (as) as 06 (seis) lideranças da comunidade, que fazem parte da diretoria da Associação do Quilombo, as 05 (cinco) pessoas mais antigas do Fôjo.

Esta pesquisa é fundamentada na oralidade, por se compreender que as culturas negras, campesinas, resistem através das memórias externalizadas pela linguagem e por serem peculiares seus modos de vida e de interação com o mundo. Como pesquisadora,

[2] 2O Presidente da República sancionou a lei de n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Link da Lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20para,Art.
O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos V e XII do art. 105 da Constituição Estadual, o inciso VII do art. 7° da Lei Federal n° 12.608, de 10 de abril de 2012, e com fundamento no inciso II do § 1° do art. 6° da Lei Federal n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, por meio do DECRETO N° 19.549 DE 18 DE MARÇO DE 2020 Declara Situação de Emergência em todo o território baiano, afetado por Doença Infecciosa Viral - COBRADE 1.5.1.1.0, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional n° 02, de 20 de dezembro de 2016, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências. Link da Lei: http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/Dec19549.pdf .

observei a força das vozes que narravam as suas histórias e diagnostiquei que essas epistemes são orgânicas e permanecem vivas por meio da oralidade. Por isso, Bâ (2003) afirma em uma das suas frases: cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima.

A voz é um instrumento de resistência, pois por meio dela são caracterizadas manifestações que fazem apontamentos sobre a cosmovisão, a memória, as práticas culturais e também sobre as vivências cotidianas. A oralidade, na diáspora, é tecida como mecanismo de sobrevivência da cultura e das identidades tradicionais. A dimensão da importância da transmissão oral é traduzida da seguinte forma:

> A memória das pessoas da minha geração, sobretudo a dos povos de tradição oral, que não podiam apoiar-se na escrita é de uma fidelidade e de uma precisão prodigiosas. Desde a infância éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção, que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória como em cera virgem. Tudo lá estava nos menores detalhes: o cenário, as palavras, os personagens e até as roupas. (...) Para descrever uma cena, só preciso revivê-la. E se uma história me foi contada por alguém, minha memória não registrou somente seu conteúdo, mas toda a cena – a atitude do narrador, sua roupa, seus gestos, sua mímica e os ruídos do ambiente. (BÂ, 2003, p.13)

Bâ contextualiza a importância da transmissão oral e o poder que a memória tem de armazenar não somente as histórias em si, mas todo o cenário, com suas simbologias, signos e gestos. E afirma também que a aprendizagem se dá por meio das vivências e observações.

> [...] Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para [...] esculpir a alma humana [...] Ela envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma presença particular do mundo- um mundo concebido como um Todo onde toda as coisas se religam e interagem. (BÂ, 1982, p. 183).

Dessa forma, o saber oral em comunidades de raiz africana é perpassado e construído cotidianamente entre seus grupos e membros, sendo uma aprendizagem construída na dialogicidade, marcado por processos humanos inacabados, ou seja, essa "biblioteca" orgânica é uma fonte de saber que se reproduz mediante experiências subjetivas.

Portanto, é um desafio pesquisar em Comunidades Quilombolas que cultivam a sua história através da transmissão oral e ter a percepção de uma escuta sensível e precisa a fim de diagnosticar as narrativas expostas não apenas pelo som da voz emitida, mas também pela linguagem corporal.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, as conversas proporcionaram uma torrente de emoções, sentimentos e muita riqueza nos relatos; foram se juntando os retalhos que estavam soltos, desalinhando outros e fomos reconstruindo as histórias contadas pelos antepassados. Foi um processo de despertar de algumas memórias que estavam adormecidas e a partilha de forma espontânea das que ainda permanecem vivas.

Essas conversas foram realizadas de forma espontânea entre os/as participantes, que teceram descrições sobre o cotidiano na comunidade, a relação com a terra, com o Rio de Contas e da satisfação que sentem em morar no Quilombo. Tais encontros, em sua maioria, não tinham uma finalidade definida; às vezes, eu os provocava apenas para ouvir as suas histórias, que geralmente aconteciam no terreiro de casa, nos ramais, no quintal, andando de canoa pelo Rio de Contas, na sala ou na cozinha das casas e, ao findar de cada encontro, o sentimento de gratidão era mútuo.

Depois que assimilei que cada história compartilhada por meio da tradição oral expressava os seus valores, modos de vida e eram imbricadas de verdades, estabeleci os critérios para a realização da pesquisa. Optei que seriam cinco os/as moradores/as mais antigos/as e 6 os/as líderes que fazem parte da Associação de Quilombo do Fôjo, por conhecerem os processos constitutivos do Quilombo e as políticas de inclusão produtiva do Governo do Estado.

A abordagem utilizada foi a qualitativa que, conforme Denzin e Lincoln (2011), consiste em "um conjunto de práticas interpretativas que faz o mundo visível. Dessa forma é possível entender que muitos dos aspectos envolvidos em uma pesquisa qualitativa não são controláveis, mas difíceis de serem interpretados, generalizados e reproduzidos, uma vez que os sujeitos participantes irão agir segundo seus valores, sentimentos, experiências, cultura e outros (TERRENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006)

Foram desenvolvidas as pesquisas de campo e documental; as entrevistas aconteceram de forma semiestruturada e foi realizada após cinco meses de inserção na comunidade, com início em 05 de maio de 2019, quando esta pesquisadora já havia percorrido todo o Quilombo e conhecido cada casa e morador/a.

A entrevista é compreendida como dispositivo capaz de compilar "dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do

mundo" (BOGDAN; BIKLEN 1994, p. 134). As entrevistas com os/as mais antigos/as da comunidade aconteceram em suas casas, com agendamento antecipado e foi permeada de momentos de alegria, descontração, respeito e confiança, trocas de informações e partilha dos saberes.

Como técnica de pesquisa, foi utilizado um roteiro de questões para detecção da permanência ou mudanças na identidade étnica, além da identificação dos conflitos ambientais quanto à organização produtiva e disputas na hegemonia ou esvaziamento de religiosidades afro diante dos avanços das práticas evangélicas.

Observou-se como condicionantes identitários restringem ou facilitam o acesso aos Editais de inclusão produtiva publicizados pelo Governo do Estado Baiano nos últimos anos. Saliente-se que a concepção participativa do desenvolvimento rural adotada nos editais considera que os/as produtores/as devem se organizar em torno dos problemas que consideram mais importantes para adquirir capacidade coletiva de decisão e de controle quanto à utilização de recursos (GOW; VANSANT, 1983, p. 427-46).

As questões principais das entrevistas semiestruturadas foram feitas em campo e disponibilizadas via celular (a comunidade tem acesso à internet) e tiveram como foco a resolutividade referente aos objetivos. No curso das entrevistas, surgiram outras perguntas e manifestações expostas livremente pelos/as entrevistados/as.

Esse tipo de interação com as lideranças e os/as habitantes mais antigos/as do Fôjo foram realizadas por sucessivas visitas de campo, com realização de algumas intervenções em campo e também por acesso remoto (após o início da pandemia). A partir dos dados obtidos e sistematizados, alcançamos um diagnóstico de como os/as remanescentes se situam na sua visão de futuro, em termos de acesso à inclusão produtiva e de reconhecimento da sua identidade étnica. Com base na qualidade dos resultados, passamos a uma terceira etapa, quando foram indicadas ações para orientar a comunidade sobre a importância das documentações exigidas das Associações para acesso a projetos de inclusão produtiva.

A finalidade dessa etapa última foi sistematizar a interação entre os/as remanescentes da comunidade quilombola e o aparato técnico-governamental no que diz respeito à inclusão produtiva, estimulando a participação e a contribuição nas soluções aos problemas apontados em cada fala destacada pelas lideranças. Essas ações tiveram

como objetivo facilitar a reconstrução da história com vistas ao estímulo à manutenção dos costumes e cultura, o que lhes permite melhor refletir sobre sua própria sustentabilidade e longevidade como grupo étnico, desde que incluídos produtivamente.

É importante pontuar que as lideranças e os/as mais antigos/as do quilombo tiveram acesso a todo o material produzido ao longo do processo e as informações só foram registradas neste Memorial após anuência, via confirmação por áudio ou assinatura digital do TCLE. Com base nas informações obtidas na comunidade e no material bibliográfico, foram realizadas intervenções a partir dos problemas identificados, com acento na gestão administrativa, pois a assinatura de convênio para liberação de recursos dos editais públicos tem como exigência que toda documentação da associação esteja em conformidade com as leis de tributação fiscal, e o Fôjo estava com tais pendências. E também foi diagnosticada a falta da aplicabilidade da Lei 10.639/03 na Escola São Roque II, localizada no Quilombo. A partir de tais problemas, foram produzidas duas cartilhas, intituladas: “Fôjo sua História está aqui!” e “Associação: Instrumento de Resistência”, que contemplam a importância da história do Fôjo e da organização de uma Associação.

Como já mencionado, a pesquisa foi realizada na Comunidade de Remanescente de Quilombo Fôjo, na cidade de Itacaré, no Território de Identidade Litoral Sul, e dedicou-se a compreender quais práticas cotidianas de resistência ou adaptação estão sendo preservadas. Além de apontar quais as formas de organização econômica, social e cultural, os processos educacionais praticados pela comunidade que, de alguma forma, afirmam ou negam a identidade quilombola.

O capítulo 1, “Ancestralidade e História Pessoal”, consiste no memorial da pesquisadora, conforme orientado, no qual é apresentada a sua trajetória pessoal e profissional, com relatos sobre a infância até os dias atuais, narrando o processo de construção de identidade e pertencimento a sua origem afrodescendente e seu desempenho enquanto Agente de Desenvolvimento Territorial e a sua relação com as políticas públicas. Tudo isso motivou o estudo e a construção do trabalho a partir da temática desenvolvida.

No capítulo 2 “Litoral Sul e Comunidade do Fôjo: Território de Resistência" são abordadas questões referentes à história dos quilombos e suas definições conceituais, compreendidos, sobretudo, como lugares de refúgio e de resistência. São abordados também os processos de demarcação e regularização fundiária, com breve descrição da

formação da cidade de Itacaré como rota de escravizados e também reduto de quilombos. Apresenta ainda os eventos de preservação da identidade étnica e o processo de autorreconhecimento da comunidade estudada.

O terceiro capítulo, “Religião e interferências nos processos educacionais do Fôjo”, consiste em pontuar questões referentes à religião e educação e como esses dois fatores impactam de forma negativa na disseminação e preservação da cultura afro, por meio da falta uma Educação Escolar Quilombola desenvolvida sem discriminação.

O capítulo 4, " Memórias Ancestrais Partilhadas”, consiste em apresentar os processos de inserção da pesquisadora no campo de pesquisa, as etapas das intervenções e os seus resultados, realizada no Quilombo do Fôjo, por meio de entrevistas, observações e reuniões, e apresenta os dois produtos finais da pesquisa.

Nas Considerações Finais, é apresentado um diagnóstico das intervenções e é descrita a importância da aplicabilidade da Lei 10.639/13 para a preservação da história do Fôjo e das identidades étnicas. Também faz referência à deficiência das ações do Estado relacionadas às políticas públicas de inclusão produtiva e mostra as dificuldades de gestão documental pela Associação.

CAPÍTULO I - ANCESTRALIDADE E HISTÓRIA PESSOAL

1.1 FORMAÇÃO DA MINHA IDENTIDADE ÉTNICA

Eu sou Geomara Moreno, mulher preta, periférica, bisneta de Júlia Dias (in memória), neta de Bel (in memória), filha de Vera Lúcia e Valdemir de Jesus Moreno. Essas três mulheres negras são a base da minha existência, são as minhas memórias ancestrais. São três gerações de mulheres que sempre obedeceram e permaneceram nos espaços que a elas foram destinados. Não estou criticando os seus posicionamentos, pois nos anos de 1922, data de nascimento da minha bisa, havia apenas 34 anos da fictícia abolição da escravidão, então, suponho que ela cresceu sentindo em sua carne os tormentos que os povos escravizados vivenciaram. As duas primeiras gerações eram analfabetas e lavadeiras de roupas, e a terceira conseguiu cursar o ensino fundamental I e também seguiu o ofício de lavadeira de roupas. Estavam todas presas ao sistema colonizador.

Minha mãe foi a primeira mulher anarquista das três gerações. Ela se submetia a lavar roupas de "ganho" para sustentar os três filhos na escola, pois sabia que a quarta geração não iria ser uma reprodução das anteriores.

> A voz de minha mãe/ecoou baixinho revolta/no fundo das cozinhas alheias/debaixo das trouxas/roupagens sujas dos brancos/pelo caminho empoeirado/rumo a favela.../Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância/o eco da vida-liberdade. (EVARISTO, 2008)

As "Escrevivências", de Conceição Evaristo, reproduzem a postura da minha mãe nos anos 1980. Com o pouco recurso que possuía das lavagens de roupas, ela comprava os uniformes e materiais escolares e todos os dias nos levava para a escola, pois ela acreditava no poder transformador da educação e que só por meio dela se alcançaria a tão sonhada liberdade epistêmica.

Eu cresci em um ambiente com poucos recursos materiais e com muitas restrições de alimentação, num lugar onde o sustento era escasso, o diálogo era limitado. Faço questão de citar a falta de diálogo, pois este silenciamento que foi e é perpassado por várias gerações de famílias negras - também permaneceu e de muitas formas ainda permanece dentro do meu seio familiar - foi o fio condutor que me fez silenciar desde a educação infantil, mesmo entendendo que a forma que algumas pessoas me tratavam era diferente, e isso me emudeceu diante de tantos atos criminosos perpetrados contra mim.

Na década de 1980, as crianças negras não eram ensinadas a se amarem, pois o ser negro estava sempre correlacionado a atos criminosos. Tenho a nítida lembrança de que eu nunca havia declarado, na minha infância, que eu era preta, não porque eu me achasse feia, mas porque o negro naquela década era estigmatizado, era rotulado como marginal, então eu era chamada de "morena".

> Precisamos entender que a criança negra não é "moreninha", ou "marronzinha", nem "pretinha". Quando a criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado as pessoas pertencentes a este grupo racial. O que ela não quer e ser ironizada, receber apelidos, ser excluída das brincadeiras [...] Assim, melhor do que chamá-la de "moreninha", para tentar disfarçar a sua indisfarçável negritude, melhor e cuidar para que ela receba atenção, carinho e estimulo para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo. (CAVALEIRO, 2001, p.156).

Passei a vida escolar, desde a educação infantil até a graduação, sou bacharela em Serviço Social (e isso é mais uma denúncia do que um relato), sem conhecer escritores(as) negros(as). A história que aprendi na vida escolar foi a dos escravos, me negaram o direito de conhecer a verdadeira história dos meus antepassados, e que a cor da nossa pele carrega as crueldades perpetradas pelas mãos do sujeito colonizador.

> Meus antepassados foram trazidos para este país contra a vontade deles e foram escravizados por centenas de anos. Somos vítimas de diversos tipos de discriminação, todas eles responsáveis pela preservação de uma clivagem estrutural entre negros e branco. As transformações dos regimes políticos pelas quais passamos afetaram positivamente uma porcentagem considerável de pessoas brancas, mas elas não modificaram o status cultural e material da vasta maioria das pessoas negras no Brasil. (MOREIRA, 2017, p. 397).

Só na década de 1990, quando residia na cidade do Rio de Janeiro, tive a felicidade de ser espectadora de um momento que me despertou a observar o mundo sem fantasias. Eu era uma adolescente que, até aquele momento da vitória de Benedita da Silva para uma vaga no Senado brasileiro, não tinha enxergado o quão cruel, covarde e racista uma pessoa pode ser. Foi naquele momento que ouvi e presenciei injúrias, xingamentos e palavras de depreciação dirigidas a uma mulher preta que foi democraticamente eleita.

Eu não percebia que éramos condenados(as) pela cor, preta, e essa mulher preta consegue rachar uma estrutura eurocêntrica, quebrar paradigmas e ser eleita a primeira Mulher Negra no Senado brasileiro. Considero primordial citar o episódio dessa mulher, pois a considero forte ideologicamente, e a história dela também me trouxe aqui. Benedita é uma presença forte em minha memória, pois aprendi com ela que não devemos aceitar e nem permanecer nos espaços reservados para a população preta, que a pessoa negra

pode transcender e ocupar os espaços que desejar e ser quem quiser e da forma que julgar ser a mais adequada.

Essa representatividade me fez perceber e identificar em mim uma negritude que outrora não havia parado para analisar: a de me ver como uma pessoa preta suscetível a passar e sentir todas as dores da perversidade que designaram para o povo negro.

A partir desse encontro com a minha ancestralidade passei a observar no meu corpo as marcas do racismo e pude mapear os acontecimentos que deram materialidade àquilo que só quem é negro numa sociedade perversa pode sentir. E são infinitas sequências de abandono, humilhações e desprezo, que já se iniciam nos primeiros anos escolares, quando você é questionada pela professora por que motivo tirou uma nota B, já que geralmente são poucos(as) alunos(as) que conseguem e, consequentemente, esses(as) não são de pele preta. E, na próxima prova, a professora te coloca para sentar-se na primeira cadeira para testar a sua capacidade intelectual, para ter a comprovação de que as respostas não foram ofertadas ou "pescadas" por/de alguém de pele branca, que possivelmente “detém o saber”.

É no ambiente escolar que as formas de exclusão são traumáticas e latentes na memória de uma criança, que sofre para entender o motivo dela nunca ter sido escolhida para ser a rainha do milho, apesar de ter vendido toda a cartela, e a escolhida para rainha é sempre branquinha e de olhos azuis, que geralmente não a vendeu completamente. Regressando a essa época, pontuo que a pessoa negra, desde a sua infância, é obrigada a sempre estar provando a sua capacidade cognitiva, embora nem sempre seja percebida e valorizada. Essas vozes ululantes ecoadas e ignoradas são reverberadas por pequenos corpos negros de forma contínua diante do silenciamento da escola.

> [...] Ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo[...] A escola, penso, representa um espaço que não pertence, de fato, a criança negra, pois não há sequer um indício de sua inclusão, exceto a sua presença física. Ali, ela e destituída de seus desejos e necessidades específicos: reconhecimento de sua existência e aceitação como individuo negro, provimento de alternativas que lhe possibilitem a sonhar com um futuro digno [...] (CAVALLEIRO, 2017, p. 100)

O tempo passa de forma veloz, e as formas de discriminações raciais vão se transformando e ganham roupagens novas. Já na juventude, a jovem mulher e negra não quer permanecer nos espaços de trabalhos que a elite branca reservou para ela. Essa mulher também quer ultrapassar as barreiras que a limitam e quer ter o direito de escolher

o seu lugar de trabalho. Então, em um dia de sol, ela coloca a sua melhor roupa e sai em busca de trabalho, passa por uma loja de perfumaria onde tem uma placa: “precisa-se de vendedoras”, entra na loja e se candidata à vaga, senta para esperar a entrevista e percebe três funcionárias na porta da loja, mulheres uniformizadas, maquiadas e brancas, é convidada a entrar numa sala para a entrevista e, logo após do término, recebe a seguinte resposta “gostei muito de você, porém você não atende ao perfil que estamos procurando”, ou seja, o perfil de uma mulher branca.

Essa mulher não desiste, traz em sua memória o exemplo de uma mulher forte, que lhe ensinou que ela pode escolher e planejar a sua vida e escrever a sua história. Depois de bater em tantas portas, essa mulher preta que só queria desfilar com uma faixa de rainha do milho, que só desejava que a professora a reconhecesse como uma aluna estudiosa, tinha como único objetivo colocar um uniforme e trabalhar como vendedora em uma loja para ajudar a sua família, que estava a ponto de ser despejada da casa onde moravam por falta de pagamento do aluguel e que também estavam com dificuldades evidentes de alimentação básica, com a mãe doente e o pai desempregado. Esse corpo insurgente está neste momento sentada escrevendo a sua história para obtenção do título de Mestra pela Universidade Federal do Sul da Bahia, como um ato de resistência.

> Enquanto o couro do chicote cortava a carne,/A dor metabolizada fortificava o caráter;/A colônia produziu muito mais que cativos,/Fez heroínas que pra não gerar escravos matavam os filhos;/Não fomos vencidas pela anulação social,/Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial; /O sistema pode até me transformar em empregada,/Mas não pode me fazer raciocinar como criada;/Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo,/As negras duelam pra vencer o machismo,/ O preconceito, o racismo (FACÇÃO CENTRAL - Música Mulheres Negras)

Hoje (2020), estou servidora da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia na função de Agente de Desenvolvimento Territorial. Um dia, viajando com meus colegas de trabalho, falamos sobre os quilombos do Território Litoral Sul, foi quando despertou meu desejo de conhecer com mais afinco o quilombo do Fôjo, pois, em uma fala de Gil Nunes, servidor da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e coordenador de políticas para povos tradicionais, “o Fôjo é o único quilombo que quando a gente chega não ouve o som do tambor, eles são evangélicos”. Desse modo, o motivo que me levou ao Fôjo, foi por pertencerem a um quilombo, que tem sua formação alicerçada na origem e descendência Africana, e que de forma antagônica serviam a uma religião eurocêntrica pentecostal, o meu desejo era entender se a opção religiosa negava ou reafirmava a identidade étnica quilombola daquele povo.

Por esse motivo, escolhi como campo de pesquisa esse quilombo, pois, conforme os trabalhos de Foerster na Cibernética, “vieram mostrar que não há como pensar o observador não fazendo parte do sistema que ele observa, ou seja, que o observador é sempre parte do sistema com que trabalha. E a sua relação com o sistema que ele observa será também objeto de observação.” A isso, Foerster chama de "visão de segunda ordem". Ele afirma também que "a objetividade é a ilusão de que as observações podem ser feitas sem um observador”. (VASCONCELLOS, 2002). Dessa forma, acredito que quando me proponho a intervir em uma realidade, por meio de pesquisas, concomitantemente também tenho as minhas ações pesquisadas e observadas.

Inegavelmente, ao longo dessa caminhada tive muitas dificuldades para dar prosseguimento ao mestrado, não tendo obtido afastamento das minhas atividades laborativas, pois sou servidora temporária e, em muitos momentos, me senti angustiada e incapaz.

Indubitavelmente esse foi o melhor sacrifício que fiz por mim: o sacrifício não de participar das aulas e dos eventos, mas de conseguir, muitas das vezes, sair do trabalho para a aula, tendo em vista que não ocupo lugar de privilégios dentro da estrutura da sociedade, sendo necessário deslocar-me de um município para outro, depender de transporte público, dentre tantos outros fatores que impedem que muitos/as jovens que vivem à margem da subalternidade social acessem os dispositivos educacionais e rompam com o ciclo de dominação e subordinação.

Os componentes curriculares do curso de mestrado foram um divisor de águas na minha vida, aquilo que havia sido a mim negado na vida escolar e acadêmica, os docentes me apresentaram, mas o conhecimento não foi jogado, ele foi exposto, discutido, criticado e construído de forma coletiva. Conheci escritores negros(as) com propriedade para discorrer sobre as questões de exclusão racial.

No componente curricular Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnicos-Raciais, o Professor Rafael Siqueira de Guimarães, apresentou um leque de possibilidades, pois, como já mencionei acima, tenho muita dificuldade para expor os meus pensamentos e posicionamentos, devido ao processo de silenciamento e invisibilidade. O professor me ensinou a importância da fala, do meu lugar de fala, quando apresentou o pensamento de Spivak, com o seguinte questionamento: “Pode o Subalterno Falar? (2010). A autora provoca uma reflexão a partir de narrativas denúncias sobre essa

dominação de poder colonial exercido nos corpos insurgentes e, quando esse corpo é feminino, ainda existe outro tipo de poder, conforme ela descreve: "Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade." (SPIVAK, 2010, p.66-67).

Uma obra que me fez refletir e trabalhar em mim o rompimento desses processos de silenciamentos foi a obra de Grada Kilomba (2016), que me apresentou o retrato da personagem Anastácia, obrigada por seus colonizadores a usar uma máscara na boca, “composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa” (KILOMBA, 2016, p. 172).

Figura 1 – Anastácia com mordaças.

Fonte: redesoberania.com.br. Acesso em: 20/06/2020

A obra de Kilbomba é composta por denúncias e análises precisas em relação ao colonizado e colonizador. Na perspectiva da pesquisadora, o colonizador sabia o poder exercido pela boca, que não era um órgão inofensivo, mas sim o que poderia ecoar dela, a voz, a fala, então, controlar a fala por meio de mordaças era um dos métodos mais violentos utilizados no período escravicionista. Também facilitava evitar que os escravizados comessem a produção e continuassem sem tempo e nem forças para pensar e, dessa forma, promovessem uma rebelião e tomassem o que supostamente era do homem branco. Isso era o que mais o dominador temia.

E navegando por esses mares de conhecimentos, percorrendo os caminhos dos meus antepassados, por meio de valiosas produções de escritores(as) que ocuparam seus espaços de fala e revelaram em cada pesquisa que, nesse processo de desumanização ao qual os corpos negros foram submetidos, não foram apenas os seus corpos que foram dominados, no período escravocrata, mas, para além disso, as suas mentes. Esses/as negros/as que atravessaram o Atlântico tiveram seus corpos comercializados, suas identidades sepultadas e suas mentes controladas, sofreram o processo de desconstrução do seu eu, para servirem a cruéis desumanos.

A obra de Brah (1996) conceitua raça, nação, sexo, lugar, identidade e faz uma narrativa sucinta sobre as identidades que são peculiares ao lugar de origem, mas relata também as identidades formadas a partir de procedimentos coloniais racistas. Ela faz uma análise das múltiplas modalidades com as quais o poder se relaciona e como ele se constitui e interfere nas identidades.

Memmi (2007) traz como cerne de sua obra a ideia de que o colonizado só obterá a libertação não apenas se revoltando, mas promovendo uma revolução; desse modo, é imprescindível que o sujeito colonizado tenha a consciência de que é oprimido pelo colonizador. Memmi estabelece a sociedade colonizada em condição de amnésia cultural e de carência em relação aos seus valores; para o autor, a sociedade colonizada está enferma.

No componente curricular Políticas Públicas e Relações Raciais, ministrado pelas docentes: AnaCris Santos Peixoto, Cynthia de Cassia Barra e Lilian Reichert Coelho, foi realizada uma análise sobre a inclusão de negros(as) no ensino superior e na pesquisa via cotas no contexto nacional e pontuaram as políticas de inclusão no ensino superior e o conhecimento adquirido na pesquisa via encontro de saberes e projetos transversais de educação. Também se discorreu sobre inclusão no ensino superior via contribuição intelectual de negros (as), indígenas e quilombolas, segmentos LGBTQI+, movimentos sociais e experiências de práticas autorais contra hegemônicas. Foram apresentadas também as Políticas Territoriais desenvolvidas pelos Colegiados de Desenvolvimento Territoriais – CODETER, na Bahia.

Ainda nesse componente aprendemos com Alessandro Theodoro Cassoli (2012), em seu artigo “A saga do negro brasileiro por inclusão social, justiça e políticas”, a importância do Movimento Negro na luta pela inclusão dos negros(as) nos processos de

implementação das Políticas de Ação Afirmativa e que, após o movimento abolicionista, o(a) negro(a) foi excluído(a) da condição de cidadã(o).

No Componente Curricular Historiografia da População Afro-Indígena no Sul da Bahia, o Professor Casé Angatu convidou a dialogar e a decolonizar pensamentos por meio das nossas memórias, religião, saberes e identidades, com o objetivo de fortalecimento das nossas histórias e cultura. Trabalhamos com o questionamento de Spivak e acreditamos que: "os subalternos não só podem como devem falar". Em Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire conduz à reflexão sobre a libertação dos oprimidos. Ele acredita que isso não ocorrerá de forma ocasional, mas das "práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela". (FREIRE, 1974)

Esse componente me ensinou que, nas culturas indígenas, quilombolas e nas religiões de matriz africana, a oralidade é fundamental e uma prática cotidiana utilizada para transmissão dos saberes e do conhecimento. Esse componente foi muito importante para a minha pesquisa, pois compreendi o valor das memórias e da oralidade para quilombolas, principalmente por entender que essas culturas se fortalecem e permanecem através da oralidade, "A memória dos nossos ancestrais auxiliando no combate às discriminações étnicas". A esse respeito, Sodré (2004) enfatiza que:

> A oralidade, percebe-se, é necessária não apenas à sua dinâmica interna, mas também a seu posicionamento de defesa diante da cultura dominante, o meio externo. Daí o primado da tradição que, num sistema de comunicação oral, é o meio de conservar o saber e transmiti-lo, no tempo, de uma geração para outra (SODRÉ, 2004, p. 14).

A partir da citação fica explícito que a importância da tradição oral vai além da difusão do universo de saberes africanos, por se tratar de "[...] uma tradição geradora e formadora de um tipo particular de homem" (MACHADO, 2002, p. 26).

Outro componente que contribuiu para a formação da minha postura acadêmica foi: Educação, Diferença e Alteridade: Contribuições da Herança Intelectual Negra, ministrado pela docente Cynthia Barra, que expõe o pensamento de Mignolo (2000), quando denuncia o privilégio das obras de línguas europeias e subjuga as que não são e as exclui na produção do conhecimento. "Uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria". Nesse componente

aprendi que o objetivo do movimento de escritores(as) negros(as) contra-hegemônico não é suprimir o conhecimento eurocentrado, acredita–se que ele é essencial, na medida que não anule e nem desvalorize o conhecimento produzido por outros povos, e que possam caminhar juntos na medida que os lugares de fala de cada sejam respeitados.

No Componente Estético-Política da Escrita: Processos de Aprendizagem e Narrativas Interseccionais, ministrada pelo Professor Rafael Siqueira de Guimarães, aprendi a importância da escrita como ato de potência, mergulhei em minhas memórias ancestrais e isso contribuiu para que eu entendesse a minha história e a materializasse em forma de registros.

Em Métodos e Técnicas de Pesquisa-Ação, o Professor Milton Ferreira ensinou as técnicas de pesquisa-ação e como elaborar o produto final do Mestrado, mostrando que a função dessa pesquisa é a transformação da realidade, por meio de intervenções no universo pesquisado.

Para Thiollent (2009), "a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com função política, associada a uma ação ou a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, em que as pessoas implicadas possuem algo a 'dizer' ou 'fazer', além da preocupação de que o conhecimento gerado não seja de uso exclusivo do grupo investigado".

O Professor Milton Ferreira é o meu orientador no componente curricular: Orientação e Práticas de Pesquisa. É esse componente que me orienta a dar corpo a tudo o que aprendi nesse tempo de discente na pós-graduação, a olhar de forma crítica e precisa para a realidade que pesquiso. Esse componente me ofereceu material para planejar a forma mais apropriada e as ações necessárias para que a intervenção fosse eficiente em relação aos possíveis problemas encontrados.

O componente ministrado pela docente AnaCris Santos Peixoto, Estágio/ Residência, teve o objetivo de compartilhar os projetos, pesquisas e vivências e, depois, observar e compartilhar o espaço em que a pesquisa e o projeto de intervenção ocorreriam. Foram abordados temas relacionados aos desafios encontrados nas práticas pedagógicas, em face do Multiculturalismo e educação. (MOREIRA, CANDAU, 2003, p.161):

> A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

Esse momento de aprendizagem contribuiu para uma análise crítica e construtiva que fiz no campo de pesquisa, pois relatou a importância da não negação das múltiplas culturas por parte dos educadores(as).

Ao longo dessa caminhada, participei, no espaço da UFSB, de seminários processuais, organização de seminários e palestrante em algumas atividades. No dia 20/09/2018, ocorreu o I Fórum sobre Feminicídio e a Questão Racial no Sul da Bahia, que foi organizado pelo grupo de estudo GEMINA.

Em 02/08/2018, participamos do IV Seminário Processual de Pesquisas com uma roda de conversa em torno de questões que envolveram ativismo, arte, pesquisa e pós-graduação na área de ensino e relações étnico-raciais e de gênero. O Seminário contou com a presença de Marcela e Paola, docentes do PPGER/CJA, e de pesquisadores parceiros (as).

Figura 2 – Convite do IV Seminário Processual

Fonte: PPGER / CJA. Enviado por e-mail aos discentes.

Durante essa trajetória organizei, com a Professora Célia Regina da Silva, a Roda de Conversa: “Parem de Nos Matar! 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra

a Mulher", em 06/12/2018, que teve o objetivo de fomentar as discussões sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher no território Litoral Sul. Esse evento teve como palestrantes: Célia Regina da Silva, Docente do Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia; Professora Flavia Alessandra de Souza - Universidade Estadual de Santa Cruz, Comitê de Mulheres da UESC; Tenente PM Laís Sena Mimoso Campos - Ronda Maria da Penha; Aurea Silva Oliveira - Assistente Social do CAPS AD de Itabuna; Marcinéia Almeida – Indígena e Mestra em Educação pela UESC. Contou também com a parceria na organização, da Câmara de Mulheres do Território Litoral Sul - CODETER, SEPLAN, PROSIS e PPGER.

Figura 3 – Banner de divulgação da Roda de Conversa

Fonte: Arquivo pessoal

Em 08/11/2018, no auditório da UFSB, ocorreu o Seminário Processual de Qualificação de Mestrado Profissional, com a participação de Saulo Lurdes Fernandes (UFAL), Michelle Mansur (Interlocuções/ UESC) e Flávia Alessandra de Souza (UESC), com o tema "Os desafios da interseccionalidade para a formação docente".

Figura 4 – Ata do Seminário Processual.

UFSB Campus Jorge Amado Itabuna, BA

ATA DE SEMINÁRIO PROCESSUAL DE QUALIFICAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO E RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS

Aos 08 dias do mês de novembro de 2018, das 19 às 23 horas, nas dependências do Auditório do Campus Jorge Amado, da Universidade Federal do Sul da Bahia, ocorreu o Seminário Processual de Qualificação de Mestrado Profissional, com a participação de Saulo Ludens Fernandes (UFAL), Michelle Mansur (Interlocuções/UESC) e Flávia Alessandra de Souza (UESC), com o tema "Os desafios da interseccionalidade para a formação docente". As/Os estudantes listados/os em anexo participaram das discussões, foram realizados comentários, discussões e questionamentos, sendo realizado sugestões a serem discutidas com as/os orientadoras/os.

Sem mais nada havendo a tratar, Banca assina esta Ata.

Itabuna, 08 de novembro de 2018.

Rafael Siqueira de Guimarães

Michelle Mansur

Saulo Ludens Fernandes

Flavia Alessandra de Souza

Fonte: Arquivo pessoal

O II Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais, realizado de 30/05/2019 a 01/06/2019, contou com a nossa organização e participação, com o Tema " Aquilombar-se: Desafios e Perspectivas da Resistência no Sul da Bahia O evento teve o objetivo de debater questões a partir de uma ótica decolonial sobre mulheres, LGBTQI+ , negros(as), ciganos(as) e indígenas. Esse Seminário contou com a presença de Kabenguele Munanga na abertura com a palestra "Aquilombar-se para (re)existir: desafios à Educação Brasileira em Tempos de Polaridades. Além disso, foram desenvolvidos minicursos e oficinas, com temas e apresentações de trabalhos nos GTs.

Figura 5 – Placas de identificação usadas no seminário, feitas por Wadson e Geomara

Fonte: Arquivo pessoal

Fui convidada pela PROGEAC/UFSB para participar como palestrante do Círculo Cultural “Um olhar para as comunidades quilombolas: a internacionalização curricular da Universidade Federal do Sul da Bahia numa perspectiva intercultural”. Nessa oportunidade, apresentei o trabalho “Políticas Públicas e comunidades tradicionais: histórias de conflitos identitários culturais no quilombo do Fôjo em Itacaré-BA”, realizado em 05 de dezembro de 2019.

Figura 6 – Material de divulgação do Círculo Cultural

Fonte: Arquivo pessoal.

Nas atividades extraclasse, desenvolvemos oficinas, palestras e participações em seminários, rodas de conversas, cursos de Extensão e em movimentos culturais e sociais.

Iniciei, no dia 22/03/2019, o curso de Extensão do ODEERE – na UESB, em Jequié. O curso foi composto por dez módulos, que provocaram discussões, reflexões e produções acerca de várias abordagens relacionados ao ensino-aprendizagem afro-brasileiro, como: Métodos e Técnicas para o ensino de linguagens visuais e culturas; Didática das Relações Étnicas; Antropologia das Populações Afro-brasileira; História da África; Educação Simbólica; Antropologia das Populações Afro-brasileira; Diversidade Linguística dos Grupos Étnicos Africanos. Também participei da Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira. O curso findou com a visita de Campo e elaboração do relatório final. Foram desenvolvidas ações de ensino-aprendizagem com foco na

disseminação e descriminalização da cultura afro. O espaço defende uma educação descolonizada e decolonial, pautada pelos princípios éticos e morais. O projeto trabalha e detalha como a história e a Cultura Afro estão presentes no dia-a-dia das pessoas, por meio da culinária, linguagem, dança, moda e tantas outras formas.

Figura 7 – Abertura do Curso de Extensão ODEERE – UESB

Fonte: Arquivo pessoal

Nos dias 08 e 09 de julho de 2019, participei do II Congresso Internacional Do Neppins/Ufrb/Ccs – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Ciências da Saúde, certificado pelo CNPQ, com o tema "Saúde Mental Da População Negra e Educação Superior: Balanço De Uma Década".

Figura 8 – Plantando o Iroko, que foi batizado com o nome Antônio Munanga – UFRB

Fonte: Arquivo pessoal

Em 16/07/2019, fui convidada para palestrar para os estudantes da Escola Curumim em Itabuna, com o tema “Quilombos no Brasil”. Na ocasião, fizemos abordagens em forma de dinâmica, questionando os/as estudantes sobre o que é um quilombo e se tinham conhecimento da existência de algum no nosso Território de Identidade Litoral Sul. Apresentamos o Quilombo dos Palmares e os existentes no nosso Território, a exemplo do Fojo, que até aquele momento os/as participantes não conheciam.

Fui convidada a ministrar uma palestra na Escola Municipal Themístocles Andrade, no dia 25/07/2019, com o tema, “Roda de Conversa Mulheres Negras Em Movimento: Identidades (Re) Significadas Pela Memoria Ancestral, vinculada ao Projeto Interdisciplinar “Mulher Negra a Força que se Explica”.

Figura 9 –Material de divulgação do Evento Mulheres negras em movimento

Fonte: Arquivo pessoal.

Fiz parte da Comissão organizadora da Reunião da Câmara Temática de Educação do Litoral Sul – CODETER, que ocorreu no dia 05/09/2019, com a pauta “Memória e Construção da Câmara Temática, Lançamento do Livro do Professor José Carlos e Eleição da Coordenação Colegiada da Câmara Temática, em Itabuna.

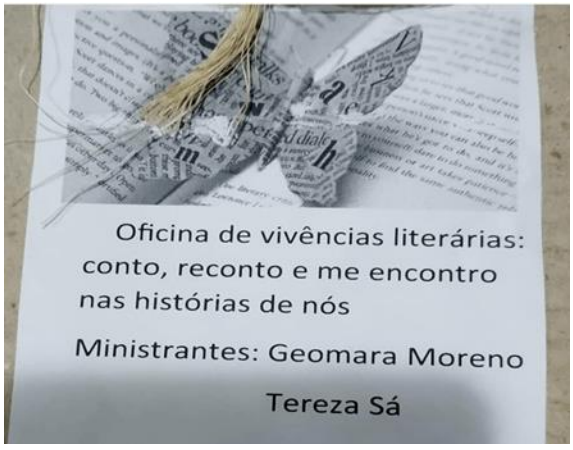
Em 26 de setembro de 2019, ocorreu a reunião da Câmara Temática de Mulheres do Território Litoral Sul, com a seguinte pauta: Avaliação da Marcha das Margaridas, Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Conta as Mulheres e Conferência Territorial das Mulheres. Fiz parte da comissão organizadora da reunião que ocorreu na AMURC em Itabuna. Participei do evento "Pela vida das Mulheres: Jogo do Espelho e Ronda Para Homens", promovido pelo Comitê de Mulheres e Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - UESC, no dia 07/10/2019.

Fiz parte da elaboração e execução do projeto Livres Mentes, no Presídio Ariston Cardoso, em Ilhéus. A estratégia desse projeto é incentivar a prática da leitura e da escrita, e, além disso, contribuir para a remição de pena conforme a LEP (Lei de execuções penais). O lançamento do projeto foi do dia 14/10/2019 a 18/10/2019, nas dependências da Unidade Prisional, em Ilhéus.

No dia 06/11/2019, no Colégio Estadual Professor Fábio Araripe Goulart – Ilhéus, ministrei a “Oficina de Vivência Poéticas: No Verso, o Reverso das Memórias de Nós”, cujo objetivo foi provocar a reflexão, nos/as estudantes, para reconhecerem suas origens e quem são, a partir de produções textuais que discorreram sobre o lugar de fala de cada participante.

Em 09/11/2019, no Povoado de Puxim do Sul, em Canavieiras, na Escola Municipal da Povoação, realizei a Oficina Vivências Literárias: Conto, Reconto e me Encontro Nas Histórias de Nós”, que teve o objetivo de estimular a escrita das vivências cotidianas a partir dos Contos Africanos da Revista Leituras Compartilhadas, Princesas Africanas (2009).

Figura 10- Material confeccionado por Geomara e Tereza, entregue como lembrança aos participantes.



Fonte: Arquivo pessoal

Proferi uma palestra para estudantes do Colégio Estadual Octacílio Manoel Gomes, na cidade de Ubaitaba, no dia 14/11/2019, nos turnos matutino e vespertino, com o tema "Povo Preto Escrevendo História," do projeto "Arte e Cultura na Diáspora Africana da Lei 10.639/2003 nas Escolas".

Atuei como Colaboradora do 1º Seminário de BIOGEOGRAFIA – Arquitetura Vernacular Tupinambá: do solo ao processo de Bioconstrução, realizado na Aldeia Itapuã em Olivença, Ilhéus, BA, nos dias 18 e 19 de novembro de 2019.

No dia 21 de novembro de 2019, realizei uma palestra para estudantes na Escola Municipal Professor Dorival Freitas, em Ilhéus, com o tema "A Situação Social do Negro (a) do Período Escravocrata até a Contemporaneidade", do Projeto "Novembro Negro".

Em 23/11/2019, participei da Oficina de Explosão Literária: No Verso o Reverso de Mim, na Escola Municipal Themístocles Andrade, em Ilhéus, que apresentou as escritoras negras e as produções publicadas no livro Profundanças III, estimulando a produção textual, com relatos a partir das vivências de cada participante.

Participei também da comissão organizadora da Reunião Câmara Temática de Educação –CODETER, com a pauta "Retrospectiva e Desafios da Educação no Território Litoral Sul", em 01/10/2019, Itabuna.

Participei da comissão organizadora do evento referente aos "16 Dias de Ativismo Pelo Fim Da Violência Contra as Mulheres", com a realização de uma roda de conversa com o tema 'Juventudes, Educação, Gênero e Raça', que ocorreu no dia 10/12/2019, no auditório do SIMPI, Itabuna, evento realizado pela Câmara Temática de Mulheres do Território Litoral Sul.

Nesse 'Giro decolonial", foram submetidos trabalhos para publicações em eventos acadêmicos, alguns já publicados e outros aguardando publicação.

O trabalho "Políticas Públicas e Comunidades Tradicionais: Histórias de Conflitos Identitários Culturais no Quilombo Do Fôjo em Itacaré Ba", de autoria de Geomara Pereira Moreno Nascimento, Milton Ferreira da Silva Junior e Wadson Santos Souza, foi aceito e apresentado no I Congresso Internacional Saúde Mental Da População Negra e Educação Superior Balanço De Uma Década (2009-2019), realizado em Santo Antônio de Jesus, Bahia, entre 09 e 10 de julho de 2019 – Aguardando publicação.

O trabalho “Violência Obstétrica Em Negras, Biopoderes e Biopolíticas: Silêncios Lacunares, Dissonâncias E Silenciadores Ululantes”, de autoria de Larayne Gallo Farias Oliveira, Milton Ferreira da Silva Junior e Geomara Pereira Moreno Nascimento, foi aceito e apresentado no I Congresso Internacional Saúde Mental Da População Negra e Educação Superior Balanço De Uma Década (2009-2019), que foi realizado em Santo Antônio de Jesus, Bahia, entre 09 e 10 de julho de 2019 - Aguardando publicação.

O trabalho “Prevenção Ao Racismo Institucional Em Unidades De Saúde”, de autoria de Larayne Gallo Farias Oliveira, Milton Ferreira da Silva Junior e Geomara Pereira Moreno Nascimento, foi aceito e apresentado no I Congresso Internacional Saúde Mental da População Negra e Educação Superior Balanço De Uma Década (2009-2019), que foi realizado em Santo Antônio de Jesus, Bahia, entre 09 e 10 de julho de 2019 - Aguardando publicação.

O trabalho “Currículo, as Implicações Dos Saberes Ancestrais e a Práxis Educacional Em Território Quilombola: Memória Negada, Tradição Silenciada e História Apagada”, de autoria de Wadson Santos Souza, Geomara Pereira Moreno Nascimento e Tereza Cristina Soares De Sá, foi aceito e apresentado no I Congresso Internacional Saúde Mental Da População Negra e Educação Superior Balanço De Uma Década (2009-2019), que foi realizado em Santo Antônio de Jesus, Bahia, entre 09 e 10 de julho de 2019. Aguardando publicação.

O artigo "Comunidade Quilombola Do Fojo, Itacaré-Ba: por uma adequação no currículo escolar, pela decolonialização dos saberes e das práticas pedagógicas", de autoria de Geomara Pereira Moreno Nascimento e Tereza Cristina Soares De Sá, foi publicado pela Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, e está disponível no endereço eletrônico: https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/issue/view/414/showToc

O Artigo “Comunidade Quilombola do Fojo: Espaço de Resgate, Afirmação e (In)Sustentabilidade da Identidade Cultural, em Itacaré –Ba, de autoria de Geomara Pereira Moreno Nascimento e Milton Ferreira da Silva Junior, foi publicado pela Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, e está disponível no endereço eletrônico: https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/issue/view/414/showToc

O artigo Revisitando Memórias, Histórias e Lugares, de autoria de Geomara Pereira Moreno Nascimento, está aguardando publicação no livro “(Des) caminhos narrativos: de vida, de militância e (por que não?) de pesquisa".

O poema Alvo, de autoria de Geomara Pereira Moreno Nascimento, está aguardando publicação no livro de poemas/escritas de Mulheres Negras.

1.2(RE)DESCUBRO A ESCRITA QUE HÁ EM MIM

Inverno de 2020, é madrugada, estou sentada na sala da minha casa, o que ouço é o silêncio inquietante que me estimula a escrever e materializar as memórias que me acompanham e que me movem. Neste momento, sou reportada à década de 1980, época da minha infância, é impressionante como nossas memórias nos transportam a uma década tão distante, porém a sinto aqui, perto, me vejo sentada na sala da casa da minha bisa Júlia, escrevendo, exatamente o que faço neste momento. E percebo que este ato de escrever me acompanha desde a infância, mas é algo que eu não me recordava.

Lembro-me escrevendo histórias, a minha mente era muito fértil, eu as criava e, além de as registrar - era um exercício que me acalentava naqueles dias difíceis -, a minha maior alegria era convidar os mais velhos para sentar na sala para que eu pudesse contá-las. Percebo hoje que o meu desejo era ser vista e ouvida. A minha escrita desde a infância comunga com o pensamento de Gloria Anzaldúa, pois eu buscava nas histórias de ficção aquilo que o mundo real me negava.

> Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me da. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (ANZALDUA, 2000, p.232).

As minhas narrativas eram utilizadas como dispositivos de fuga da realidade, a minha imaginação me transportava para um mundo sem misérias, sem restrições de alimento, para um mundo cheio de borboletas. Desde criança amo borboletas, sonhava com elas, esperando que a metamorfose acontecesse comigo. Alzadúa retrata que a atitude de escrever é um processo criativo da alma, é a busca pelo encontro do nosso eu, desse outro que por muito tempo esteve exilado.

Cada palavra que redijo me leva a (re)encontrar o meu eu que estava perdido lá nos anos 1980, revivo parte da minha história que estava esquecida. Constatar que a provocação que Míghian Danae faz em "Cadê as crianças negras que estão aqui? o racismo (não) comeu", é um convite à reflexão sobre as formas que o racismo utiliza com o objetivo de apagar a imagem da criança negra nos espaços por elas ocupado.

Uma das formas de apagamento é a diferenciação de tratamento de crianças negras em detrimento das que não são. Passei pelo processo de apagamento da minha identidade na sala de aula, pois a escola não era um ambiente que me motivava a escrever e contar as minhas histórias, aquele ambiente não me representava, eu não era feliz nele. A escola, conforme o pensamento de Gramsci, é um aparelho ideológico do estado, dispositivo que age de modo implacável e veloz, tendo por finalidade o silenciamento devastador das vozes negras.

Uma das facetas das multivariadas formas que o poder hegemônico se apropria para fazer com que essas crianças cresçam presas a um lugar de domínio e subalternidade encontra- se na estrutura educacional e se corporifica por intermédio do(a) educador(a), que nega nos seus processos pedagógicos o multiculturalismo predominante em sala de aula que, de acordo com Forquin (2000, p. 61):

> um ensino pode estar endereçado a um público culturalmente plural, sem ser, ele mesmo, multicultural. Ele só se torna multicultural quando desenvolve certas escolhas pedagógicas que são, ao mesmo tempo, escolhas éticas ou políticas. Isto é, se na escolha dos conteúdos, dos métodos e dos modos de organização no ensino, levar em conta a diversidade dos pertencimentos e das referências culturais dos grupos de alunos a que se dirige, rompendo com o etnocentrismo explícito ou implícito que está subtendido historicamente nas políticas escolares "assimilacionistas', discriminatórias e excludentes.

Esse movimento de resistência denominado multiculturalismo tem conquistado espaço significativo no espaço educacional, com experiências de inclusão pedagógica nos currículos escolares, por meio de políticas públicas antirracistas. Porém, sabe-se que são ações pontuais restritas ao mês de novembro, embora esta não seja a proposta da lei 10.639/2003, que versa sobre a inserção de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileiras na educação básica.

> tratar da discriminação racial em ambiente escolar não significa ajudar criança negra a ser forte para suportar o racismo, como se apenas ela tivesse problema com sua identidade, com sua auto-estima. Faz-se necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que insistem em apresentar a produção cultural eurocêntrico como único conhecimento científico válido. (SANTOS, 2001, p. 106)

Rememorando a minha escrita, observo que a caneta e o papel me acompanharam na transição da infância para a adolescência; nesse período, a minha literatura era poética, dedicava-me aos poemas e poesias, que desaguavam no meu interior e se configuravam em textos que abordavam o amor em toda a sua plenitude, de dores a críticas sociais. Tudo que observava ao meu redor e que me tocava de alguma forma me aguçava a compor; assim como Conceição Evaristo, eu de alguma forma era provocada pela poesia a escrevê-la.

> O olho do sol batia sobre as roupas do varal e mamãe sorria feliz. Gotículas de água aspergindo a minha vida-menina balançavam ao vento. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pedrinhas azuis, pedaços de anil, fiapos de nuvens solitárias caídas do céu eram encontradas ao redor das bacias e tinas das lavagens de roupa. Tudo me causava uma comoção maior. A poesia me visitava e eu nem sabia…Conceição Evaristo (2008)

Aos 15 anos tive contato com um projeto de escola teatral desenvolvido em uma comunidade da baixada fluminense no Rio de Janeiro, no CIEP Brizolão Ernesto Guevara. Naquele projeto aprendi a arte da encenação e também da produção de textos teatrais. O professor Evandro, um homem negro, identificou a minha inclinação para as produções textuais e pedia para eu criar as minhas próprias narrativas e, além disso, me deu a oportunidade de elaborar algumas apresentações. Esse estímulo me levou a compor textos teatrais também para igrejas, por um longo período.

Nos anos dois mil, fui convidada a escrever cartas para um programa de rádio AM. Eram cartas de histórias dramáticas que eu redigia a partir de observações de fatos reais; três vezes na semana eu as enviava para serem lidas e debatidas no programa, que sinalizo que era o de maior audiência da época. Ao analisar as minhas escrevivências, o ato de escrever sempre foi uma marca forte na trajetória da minha vida, pois quando escrevo o faço expondo a verdade e a força que há em mim, como exercício contínuo de resistência. A minha escrita neste momento configura-se como desconstrução dos processos coloniais, que criam e alimentam um sistema de opressão pautado na raça, classe social e gênero e se materializa pelo silenciamento das vozes que se projetam por meio de corpos negros invisibilizados.

Às vezes eu temo escrever.
A escrita adentra o medo
Para que eu não possa escapar de tantas
Construções coloniais
Nesse mundo
Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento

Como um corpo fora do lugar
Eu que, enquanto escrevo.
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada,
E, provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?
Eu tenho que fazê-lo
Eu estou incrustada numa história
De silêncios impostos,
De vozes torturadas,
De línguas interrompidas por
Idiomas forçados e
Interrompidas falas
E eu estou rodeada por
Espaços brancos
Onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer.
Então, por que eu escrevo?
Escrevo, quase como na obrigação,
Para encontrar a mim mesma
Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro
Mas a própria voz
Não o objeto,
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno.
(Grada Kilomba – Enquanto eu escrevo)

Quando escrevo, essa ação se configura um ato de resistência, na linha de Grada Kilomba, pois me torno a oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou. Essa ação que me move a sair do espaço de subjugação imposto pela ideologia dominante, que me inspira a criar mecanismos de negação à ditadura do silenciamento que, de forma compulsória, foi designada para classes subalternizadas. Esse movimento de me retirar desse lugar de subordinação e construir a minha narrativa também é um posicionamento de força. E essa força é o arrimo que me instiga na construção da minha história. A minha crença era conforme o posicionamento de Alice: “Não posso acreditar!” Disse Alice. ― “Não pode?” disse a rainha num tom de pena. ―” Tente de novo, respire bem fundo e feche os olhos.” Alice riu:” Não adianta tentar”, disse ela. ―” Ninguém pode acreditar em coisas impossíveis. “Eu ousaria afirmar que você não tem treinado o bastante”, disse a rainha. ―” Quando eu tinha a sua idade, sempre fazia isso durante meia hora por dia.

Sim, às vezes eu acreditava em até seis coisas impossíveis antes do café." (ANGELES ARRIEN, 1997).

Assim como Alice eu não acreditava que um dia pudesse cursar um mestrado em uma Universidade Federal e que pudesse ocupar o meu lugar de fala por meio da escrita da minha história. Enfatizo que, para uma mulher negra, periférica, que carrega em seu corpo fraturas expostas naturalizadas por processos escravistas, é muito difícil romper com os grilhões que enclausuram a nossa mente e, por consequência os nossos corpos.

Canção de Liberdade

Bob Marley
Velhos piratas, sim, eles me roubaram
Me venderam para navios mercantes
[...]
Mas minhas mãos foram fortalecidas
Pelas mãos do todo poderoso
Nós seguimos nessa geração
Triunfantemente
[...]
Você não irá ajudar-me a cantar
Essas canções de liberdade?
Porque tudo o que eu sempre tive
Canções de liberdade
Canções de liberdade
[...]
Emancipe-se da escravidão mental
Ninguém além de nós mesmos pode libertar nossas mentes.

A motivação para pesquisar e intervir na atual realidade histórica em que vivem os(as) remanescentes de quilombolas surgiu a partir dos relatos da minha bisa Júlia, pois sempre que passavam novelas sobre a temática escravidão, ela falava: " [...] vovô foi descendente de escravo, minhas tias se vestiam como essas escravas da novela e a gente também se vestia dessa forma". Essas histórias contadas durante a exibição da novela afloraram em mim a curiosidade de conhecer a minha ascendência. Porém, só no ano de 2017, tive a oportunidade de conhecer a história do meu povo, através da nossa vivência profissional e a reflexão sobre "a resistência e a opressão histórica sofrida" pelos povos pretos. A isso somou-se minha inquietude como pesquisadora negra, por pertencer a um Território constituído por uma expressiva população negra, além de um acervo limitado da real história vivida por essa população afrodescendente, que precisa ter sua história

resgatada e perpetuada por gerações. Um fator facilitador para o desenvolvimento do estudo é o fato desta pesquisadora negra atuar no Território como servidora estadual da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, articulando junto ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) a condução da Política Territorial nesse Território de Identidade - Litoral Sul – fomentando e favorecendo o acesso às políticas públicas e sociais do público assistido, particularmente agricultores/as familiares, quilombolas e indígenas, além de colaborar com a execução destas políticas com outros atores públicos: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - Bahiater, dentre outros. E também por ser graduada em Serviço Social, atuação profissional que tem como objetivo intervir nas questões sociais da população mais necessitada. Todos esses fatores me levaram até o Fôjo com o desejo de conhecer a história dos meus antepassados e contribuir de alguma forma na luta antirracista, pois desde a infância fui vítima em vários espaços de construção de formação da pessoa humana.

1.3 MINHA AÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO CULTURAL, SOCIAL E PRODUTIVA

No Estado da Bahia, especificamente, há um esforço governamental de fomentar a mobilização e o acesso de Comunidades Quilombolas às políticas sociais, por meio da Política de Desenvolvimento Territorial, que é de responsabilidade da SEPLAN. Essa política tem como objetivo, conforme está descrito na LEI Nº 13.214 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014 em seu Art. 4º, a promoção do desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população e ainda:

> I- Orientar o planejamento e a gestão das políticas públicas estaduais, constituindo-se como referência para elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei Orçamentária Anual - LOA, dos planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, dos planos setoriais e outros processos relevantes para o planejamento e ordenamento territorial do Estado da Bahia;
> II- Integrar e compatibilizar as políticas públicas nos Territórios de Identidade com base no seu planejamento, planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, programas e projetos governamentais;
> III- ampliar e qualificar mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável e solidário;
> IV - Valorizar as diversidades de gênero, etnia, social, cultural, econômica e geográfica dos Territórios de Identidade e de suas populações;

> V- Estimular a concertação das políticas públicas, priorizando a cooperação entre os Governos federal, estadual e municipais, com a participação da sociedade civil, para a definição de diretrizes estratégicas de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de âmbito territorial, com vistas à inclusão social e à equidade do desenvolvimento;
> VI- Estimular a gestão associada de serviços públicos, mediante o fomento à criação de consórcios públicos e outras formas cooperativas.

Ainda à luz da Lei em seu Art. 5º - A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia será implementada, entre outros, através:

> I-do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei Orçamentária Anual - LOA, dos planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário e dos planos setoriais;
> II- do monitoramento e da avaliação da gestão governamental na execução dos programas e ações do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, tendo como recorte de abrangência os Territórios de Identidade.

Essa política de desenvolvimento dos Territórios de Identidade, para além dessas ações, também se corporifica por meio dos Editais do Projeto Bahia Produtiva, do Governo do Estado da Bahia, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Esse projeto tem como objetivo, conforme publicado no site oficial da CAR, http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva:

> Aumentar a integração ao mercado, promover a segurança alimentar e nutricional, melhorar o acesso ao serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios. Melhorar a infraestrutura básica necessária para apoio à produção e a comercialização. Promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária. Fortalecer a capacidade das associações comunitárias/organizações de produtores para elaborar e implementar e gerir os subprojetos. Promover a adoção de práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção.

O Edital de chamada pública nº 001/2015 para seleção de subprojetos socioambientais, teve como público beneficiário do Edital:

> i)Organizações Sociais e Produtivas da Agricultura Familiar (associações e cooperativas), legalmente constituídas, com mais de um ano de funcionamento regular, formadas e dirigidas por agricultores familiares, conforme estabelecido na Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
> ii)Empreendimentos de Economia Solidária, legalmente constituídos, com mais de um ano de experiência, conforme estabelecido na Lei 12.368/11, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária.

Pela descrição, pode-se perceber que, nesse edital, a participação como público beneficiário ampla, ao mencionar "agricultores familiares e empreendimentos de economia solidária", ou seja, embora o edital contemple as comunidades tradicionais, ele não foi específico para elas.

O Edital de chamada pública nº 14/2019 para Seleção de Subprojetos socioambientais para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, constituiu como público beneficiário do Edital:

> a.Organizações Sociais e Produtivas da Agricultura Familiar (Associações, Cooperativas ou Colônia de Pescadores), legalmente constituídas, com mais de um ano de funcionamento regular, devendo ser constituídas, dirigidas e integradas por este segmento social e cuja finalidade, em sua essência, seja de representação dessas comunidades, conforme estabelecido na Lei Federal n°11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
> b.Organizações Sociais e Produtivas de comunidades tradicionais de marisqueiras, pescadores, ciganos, ribeirinhos, povos de terreiros, extrativistas, assentados da reforma, agrária, fundo e fecho de pasto, quilombolas e indígenas (Associações, Cooperativas ou Colônia de Pescadores), legalmente constituídas, com mais de um ano de funcionamento regular, devendo ser constituídas, dirigidas e integradas por este segmento social e cuja finalidade, em sua essência, seja de representação dessas comunidades, conforme estabelecido na Lei Federal n°11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Vale salientar que, embora esse Edital contemplasse de forma explícita como público beneficiário as comunidades quilombolas, ele permite todos os públicos da agricultura familiar e, por consequência, promove uma disputa injusta entre pequenas médias e grandes cooperativas e associações.

Como explicitado, o Projeto Bahia Produtiva tem o objetivo de promover a inclusão econômica e social de vários públicos da agricultura familiar. Em 2018, a CAR lançou o Edital 11, específico para Comunidades Quilombolas, que pretendia contemplar e reconstituir a dinâmica histórica das comunidades quilombolas na busca de ações de inclusão socioprodutiva. O Edital objetivou: "apoio técnico e financeiro, não reembolsável, para 5 subprojetos socioambientais para comunidades remanescentes de quilombos, que serão selecionados a partir da manifestação de interesse (MI) de entidades representativas de comunidades quilombolas (Associação ou Cooperativa), situadas no Estado da Bahia". Em seu escopo de ações, contempla áreas temáticas que privilegiam a agroecologia sustentável, preservação dos recursos naturais e culturais, apoio à produção

orgânica, plantio de árvores nativas, apoio ao acesso aos mercados, dentre outros que requerem específicos processos de ensino aprendizagem. Em 2015, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, criou a Coordenação Geral de Projetos Especiais – CPE, com o objetivo de viabilizar projetos que buscassem a erradicação da miséria e da extrema pobreza. O projeto visa contemplar as comunidades tradicionais, assentados/as da reforma agrária, agricultores/as familiares, pescadores/as e marisqueiras. Saliente-se que esse público é o que mais sofre com a exclusão social e produtiva.

Visando romper com o processo histórico e a cultura historicamente construída, que sempre colocou o/a negro/a em condição de invisibilidade e subalternidade, principalmente os/as remanescentes de quilombo, que são os/as mais atingidos/as por uma política que não reconhece a sua história e que os/as exclui dos processos de inclusão e que sempre os/as incluíram como público beneficiário para competir com grandes associações e cooperativas sem analisar ou reconhecer as dificuldades de acesso das comunidades, em fevereiro de 2018, a CAR lançou o Edital 11/18, especificamente para comunidades quilombolas. Foi uma tentativa de reparar danos cometidos, tendo sido resultado de uma luta dos Conselhos Quilombolas do Estado da Bahia. O Edital de chamada pública 11/18, para seleção de subprojetos socioambientais para comunidades quilombolas, constituiu um marco na história para as comunidades tradicionais e está inserido no Projeto Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Estado da Bahia – PTDRS (Bahia Produtiva), que traz em seu bojo o componente Inclusão Produtiva e Acesso a Mercados e o subcomponente Subprojetos Socioambientais. O valor do Edital foi orçado em R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), “oriundos do Tesouro do Estado da Bahia e do Acordo de Empréstimo nº 8415-BR firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com a contrapartida dos beneficiários.”

As etapas e execução dos subprojetos contam com a participação e a colaboração da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), através da Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT), que tem por objetivo a seleção de Subprojetos Socioambientais para Comunidades Quilombolas, visando à melhoria das condições de vida, com foco na segurança alimentar e nutricional, na diversificação das fontes de renda e qualificação da gestão dos recursos naturais em áreas de produção familiar ou economia solidária.

A análise das Manifestações de Interesse no Território de Identidade Litoral Sul é analisada e recebe parecer do CODETER, por meio do Núcleo Diretivo. Para dar suporte a esta fase, o Assistente Territorial do Projeto Bahia Produtiva do Litoral Sul emite Relatório das propostas e acompanha as reuniões dos Colegiados Territoriais. As análises e pareceres dos Colegiados Territoriais de cada Subprojeto são efetivados eletronicamente no Formulário de Manifestação de Interesse.

Um ponto que deve ser registrado, que consta no Edital, é que os projetos têm apoio técnico e financeiro não reembolsável e ainda lhes é assegurada a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para até 100 (cem) famílias, desde que não tenham o serviço de ATER e também a CAR/SDR, através do Projeto Bahia Produtiva, garantirá o atendimento a esses beneficiários por meio da oferta de recursos financeiros para a contratação de 01 (um) Agente Comunitário Rural Quilombola (ACR).

Algumas condicionalidades são exigidas para a participação da seleção como público alvo, são elas: apenas associações e cooperativas representativas das comunidades quilombolas, que estejam regularizadas juridicamente há mais de 1 (um) ano podem participar da Manifestação de Interesse – MI, ou seja, 736 (setecentos e trinta e seis) remanescentes de quilombo localizados no Estado da Bahia.

A Associação de Desenvolvimento do Quilombo do Fôjo, localizada na Fazenda Quilombo do Fôjo, no distrito de Taboquinhas, no município de Itacaré, foi fundada no dia 20/07/2007, conta com 65 associados, tendo como principal atividade a Agricultura familiar. Por atender aos critérios estabelecidos em Edital, participou da chamada pública, apresentou a Manifestação de Interesse – MI, concorrendo com todas as outras localizadas no Estado da Bahia.

De acordo com a MI apresentada pela associação, seriam beneficiadas 24 famílias. O enquadramento do subprojeto está situado na área Temática que versa sobre práticas agroecológicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. O Subprojeto apresentado pela Associação de Desenvolvimento do Quilombo do Fojo tem a proposta de melhorar as condições de vida dos seus membros pela aquisição de equipamentos (kit manejo agroecológico da cabruca), veículo tracionado a diesel para transporte de produto, roçadeira e acessórios para o trator comunitário, além de uma plantadeira de mandioca. O Presidente da Associação, na justificativa da MI, descreveu: “esses instrumentos são de extrema importância para viabilizar o andamento dos cultivos existentes no Quilombo,

ganhando eficiência e rentabilidade na produção, produtividade e distribuição. Relatou ainda, que as práticas agroecológicas feitas sem os equipamentos necessários, encarecem os custos de produção, provocando prejuízos técnicos e financeiros. Assim, a aquisição de equipamentos é o que a comunidade elegeu como ação prioritária para essa proposta".

A comunidade esperava como resultado, após a implementação das ações, o aumento de produção e produtividade, sempre em obediência aos preceitos agroecológicos; otimização do tempo de serviço; atualização dos associados em novas tecnologias de produção e implementação mais eficiente das práticas agroecológicas. O valor do subprojeto apresentado é de R$ 111.437,00 (cento e onze mil e quatrocentos e trinta e sete reais).

A Comunidade Quilombola do Fôjo passou em todas as etapas do processo de seleção das MIs, conforme previsto no Edital de Chamada Pública n° 11/2018 - Seleção de Subprojetos Socioambientais para Comunidades Quilombolas, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Em 21/02/2020, a pesquisadora organizou uma reunião com o Conselho Interterritorial de Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul do Estado da Bahia – CICOQ e com os/as representantes das comunidades quilombolas de Itacaré: Fôjo, Porto de Trás, Barro Vermelho e João Rodrigues, para tratar das pendências junto à CAR e apresentar os novos prazos pleiteados pelo conselho.

Figura 11 – Reunião com o CICOQ

Fonte: Arquivo pessoal.

Porém, quando chegou a etapa da assinatura do convênio, na qual se exige que a Associação esteja organizada documentalmente, conforme prescrito em Edital, a Associação não conseguiu conveniar, por haver pendências nas certidões perdendo, desse modo, o projeto. O prazo foi estendido pela CAR até o dia 10/03/2020, ou seja, por mais 6 meses, mediante luta do CICOQ. Vale pontuar que a dilatação do prazo se deveu ao fato de ocorrer a mesma realidade de pendências documentais nos quilombos do Baixo Sul e Litoral Sul.

Conforme o senhor José Ramos, Presidente do CICOQ, o Fôjo deveria se atentar para as seguintes orientações:

- Enviar o plano de Investimento para a CAR;
- Até o dia 10/03/20, para regularizar as pendências com as certidões;
- O prazo até a segunda semana do mês de abril para assinar o convênio.

Dado importante citado pelo presidente do Conselho foi mencionar que, das 98 Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo Programa Bahia Produtiva na Bahia, até aquele momento, apenas 12 haviam firmado convênio.

Apesar de todos os prazos concedidos, o Fôjo não conseguiu conveniar com a CAR em razão das pendências documentais e, no dia 19/03/2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado o termo de cancelamento do convênio

Considerando as ações desenvolvidas pela CAR, de promover a inclusão produtiva das comunidades tradicionais, algumas etapas ainda são de extrema dificuldade para essas coletividades, principalmente no que tange a questões documentais, que se tornam entraves para o estabelecimento dos convênios e, desse modo, a aquisição dos recursos.

A partir do conhecimento do número expressivo de comunidades quilombolas não conveniados, a CAR deveria analisar e fazer uma pesquisa para tentar identificar quais foram as maiores dificuldades encontradas por esse público beneficiário e, a partir dos resultados levantados, promover ações para resolutividade desses problemas, prevendo os futuros editais. O poder público não deve negligenciar esses fatos e nem se omitir, uma vez que essas comunidades são marcadas por tantos processos de exclusão e invisibilidade da sua representatividade e por serem um público que precisa de ações

especiais e flexíveis, considerando os seus processos de constituição. De acordo com o decreto n. 6040 (2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, trata-se de "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, e possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição".

Dessa forma, o Estado como agente norteador das políticas públicas, deve construir políticas que ofereçam o suporte técnico antes da publicação dos Editais, com a finalidade de preparar essas comunidades para uma inclusão produtiva de fato. E não apenas apresentar o Edital, sem considerar todas as especificidades dessas comunidades. Deve-se observar com cuidado os seus processos históricos e condições típicas de pobreza e desigualdade e a vulnerabilidade socioeconômica, derivadas também do fato de serem alvo de discriminação racial e étnica.

Vale destacar que só quem é preto/a em uma sociedade racista é capaz de perceber os delineamentos excludentes. Esta pesquisadora ressalta os inúmeros momentos de discriminações sofridos por questões étnico-raciais, como também pela situação de vulnerabilidade econômica e social e realço, tais episódios se iniciaram na infância e ganharam novos formatos na vida adulta.

Contudo, ter experiências com eventos discriminatórios e conhecer a realidade de negros/as é um fator positivo para o meu desempenho profissional enquanto Agente de Desenvolvimento Territorial, pois posso ter uma atuação mais implicada nesses espaços, a partir da percepção de problemas e a busca pela resolutividade.

O próximo capítulo apresentará um traçado temporal que, aliado a importante aporte conceitual, ajudará a compreender um pouco a história e a origem dos quilombos da época de Palmares até na atualidade o Fôjo.

CAPÍTULO II LITORAL SUL E COMUNIDADE DO FÔJO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

2.1 QUILOMBO COMO LUGAR DE RESISTÊNCIA

Conforme Blanco e Blanco, o dicionário do Brasil Colonial refere que a etimologia quilombo é derivada do idioma banto (língua africana) kilombo e significa acampamento ou fortaleza e foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos: [...] os bantus já eram uma nação na África, e sempre tentaram através da história do Brasil e das Américas estabelecer nações onde estavam, sejam territoriais, sejam produtivas, sejam místicas, sejam pessoais (NASCIMENTO, 1982d, p. 10).

Nei Lopes, em seu dicionário banto, assevera que o termo quilombo tem origem na palavra kilombo, da língua quimbundo falada em Angola, e significa “acampamento, arraial, povoação, povoado; capital; união, exército”. De acordo com Beatriz Nascimento (1982d) “os bantus eram um povo formado por várias etnias que viviam um processo constante de trocas econômicas, políticas, religiosas, míticas, mitológica”.

O quilombo, no Brasil, foi baseado organizacionalmente na tradição bantus, tanto nos aspectos econômicos, social e tático. A primeira referência a quilombo surge em 1559, mas somente é documentado de forma oficial na administração colonial portuguesa em 1740. O documento foi elaborado pelo Conselho Ultramarino Português, que conceituou quilombo como "toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles". No período colonial, no Brasil, essa forma de organização era denominada de arranchamentos, mocambos ou quilombos e seus integrantes eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros.

Munanga (2006, p. 61) explica que a palavra Kilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovibundo para se referir a um tipo de instituição sociopolítica militar existente na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Munanga considera os quilombos do Brasil como:

> [...] cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata (...) organizaram-se para fugir (...) e ocuparam territórios brasileiros não povoados, geralmente de difícil acesso (...) abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos) prefigurando um

> modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. (1995, p. 58)

O INCRA, em sua página eletrônica oficial, define comunidades quilombolas como "grupos étnicos que se auto reconhecem, hegemonicamente integrados por negros oriundos da zona urbana e rural, que portam entre sim o sentimento de pertencimento tanto em relação com a terra, território, parentesco, cultura, ancestralidade e tradições próprias".

Os quilombos eram unidades constituídas com variáveis formatos em sua estrutura, lugar, modos de organização e de etnia da população que os integrava e "desempenharam um importante papel no complexo tecido social que era o sistema brasileiro da escravidão" (RAMOS, 1996, p. 165).

> Se, do ponto de vista étnico, a experiência quilombola no Brasil comportou africanos de diferentes regiões, negros aqui nascidos, índios e, em alguns casos, brancos, é evidente que esta composição racial teria que repercutir nas formas de organização, na cultura e nas estratégias de ocupação do território engendradas por estes grupos. Às novas condições de composição racial, combinaram-se outras variáveis envolvendo o momento de se empreender as ações e as forças políticas e militares contrárias. Isso quer dizer que cada quilombo tem uma experiência particular de formação, em que os mencionados fatores, e outros, foram com certeza avaliadas pelos que desejavam se aquilombar (SANTOS SILVA, 2000, p. 11).

No Brasil no período colonial escravista existiram vários quilombos espalhados pelo território nacional, que serviam de refúgio para os escravizados que se rebelavam nos engenhos. Essas pessoas, que foram retiradas à força de sua terra, família e tiveram a sua identidade enterrada para servirem aos senhores de engenho, sofreram todos os tipos de tortura em seu corpo e alma e não aceitaram de forma complacente essas subjugações.

> Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos, Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão- e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos. A fuga nem sempre levava a formação desses grupos. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres (REIS; GOMES, 1996, p. 9).

O Quilombo do Palmares, localizado na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, em uma região cercada por palmeiras, de onde se origina o seu nome, teve sua origem nos anos de 1580, na era colonial. Os povos escravizados que se organizavam no Palmares eram fugitivos/as dos engenhos da Capitanias de Pernambuco e da Bahia. Seu ápice

aconteceu na segunda metade do século XVII, quando atingiu uma população de 15 a 30 mil escravizados/as fugitivos/as, seus principais líderes foram, Gangazumba e Zumbi. Palmares era composto por vários mocambos (núcleos de povoamento), cujos principais eram Subupira, Macaco e Zumbi e resistiu por quase 100 anos ao domínio colonial.

Em 1695, após incursão militar do bandeirante Domingos Jorge Velho à capital "palmarina", Macaco sucumbiu e seu líder Zumbi foi emboscado e morto. Além do quilombo do Palmares, realçamos outros mais conhecidos, como o Buraco do Tatu, localizado nas proximidades da atual praia de Itapoã, em Salvador, que foi derribado em 1673 (SANTOS, 2004); o quilombo de Catucá, que se desenvolveu nos arredores de Recife e Olinda, na primeira metade do século XIX (CARVALHO, 1996); o quilombo do Piolho, nas vizinhanças de Cuiabá na década de 1860; os quilombos fluminenses da bacia do Iguaçu e da periferia da Corte, assim como os da periferia de Porto Alegre, ao longo do século XIX (REIS, 1996).

Percebe-se que o quilombo era mais do que uma organização política de fugitivos que se motinavam por não aceitar as agressões e torturas perpetrados pelos senhores feudais, mas se constituía em organizações de retomada de memórias, saberes, cultuações dos seus deuses, um ato de resistência ao colonialismo.

> Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido desagregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta, como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (RATTS apud NASCIMENTO, 2007, p. 53).

À luz do pensamento de Beatriz Nascimento, que de acordo com Alex Ratts (2006), é a pesquisadora de maior dedicação ao estudo do quilombo e com mais tempo de análise sobre o tema, o significado da história negra pode ser resumido por duas proposições: o protagonismo negro e a continuidade histórica. Essa história deixou vestígios sobre a participação relevante do/a negro/a na construção da história brasileira "Quando um quilombo caía pelas forças de pressão, pouco tempo depois outro, no corredor das montanhas cariocas, se levantava e tornava- se visível para a cidade" (NASCIMENTO, 1991, p. 05). Para a autora, os registros da continuidade história dos quilombos foram negligenciados na historiografia nacional.

A pesquisadora imergiu na historiografia do negro no Brasil, para identificar as vozes de Zumbi dos Palmares e a do engenheiro negro André Rebouças, que foram silenciadas na memória nacional. Beatriz Nascimento faz uma crítica ao conceito de quilombo existente na historiografia nacional:

> O quilombo não é, como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato de os negros existirem dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência, quer dizer, a independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si (NASCIMENTO, 1977, p. 04).

Pela ótica do pensamento da autora, compreende-se que a literatura anulou o desejo por liberdade dos/as que estavam passando pelo processo escravocrata. O aquilombamento teve como pressuposto mais do que uma fuga de sucessivos episódios de torturas, mas a reconstrução de identidades, autonomia, resgate da cultura, da cultuação da religião, o seja, o controle da própria vida.

> Eu discordo do (sic) quilombo ser compreendido somente como uma luta, mas como um estabelecimento de homens que querem manter a sua autonomia, e a importância do quilombo hoje, pra consciência do negro, está justamente nessa busca de autonomia, autonomia cultural, autonomia de vida, e não somente a autonomia da escravidão dos séculos passados (NASCIMENTO, 1977, p.03).

Na atualidade, o conceito de quilombo não está relacionado ao sentido antropológico tal como definido na história, como espaço de "aldeamento de escravos fugitivos", mas passa a ser ressemantizado e abrange "também os que surgiam da ocupação de terras de antigas fazendas escravistas, de terras devolutas, e das doações de terras feitas à ex escravos" (ANJOS, 2004, p. 295).

Para Almeida (2002), é necessário romper com essa visão insatisfatória de conceituar os quilombos como se ainda fossem redutos de escravos/as fugitivos/as, por dois motivos: primeiro, por ser possível encontrar vários modelos que contrariam tais características, como é o caso das comunidades estudadas por ele no Maranhão; e segundo, principalmente, porque nesta visão:

> O quilombo já surge como sobrevivência, como 'remanescente'. Reconhece-se o que sobrou, o que é visto como residual, aquilo que restou, ou seja, aceita-se o que já foi. Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras, tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão do quilombo, porquanto não se pode continuar a olhar com uma categoria histórica acrítica nem com a definição de 1740. (ALMEIDA, 2002, p. 53- 54)

Ao invés de se prender a um estereótipo de quilombos baseados na época da escravidão, o autor defende a adoção da observação etnográfica, método através do qual seria possível romper com a visão que ele denomina frigorificada de quilombo, isto é, composta dos mesmos elementos descritivos contidos na resposta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740, e a necessidade de descortinar o conceito de quilombo e passar a discutir o que ele é na contemporaneidade. Ainda conforme o autor:

> é necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica strictu sensu e das outras definições que estão frigorificadas e funcionam como uma camisa-de-força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha encerrado o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. (ALMEIDA, 2002, p. 62-63)

O Programa Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004 pelo Governo Federal, base do Plano Agenda Social Quilombola, criada pelo Decreto 6.261/2007, que reúne ações voltadas às comunidades de remanescentes de quilombos em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Qualidade de Vida, tem como objetivo consolidar os marcos da política de Estado para territórios quilombolas com ênfase na participação da sociedade civil. A partir disso, o termo quilombo passa a ser definido para fins de direitos e reconhecimento, especificamente como:

> territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se autodeterminam comunidades negras de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições culturais e econômicas específicas que se distinguem de outros setores da coletividade nacional (BRASIL, 2004, p. 6)

> as comunidades [negras que] se caracterizam pela prática do sistema de uso comum de suas terras, concebidos por elas como um espaço coletivo e indivisível que é ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos diversos grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2009. p. 11)

Em relação à etimologia da palavra Fôjo, as pesquisadoras relatam que a palavra está com acentuação circunflexa, pois é dessa forma que está escrita nos documentos antigos da comunidade, O Fôjo tem origem nas armadilhas construídas nos tempos de Alfredo Gomes, os relatos indicam que ele havia aprendido a técnica com os capitães do

mato, que faziam buracos, os fôjos, e camuflavam com folhagens, para que na fuga, os escravizados caíssem e fossem capturados.

O quilombo foi/é um espaço de organização social, potência cultural e política e de resistência à "modernização conservadora" (DE SOUZA PIRES, 2009) e persiste diante de uma classe dominante, racista e eurocentrada que, além de negar aos negros/às negras direitos básicos, os invisibilizam.

Memórias I
queria ver você negro
negro queria te ver
se Palmares ainda vivesse
em Palmares queria viver.
O gosto da liberdade
Sentido
Cravado
No peito
Correr,
Sentir os campos
ter
a vida.
(Atabaques, p. 19-24)

Atualmente (segunda década do século XXI), o Brasil atravessa um período de retrocessos de direitos, ataques deliberados à democracia, tempos em que o retorno à ditadura militar é conclamado pela direita e que a ciência e a educação têm as suas atuações deslegitimadas. Época em que se tem como Presidente da República Jair Bolsonaro, que reafirma em sua fala desde a campanha presidencial que não haveria demarcação para comunidades tradicionais, tendo proferido ataques de cunho racistas ao quilombo, conforme publicado neste endereço eletrônico: https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de- racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica, "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R$ 1 bilhão por ano é gasto com eles. Se eu chegar lá (na Presidência), [...] não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola."

E esse cenário de perseguição ao retrato histórico desses povos que carregam nos seus corpos e memórias as fissuras de um período escravicionista covarde e desumano,

no qual foram submetidos pela estrutura eurocêntrica colonial, se repete. Ainda se deparam, na contemporaneidade, com ações de exclusão e apagamento da sua episteme, por chefes de órgãos que teriam o dever de preservar a sua história e memória.

Nesses tempos em que o fascismo parece estar legitimado no Brasil, por práticas e discursos de ódio, o Brasil tem como Presidente da Fundação Palmares Sérgio Camargo, um homem negro, de pele retinta, que tenta desconstruir a trajetória e história do povo negro e que ataca a representatividade de Zumbi dos Palmares, que é o símbolo de resistência a escravidão, afirmando em seu discurso, que 'Zumbi não é um herói autêntico", e sim uma "construção ideológica de esquerda". A Fundação Cultural Palmares – FCP é um órgão do Governo Federal cuja criação foi autorizada pela Lei nº 7.668/88 e materializada pelo Decreto nº 148/ 92, "com a finalidade de promover a cultura negra e suas várias expressões no seio da sociedade brasileira".

Nestes tempos sombrios de retrocessos e extinção de diretos adquiridos pela luta popular, mais do que nunca é tempo de aquilombamento, para fortalecimento e resistência a toda forma de deslegitimação imposta pelo poder hegemônico em vigência. É tempo, portanto, de aquilombar-se!

2.2 ME (DE)MARQUE!

Em 2002 ocorreu a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que teve seu texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de julho de 2002, entrando em vigor no Brasil em 25 de julho de 2003, ratificada pelo Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. Esse evento culminou na elaboração do "primeiro documento internacional que reconheceu direitos às terras ocupadas por povos originários ou tribais, cuja organização social os diferencia da maioria da população".

Cabe ressaltar que o direito das comunidades quilombolas está em consonância com instrumentos jurídicos internacionais, como é o caso da Convenção 169, e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos povos indígenas e tribais. É um instrumento que tem como objetivo proteger os direitos dos povos indígenas e tribais.

Também norteia os movimentos sociais em suas mobilizações e reivindicações. De acordo com Lopes (2013, p. 112):

> A Convenção 169, traz elementos que buscam a proteção de povos e comunidades tradicionais e tem por escopo assegurar o acesso desses povos a seus territórios. Entre os direitos reconhecidos, destacamos o direito à consulta; o direito de permanecer em seus territórios. Não por outra razão essa Convenção tem ocupado, nos últimos anos, lugar de destaque nas pautas dos movimentos sociais representativos dos povos e comunidades tradicionais.

Lopes (2013) alerta para as dificuldades encontradas na implementação da Convenção 169 da OIT, considerando as dificuldades de ruptura com o direito positivo hegemônico.

A questão da titulação dos territórios quilombolas está preconizada Constituição Federal de 1988 (CF/88) – Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos" (BRASIL, 1988). Salienta-se que, no caso geral brasileiro, essas terras eram oriundas das comunidades tradicionais e estavam sendo habitadas por outros grupos sociais agrícolas dominantes, como foi sinalizado por Acselrad (2004). Isto é, os conflitos socioambientais são inerentes à história regional e, uma vez resgatados, poderão reconstruir, via certos processos de ensino-aprendizagem (in)formais, sua identidade cultural, ambiental, social e histórica, para que seja desenvolvido a noção de pertencimento territorial dos seus grupos étnicos.

No Território brasileiro há mais de 3 mil comunidades de remanescentes de quilombos esperando e lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988.

Em todo o território nacional, as comunidades quilombolas estão presentes em cerca de 24 Estados: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Figura 12 - Mapa do Brasil apontando as terras de quilombos tituladas e em processo (2016).

Fonte: Site da Comissão Pró – Índio de São Paulo – acesso em 22/06/2020.

O arcabouço jurídico brasileiro preconiza que a identidade quilombola estará sujeita a autorreconhecimento de quem a pleiteia. O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) conceitua que "as comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias" (INCRA, 2015).

As etapas percorridas para aferição da titulação das terras quilombolas são definidas por legislações federais e estaduais. No Brasil, cerca de dez estados possuem normas de regularização fundiária quilombola, são eles: Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. No nível nacional, o INCRA é a instituição responsável por certificar os territórios quilombolas, conforme os procedimentos jurídicos vigentes, previstos no Decreto Federal nº 4.887 de 2003 e na Instrução Normativa Incra nº 57 de 2009.

Com base em legislações específicas, as etapas citadas abaixo para titulação do território quilombola foram retiradas das orientações publicadas no site do INCRA e da Fundação Palmares. Conforme dispõe o art. 2º, § 1º do Decreto n. 4.887/2003, "para os fins deste decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade (BRASIL, 2003). A partir do que promulga a lei, a primeira etapa para a aquisição da titulação é o autorreconhecimento da comunidade de remanescente de quilombos e a investidura em

pessoa jurídica, para só assim submeter o pedido à Fundação Cultural Palmares - FCP, que solicita a identificação histórica da relação com a terra habitada, como história dos antepassados. A etapa desse processo é feita através de requerimento do interessado, ou, mesmo, de ofício pelo INCRA, de acordo com o que consta no art. 7º, §4º da instrução normativa (BRASIL, 2009) e do art. 3º, §3º do Decreto n.4.887 (BRASIL, 2003). As condicionalidades para iniciação do processo estão listadas abaixo, conforme a letra do art. 3º, inc. I a V da referida portaria:

> I- A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
> II- A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembleia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
> III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;
> IV- Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo;
> V- Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição (BRASIL, 2007).

A emissão da certificação será gratuita, de acordo com o art. 5º, § único, da Portaria n. 98 (BRASIL, 2007) e conterá o número do termo de registro no livro de cadastro geral de remanescentes das comunidades.

Nessa fase, o INCRA elabora um estudo da área onde a comunidade está situada, "contendo informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, socioeconômicas, históricas e antropológicas daquele contexto". De accordo com o art. 9º da Instrução Normativa n. 57:

> A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes (BRASIL, 2009).

A elaboração do RTID é de responsabilidade das Superintendências Regionais do INCRA, realizado por equipe técnica interdisciplinar. A comunidade tem o direito de

participar de todas as etapas do relatório. O objetivo do documento é a identificação do território quilombola e a situação fundiária da terra.

O RTID será elaborado, preferencialmente, por especialista que mantenha vínculo funcional com o INCRA, conforme o art. 10, VI, § 2º da instrução normativa (BRASIL, 2009). Após concluir os trabalhos, o Instituto publica edital no Diário Oficial da União (D.O.U) e do estado federativo contendo informações sobre a área onde foi elaborado o relatório, em conformidade ao disposto no art. 11 da instrução normativa (BRASIL, 2009) e a letra do art. 7º do Decreto n. 4.887.

O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

> I- Denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;
> II- Circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel; III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e
> IV - Títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação (BRASIL, 2003).

O art. 13 da instrução normativa (BRASIL, 2009) e 9º do decreto (BRASIL, 2003) estabelecem que, após a publicação do RTID, abre-se o prazo de 90 dias para contestações de interessados particulares ou outros órgãos governamentais. Seu art.14 determina:

> As contestações dos interessados indicados no art. 12 serão analisadas e julgadas pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA, após ouvidos os setores técnicos e a Procuradoria Regional em prazo comum de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo da contestação (BRASIL, 2009).

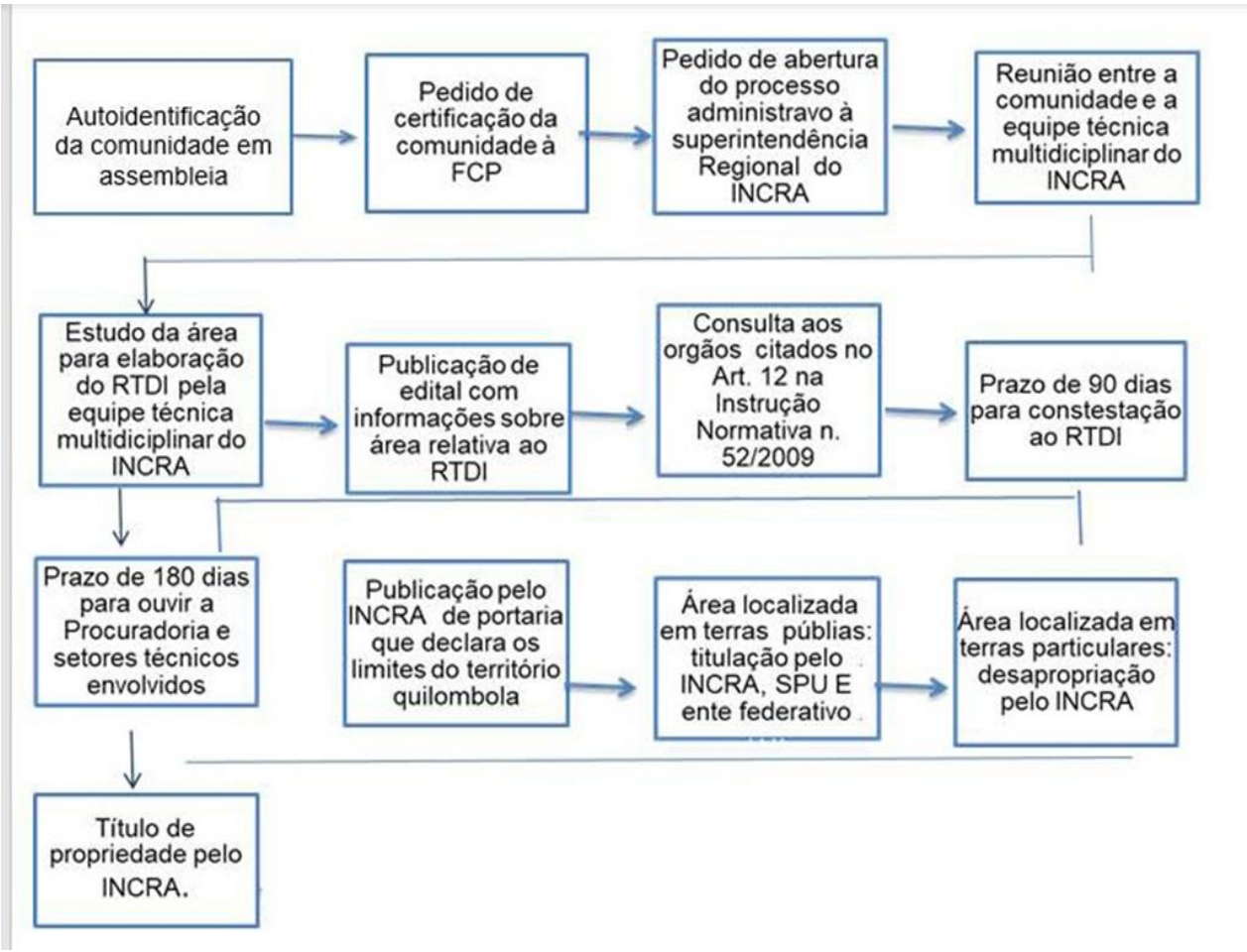
Se as contestações forem consideradas procedentes, retifica-se e republica-se o edital. Se improcedentes, o RTID é aprovado em definitivo. Tendo por base esse relatório, o INCRA publica no D.O.U e no Diário Oficial do Estado portaria que reconhece e declara os limites do território quilombola- art. 17 da instrução normativa (BRASIL, 2009). Nessa etapa, conforme Art. 10 e 12 do Decreto n. 4.887 (BRASIL, 2003) e art. 18 e 20 da Instrução Normativa n. 57:

> o processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. No caso deste se localizar em terras públicas, a etapa torna- se desnecessária, pois, sendo terras da União, a propriedade será titulada pelo INCRA ou pela Secretaria de

> Patrimônio da União (SPU); em terras estaduais ou municipais, a titulação será realizada pelo respectivo ente federativo (BRASIL, 2009).

Caso a área quilombola esteja sobreposta em domínio particular, o INCRA deve iniciar processo de desapropriação; nesse caso, trata-se de processo de desapropriação por interesse social, iniciado com a assinatura do Presidente da República no decreto.

Quadro I: Caminhos para Titulação – Percorrer é preciso



Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, com orientações do INCRA

Percorrer o caminho rumo à titulação é um processo difícil para muitas comunidades quilombolas, que em sua maioria são quilombos rurais, com dificuldades de acesso à informação, decorrentes de inúmeros fatores de cunho social, educacional, econômico e de infraestrutura.

2.3 "ITÁ ÎAKARÉ" E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Itacaré é um município do Território de Identidade Litoral Sul do estado da Bahia que se limita com os municípios de Maraú, Aurelino Leal, Ubaitaba, Uruçuca e Ilhéus. O

território é banhando pelas águas do Oceano Atlântico, composta pelo bioma mata atlântica, pertencente ao sistema costeiro-marinho, clima tropical e tem como rio mais importante o Rio de Contas.

Figura 13– Mapa da localização do Município de Itacaré – Bahia.

Fonte: https://vamospraonde.com/itacare-bahia/

Possui uma área territorial de 730,280, km² e está situada uma altitude de 29 metros do nível do mar e, conforme dados do IBGE de 2019, a sua população está estimada em 28. 296 habitantes. Está localizada a 445 km da cidade de Salvador, 95 km de Itabuna e 55 km de Ilhéus.

Por volta do ano de 1720, o Jesuíta Luís da Grã ergueu uma capela sob a invocação de São Miguel, sendo o primeiro topônimo “São Miguel da Barra do Rio de Contas", juntamente com o município de Ubaitaba, que chamava-se Itapira, sede do município de São Miguel da Barra do Rio de Contas.

Atualmente Itacaré tem seu significado baseado em vários topônimos, uns dizem que é “Pedra Redonda”, outros que é “Pedra Bonita”, alguns dizem que o nome deriva do tupi antigo, que quer dizer "jacaré de pedra", mediante a conjunção dos termos itá (pedra) e îakaré (jacaré). Em pesquisa realizada junto à Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia, apurou-se outro significado, segundo o qual a palavra Itacaré é formada por: “itacá” (rio ruidoso) e “ré” (diferente); dessa forma, Itacaré significaria “rio de ruído diferente”, possivelmente referenciando o Rio de Contas que, por meio de suas diversas cachoeiras, ecoa o som das águas.

O processo de povoamento e formação de Itacaré está alicerçado em três pilares, conforme os dados antropológicos da Comunidade do Fôjo: I – a formação de diversas aldeias indígenas, que tinham como subsistência a caça, pesca e a agricultura, II – a colonização portuguesa, com a formação de capitanias hereditárias, iniciada em 1530 e Itacaré pertencia à capitania de Ilhéus, III – a chegada dos Jesuítas e o processo de catequização dos índios, que tinha como um de seus objetivos a demarcação de terras.

Os dados apontam que, antes do processo de colonização, Itacaré era habitada por algumas etnias indígenas, como os Pataxó e, nas proximidades, os Pataxó Hã Hã Hãe, no lugar onde nos dias de hoje é a sede no município.

Ainda nas proximidades do Rio de Contas viviam outras etnias indígenas, a exemplo dos Tupiniquins, os Queréns e os Aimorés que, no período colonial, foram dizimadas no processo de instalação da capitania hereditária de Ilhéus. (NOGUEIRA, 2009).

A povoação foi elevada a sede de município em 1732 e Ubaitaba tornou-se seu distrito, por obra de dona Maria Athaíde e Castro, a condessa do Resende, donatária da capitania de Ilhéus Itacaré e Ubaitaba foram desmembradas pelo decreto nº 8567 de 27 de julho de 1933.

A base econômica, não só do município de Itacaré, como da região sul da Bahia, foi a produção de cacau em sistema cabruca (um sistema ecológico de cultivo agroflorestal), que precisa da sombra da Mata Atlântica para ser plantado, ao contrário da cana-de-açúcar e do café, em que seria necessário devastar toda a mata.

Devido à cultura do cacau, entre os anos de 1890 e 1940, houve desenvolvimento econômico na região, porém, ainda nos anos 1940, o porto, que era um dos principais pontos de escoamento da produção agrícola da cidade, assoreou e o lugar ficou isolado, visto que as estradas, naquela época, eram muito ruins. Esse isolamento dificultou o crescimento até a construção da Estrada Parque da Serra Ilhéus-Itacaré em 1998, a primeira estrada realmente ecológica do país.

Em meados dos anos 1970, quando a vassoura de bruxa atacou as lavouras de cacau, houve o empobrecimento de toda região, pois o cacau era a única cultura predominante na região sul da Bahia.

Nos anos de 1993, o governo estadual criou uma Área de Proteção Ambiental (APA) antes de construir a estrada, em 1998, dando regras ao crescimento da cidade. Essa área de preservação estimulou o desenvolvimento de Itacaré como destino de ecoturismo e não de turismo de massa.

Desde a criação da Estrada Ilhéus-Itacaré, a cidade é um dos principais centros turísticos do litoral sul baiano, destacando-se como principal ponto de surfe do estado. Outra obra importante foi a construção da ponte sobre o Rio de Contas, com a desativação da antiga balsa e o acesso norte pela rodovia BA-001 integrou a cidade de forma mais intensa à Península de Maraú, encurtando a distância da capital estadual através do ferry-boat de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica.

Os principais monumentos históricos de Itacaré são a Casa dos Jesuítas e a Igreja Matriz (1723), primeiro bem oficialmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Ambiental e Cultural da Bahia - IPAC.

Essas Terras de Preto, segundo a Secretaria de Cultura da Cidade, possui 06 (seis) comunidades de remanescentes de quilombos rurais, são eles: Quilombo do Fojo, Quilombo João Rodrigues, Quilombo de Santo Amaro, Quilombo Oitizeiro, Quilombo de Água Vermelha e o Quilombo Serra de Água, e o único quilombo urbano é o da Comunidade de Porto de Trás, perfazendo, assim, sete comunidade quilombolas.

FÔJO - Localiza-se às margens da estrada Itacaré-Taboquinhas. O nome Fojo está relacionado à armadilha para caças, que eram feitas em buracos na terra, tendo uma cobertura de folhagens.

SANTO AMARO - Essa comunidade localiza-se à margem esquerda do Rio de Contas. Não se sabe exatamente a origem do seu nome, mas, segundo informações de terceiros, Amaro era o nome de um dono de uma olaria.

JOÃO RODRIGUES - Localiza-se à margem esquerda do Rio de Contas. Sua história está relacionada à história da produção de açúcar e pela história das fazendas de cacau.

SERRA DE ÁGUA - Localiza-se próximo à divisa com os municípios de Ubaitaba e Uruçuca, por onde passa o Rio Serra de Água, Foi certificada em certificação em 06/07/2010.

OITIZEIRO - O Quilombo do Oitizeiro, localizado na Vila de São José da Barra do Rio de Contas, Comarca de Ilhéus, atual município de Itacaré, data de 1806. Esse quilombo originou o território quilombola de Itacaré.

ÁGUA VERMELHA - certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizada na portaria nº- 104/2016, publicada no dou de 20/05/2016.

PORTO DE TRÁS - Localizado na Rua Dez de Dezembro, Itacaré, e foi certificado em 27 de dezembro de 2010.

Conforme dados históricos, Itacaré tornou-se terra de quilombos pois, no passado, era referência no comércio negreiro na Bahia, que acontecia na foz do Rio de Contas e, segundo relato de quilombolas, muitos navios naufragavam no rio quando entravam para comercializar os escravos e, assim, os/as negros/as sobreviventes fugiam para as matas e davam origem aos quilombos.

Nos dias atuais, a principal fonte de economia da cidade é o turismo, que responde por mais de 90% do seu produto interno bruto - PIB. Os principais segmentos turísticos trabalhados são ecoturismo, sol e praia, turismo de aventura e esportivo. O projeto "Surf para a Costa do Cacau" dispõe de um cronograma de competições estaduais e nacionais realizadas em diversas cidades da região e válidas para competições. O festival gastronômico também considerado um evento turístico da cidade.

Itacaré dispõe de iniciativas culturais como forma de reafirmar que os movimentos negros estão presentes e resistindo, a exemplo do Festival da Cultura Quilombola de Itacaré, que contou com a parceria da Fundação Palmares, SEPPIR, e com o Conselho Quilombola de Itacaré.

Esses festivais anuais ocorrem na Praça São Miguel e no Centro Cultural Porto de Trás Itacaré e disponibiliza um cronograma com várias manifestações culturais, como: mostra cultural, apresentações de danças, culinária típica, Plantas medicinais, Exposição de fotos, Mostra de filmes quilombolas, Feira de artesanato, Trocas de sementes crioulas, Oficinas de cultura quilombola e tem como objetivo o fortalecimento da identidade étnica quilombola.

Figura 14: Material de divulgação do I Festival Quilombola

Fonte: https://www.facebook.com/pg/Cultura.Quilombola/photos/

A Associação de Afro Desenvolvimento Casa do Boneco de Itacaré (CBI) é uma entidade sem fins lucrativos que, desde 1988, trabalha com a cultura a serviço da população afro indígena após os processos de exclusão constituídos historicamente. As ações desenvolvidas fazem a interface da identidade cultural e da sustentabilidade socioeconômica.

Em 2010 foi inaugurada pela CBI a Fazenda Modelo Quilombo D' OITI, baseado no turismo étnico de base comunitária, nas margens do Rio de Contas, onde é possível conhecer a história e os hábitos das comunidades quilombolas. Conforme disponibilizado em seu endereço eletrônico oficial: a Casa de Boneco "tornou-se um centro de referência afro participante da Rede Nacional de Turismo Solidário (Turisol); do Núcleo de Formação Continuada da Rede Nacional Mocambos; da Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, representante em 2010 da Delegação brasileira nos Estados Unidos pela Agenda Bilateral de Promoção da Igualdade. A entidade desenvolve cinco programas:

- Educação Antirracista – seminários, diálogos, estudos e pesquisas a respeito da lei 10.639 / promoção da educação para igualdade racial;
- Cultura afro – atividades de dança afro, percussão, festas populares;
- Apropriação Tecnológica – circuitos de aprendizados com diferentes tipos de tecnologias sociais (dentre elas as tecnologias da comunicação – blogs, jornais, rádios web);
- Sustentabilidade Comunitária – Implementação da Fazenda Modelo Quilombo Doiti e do Turismo Étnico de Base Comunitária;
- Pontinho de Cultura / Ludicidade – programa de atenção a crianças negras.

Figura 15: Perfil da página do Facebook da Casa do Boneco

Fonte: https://www.facebook.com/CasaDoBoneco?fref=ts

Vale ressaltar que o turismo de base comunitária tem sido cobrado por agricultores de Itacaré junto aos governos Estadual e Municipal e também proposto em MIs dos Editais de Inclusão Produtiva por muitas associações de Agricultores/as Familiares e de Quilombolas de Itacaré, a exemplo de Pancada Grande e do Fôjo, e tem sido discutido como estratégia de potencializar a autogestão e a autonomia econômica dessas comunidades. Essa nova modalidade requer uma menor infraestrutura, pois a rota está situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar e serve como mecanismo para

fortalecimento, disseminação e resgate das heranças culturais e do fortalecimento de suas tradições.

O quilombo do Fôjo participou do edital 15/2020, do Bahia Produtiva. O projeto descrito na MI, na ocasião, pretendia construir um restaurante e estruturar a comunidade para se tornar uma rota para o turismo de base comunitária. O objetivo era apresentar aos turistas as tradições da culinária quilombola, porém o projeto não foi selecionado.

2.4 PROCESSO DE AUTORRECONHECIMENTO E DA IDENTIDADE ÉTNICA

À luz do pensamento de Woodward (2000), o conceito de identidade é definido pela negação, ou seja, por aquilo que não é, e essa construção de identidade está pautada em uma perspectiva essencialista, ou seja, sobre quem pertence ou não a determinado grupo identitário. Neste caso, a identidade é vista como fixa e imutável. Ainda conforme o autor, a identidade é relacional; em outros termos, a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica e depende daquilo que o outro diz o que ela é, e também é marcada por meio da linguagem e por símbolos que designam a diferença.

Em relação à construção da identidade pela diferença, Stuart Hall explica que:

> [...] elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma "identidade" em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, p.109, 2005)

Sobre as identidades culturais essencialistas e não essencialistas, pontuamos que a primeira concebe a identidade como fixa, sólida e imutável, com relação à qual um determinado grupo de pessoas se identifica, como, por exemplo, uma nacionalidade, uma etnia ou uma raça. A segunda se refere a uma concepção de identidade fluida, móvel, em construção e híbrida, em relação à qual não apenas determinada categoria de pessoas se identifica, mas uma coletividade heterogênea, ou seja, vários grupos de sujeitos.

Nesse sentido, Stuart Hall considera a identidade essencialista frágil, pois naturaliza as diferenças, passando a ideia de que são fruto de diferenças biológicas e genéticas, portanto, naturais, enquanto o apropriado é indicar tais diferenças como construções históricas e culturais. A etnicidade, conforme o pensamento de Weber

(2004), é uma construção política (de organização sociopolítica). O autor apresenta a importância da etnografia e do estar lá e considera imprescindível que os sujeitos de direitos, formadores de uma identidade coletiva, se expressem e se mobilizem, pois é inconcebível dizer o que o outro é, de forma facciosa e com base em critérios pretensamente objetivos.

Para Barth (1998), a "nova etnicidade" consiste em um tipo de organização que confere pertencimento pela afiliação e exclusão, em uma relação de fronteiras contrastivas.

> Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. (Ou então) o ponto central da pesquisa torna-se a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange. As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais. (BARTH, 1998, p. 195)

O processo de construção identitária da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Fôjo, iniciou-se a partir da formação e organização dos atores envolvidos, conforme conceituou Barth. De acordo com o RTDI (2015) do Fôjo, os vocábulos remanescentes de quilombo e quilombola surgiram na comunidade no ano de 2003, após a participação de seus membros no I Seminário, que teve como temática a questão quilombola. O evento ocorreu na cidade de Itacaré e teve a finalidade de iniciar discussões sobre a possiblidade de serem comunidade de remanescente de quilombo. Esse período de engajamento político culminou no autorreconhecimento enquanto integrantes de quilombo.

O sentimento de pertença da comunidade deriva de elementos atribuídos de forma coletiva como: descendência atrelada ao período da escravidão e a sua resistência, história da ocupação tradicional das terras, sinais fenotípicos, manifestações culturais e religiosas, modos de vida e trabalho e a relação com o meio ambiente e de sociabilidade com outro. O entendimento relacionado sobre o uso e a ocupação territorial também é um fator que determina o pertencimento.

Para os/as quilombolas do Fôjo, a identidade não se restringe à cor da pele e nem ao passado de resistência no cativeiro, mas congrega múltiplas identidades assumidas pelo indivíduo, que envolve identidades particulares, como ser agricultor/a, trabalhador/a

da roça, gente do mato, pobre e abrange outras características físicas e sociais e os laços de parentesco.

Dessa forma, é importante pontuar que, conforme registrado no RTDI (2015),a comunidade se autorreconhece enquanto quilombola, pois é constituída por uma única matriz familiar que descende de Alfredo Gomes, ex-escravizado e fundador do Quilombo do Fôjo.

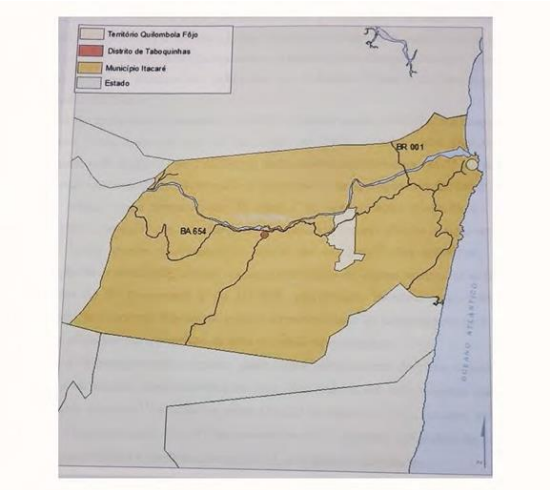
2.5 FÔJO, LUGAR DE (RE) EXISTÊNCIA

O Relatório Antropológico da Comunidade do Fôjo, Itacaré (2014), relata a localização da comunidade. Desse modo, conforme o documento, o Quilombo está situado no Distrito de Taboquinhas, município de Itacaré, no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, no Km 18 da Rodovia estadual BA-654, aproximadamente a 9 km da entrada da cidade de Itacaré.

O relatório descreve a precária conservação da estrada e o percurso tortuoso do Fôjo para a cidade de Itacaré; contudo, vale pontuar que a estrada atualmente (início de 2020) encontra-se em bom estado de manutenção.

Está documentado que os estudos da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) apontam que parte do território incide sobre terras devolutas e que, de forma contraditória, foram identificadas 22 fazendas de particulares, além da existência do Parque Estadual da Serra do Conduru, da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Capitão, da RPPN Pedra do Sabiá e do Corredor Ecológico Esperança do Conduru.

Figura 16 - Mapa Localização do Território quilombola Fôjo



Fonte: RTDI (2015)

De acordo com o RTDI publicado em 11/03/2015, o marco legal da origem do Fôjo está pautada em lembranças e na reconstrução das memórias, como prevê a Instrução Normativa do INCRA nº 57/2009, que considera a descrição do histórico de ocupação do território pleiteado baseado no acervo memorial das próprias comunidades quilombolas, como também o depoimento de eventuais atores externos à comunidade.

O quilombo foi formado entre as décadas de 1880 e 1890, após a chegada de Alfredo Gomes, que havia fugido do processo escravicionista, orientado pelo rio de Contas. Os documentos retratam que não se sabe com exatidão o ponto de partida da fuga, quando guiado pelas águas, se foi sentido Itacaré-Fôjo ou Ubaitaba-Fôjo. Não se tem registros da época de nascimento e de falecimento de Alfredo Gomes, acredita-se que ele tenha nascido no Brasil, já como escravizado, por volta de 1860 e 1870.

Os relatos colhidos pelos/as técnicos/as que elaboraram o relatório indicam que Alfredo era capoeirista e que carregava em seu corpo as marcas das torturas sofridas durante a escravidão, nos tornozelos, pulsos e costas, decorrentes atos de "rebeldias", pela não aceitação do domínio colonial.

Sobre a etimologia da palavra Fôjo, as pesquisadoras relatam que está com acentuação circunflexa, pois é dessa forma que está escrita nos documentos antigos da comunidade. O Fôjo tem origem nas armadilhas construídas nos tempos de Alfredo Gomes, conforme os relatos, que indicam que ele havia aprendido a técnica com os capitães do mato, ao fazerem buracos, os fôjos, camuflados com folhagens para que, na fuga, os/as escravizado/as caíssem e fossem capturados/as. Alfredo Gomes ressignificou a tática e a usou em seu favor, com o objetivo de capturar os capitães do mato que porventura fossem em sua busca e também para caçar alimentos para a sobrevivência da comunidade.

Em 07/03/2006, a Comunidade do Fôjo deu entrada no processo de certificação sob n° 01420.000432/200-11, na Fundação Cultural Palmares (FCP). Com o início do Programa Brasil Quilombola, o Fôjo foi o primeiro quilombo a ter o seu RTDI publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 26/03/2015. Somente após dez anos da data de entrada no processo rumo à titulação, o Quilombo alcançou a tão sonhada certificação, por meio da Portaria n° 104/2016, publicada no Diário Oficial da União em 20/05/2016, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 68, que versa sobre o direito definitivo da propriedade ocupada pelos Remanescentes de Quilombos.

O Quilombo possui uma área de 1,3 mil hectares, onde atualmente residem 273 habitantes em 64 famílias, que vivem basicamente da agricultura familiar, com culturas variadas, como: cultivo de cacau, banana, mandioca para fabricação de farinha e fruticulturas. Alguns pequenos agricultores sobrevivem da criação de animais de pequeno e médio porte e da pesca no Rio de Contas. Há também a confecção de artesanatos na comunidade. A produção é basicamente para subsistência, mas o excedente é comercializado nas feiras livres de Itacaré aos domingos pela manhã e também na de Taboquinhas, realizada aos sábados pela manhã, o que configura, de acordo com Baiardi (apud HORA, 2006, p.54), uma atividade com traços coloniais e arcaicos, caracterizados pela marginalização dentro de um processo econômico mais amplo.

Durante a pesquisa no Quilombo do Fôjo, pude observar que a produção desenvolvida na comunidade é executada em regime de trabalho coletivo e familiar, coordenado, na maioria das vezes, pela figura masculina. Cada família possui sua roça, onde cultiva gêneros alimentícios como mandioca, feijão, fruticulturas, cacau, milho, banana da terra e prata. Algumas mulheres possuem em seus quintais hortaliças e verduras como alface, couve, quiabo, tomate, cebola e criam animais de pequeno porte como galinhas e porcos. A pesca no Rio de Contas é utilizada como complementação alimentar.

O campo de Futebol é um dos poucos espaços de lazer disponíveis no Quilombo. Lá, os homens se reúnem aos finais de semana para jogar o “baba”, e as mulheres participam na torcida. Eles organizam torneios com times de outras comunidades.

O próximo capítulo discorrerá sobre os impactos e a influência da religião no desenvolvimento de uma educação atirracista na Escola do Fôjo.

CAPÍTULO III RELIGIÃO E INTERFERÊNCIA NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DO FÔJO

3.1 MONOTEÍSMO, UM RISCO PARA A PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES

Na história tradicional e contemporânea dos quilombos brasileiros, identificamos que a maioria tem sua base religiosa centrada no sincretismo religioso. Dissemelhante da Comunidade Quilombola do Fôjo em Itacaré, que não realiza mais os rituais tradicionais, e sim os cultos religiosos evangélicos, resultado de algumas trocas decorrentes de um processo sócio-histórico-religioso.

No Brasil, o sincretismo religioso é marcado por um fenômeno social complexo. De acordo com Sanches (2001, p. 69), o sincretismo religioso "valeu como uma poderosa arma que de início os negros habilmente manejaram contra a pressão esmagadora da cultura superior dos povos escravizadores". Bobsin (2003, p. 26-27) aponta que:

> [...] É indiscutível a influência de quatro séculos de escravidão na economia colonial; foram quase 400 anos de opressão cruel sobre os negros africanos, mas que não conseguiram aniquilar a identidade de milhões de africanos e de seus descendentes porque os seus sistemas religiosos, desde os primórdios do Brasil, desempenharam o papel de preservação do patrimônio cultural mutilado pela escravidão. Mas as implicações da escravidão não se restringem apenas aos negros e negras. Ela tingiu o tecido social brasileiro [...].

Após a extinção da religião de matriz afro-brasileira na Comunidade de Quilombo do Fôjo, houve uma ascensão e fortalecimento da igreja protestante Assembleia de Deus, na década de 1990. Conforme Nascimento e Da Silva Jr. (2020),

> [...] o quilombo do Fojo possui 90% da sua população evangélica. Existe uma igreja evangélica da Assembleia de Deus dentro do Território quilombola e, mesmo que se trate de uma comunidade com descendência e história originariamente africanas, tudo indica um certo predomínio atual da Teologia da Prosperidade, em detrimento de saberes e práticas afro-brasileiras.

É possível que a presença dos dogmas evangélicos em uma Comunidade Quilombola gere impactos diretos na identidade coletiva, pois de certo modo, deve apresentar um alto grau de intolerância em relação às culturas de matriz africana em suas várias expressões, principalmente aquelas que rementem mais diretamente a elementos estéticos das religiões afro-brasileiras, como as expressões culturais e a permanência da sua história por meio da Educação Escolar Quilombola.

Figura 17 – Fachada da Igreja Assembleia de Deus do Fôjo

Fonte: Arquivo pessoal

Desse modo, "a instituição da prosperidade, como alvo imediato da fé, mostra que o pentecostalismo acresce o campo de intervenção da fé [...] a crença passa também a ser motivada pelo que se vê", esta crença "deixou de ser um fim em si mesma e tornou-se mediadora de conquistas" (SOUZA, 2004, p.47)

A experiência híbrida de cunho religioso com o protestantismo da Comunidade de Remanescente de Quilombo contribui para a mudança de comportamentos e das identidades territoriais construídas pelos quilombolas, os fiéis se dedicam aos cultos, com o objetivo de alcançar a cura, a solução dos problemas e a prosperidade financeira. E também determina as atividades que devem ser agregadas ou extintas no cotidiano da comunidade. Percebe-se que esses atos geram consequências na linguagem e nos costumes dessa comunidade, pois ocorre um processo de hibridização em decorrência dos dogmas evangélicos do protestantismo.

No decorrer da pesquisa, em conversa com uma mulher quilombola, no Rio de Contas, lavando louças em bacias de alumínio, procurei compreender como ocorreu o processo de transição da religiosidade. Conforme dona Josefina, quilombola e residente no Fôjo há mais de 40 anos: "[...] aqui tinha novena de Santo Antônio, o povo rezava

muito, quadrilha de São João, nós dançávamos forró, tinha caruru de Cosme e Damião, tinha festa" [...] (Entrevista, 10/05/2020, Josefina)

Figura 18 - Dona Josefina rememorando histórias no Rio de Contas

Fonte: Acervo pessoal

Isso permite compreender que, antes da década de 1990, a comunidade desenvolvia episódios de manifestações culturais tanto na vertente católica quanto na religião de matriz africana.

Em 11/05/2019, em conversa com dona Josefina, identifiquei em vários momentos um sentimento de nostalgia do tempo em que as manifestações culturais e religiosas eram permitidas e não demonizadas no quilombo. Quando perguntei se sentia saudades daquela época, ela respondeu:

"[...] não, agora sou crente, nem lembro mais do que eu fazia antes de ser crente. Agora participo das festas da igreja, tem festa do dia das mães e dos pais, agora a gente dança pra Deus [...]" (Entrevista, 11/05/2020, Josefina)

Fica evidente que a igreja promoveu o apagamento da cultura afro na memória dos seus membros que, por sua vez, são remanescentes de quilombos, e esse apagamento parece ser a condicionalidade para "viver uma vida em Cristo"; porém, foi observado que essas memórias estão ali, presentes nas lembranças de dona Josefina, em sua fala, em seu

sorriso e em seu olhar. Esse apagamento da história, dos costumes tradicionais quilombolas são práticas que ocorrem desde o período da colonização. De acordo com Nego Bispo, o colonizador, para submeter os povos africanos e originários da América à condição de escravo, utilizou a religião e a categoria paganismo como condição originária para a exclusão dos ancestrais negros africanos e indígenas. Dessa forma, o indivíduo que não exercesse a fé monoteísta era tido como membro de povos pagãos e, por consequência, considerado apto para a escravidão.

> Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades (Bula "Romanus Pontifex", Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455).

O pensamento de Nego Bispo deixa evidente o poder que o cristianismo exerce na esfera política e administrativa de um povo e de uma nação. Ela determina os modos de vida, comportamentos e quem deve ser absolvido, condenado e escravizado. O autor pontua que o uso dos textos bíblicos foi e é utilizado como fundamento ideológico para a tragédia da escravidão e narra a trajetória da igreja, tendo o objetivo de tentar apagar a cultura e as identidades dos povos que professavam a cosmovisão politeísta, tida pelos "adestradores" como pagã.

> O processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afropindorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, a começar pela tentativa de substituir o paganismo politeísta pelo cristianismo curo monoteísta. No plano individual, as pessoas afro-pindorâmicas foram e continuam sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tida como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens. Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas. (NEGO BISPO, 2015)

Por isso é necessário rememorar a história de Alfredo Gomes e de tantos outros homens e mulheres escravizadas, que não somente almejavam a libertação, mas lutaram por ela, tendo o desejo de voltar a cultuar seus Deuses e Deusas, e a reverenciar os elementos e os fenômenos da natureza, do qual foram privados por séculos. A história do fundador do Quilombo do Fôjo evidencia que o desejo intrínseco na alma dos/as escravizados/as era de retornar a suas práticas religiosas, e isso foi o alimento que permitiu que resistissem após tantos ataques, que tiveram como intuito a anulação das suas identidades enquanto seres humanos politeístas.

Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos
Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais
Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes
Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa
Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo
Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida
Politeístas!
Puristas!
Circulares!
Monoteístas!
Monistas!
Lineares!
Nego Bispo

3.2 CADÊ A MINHA HISTÓRIA?

AGORA É LEI

Dá cadeia para quem me chamar de negro analfabeto
Só não dá cadeia para quem impõe o analfabetismo,
obstruindo meu acesso às escolas
Dá cadeia para quem me chamar de negro burro
Só não dá cadeia para quem me chamar de "moreno",
Mesmo sabendo que com isso querem me transformar
em um híbrido
E assim como os burros, negar as condições de
reprodução da minha raça
Nego Bispo

A Lei 10.639 foi aprovada em 1999 e promulgada em 2003 pelo Presidente da época, Luís Inácio Lula da Silva, e instituiu a obrigatoriedade, no ensino fundamental e médio, público e particular, do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. É importante ressaltar que a referida lei promove mudanças na LDB, que passaria a vigorar com alterações em seus artigos 26-A, 79-A e 79-B, conforme reza o próprio enunciado da lei 10.639/13, segundo o qual a referida normativa legal altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL,

2003a). Em 10 de março de 2008, a lei 11. 645 veio a ampliar a ação da lei 10 639, ao incluir, dentro da temática obrigatória, a temática "história e cultura indígena".

O conteúdo programático preconizado na lei deverá ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Os programas devem contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. A Lei também instituiu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A promulgação da Lei 10.639/03 é uma conquista dos movimentos negros da década de 1970 e das inquietudes dos/as profissionais da educação na década de 1980. Na década de 1990, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares, que teve como objetivo afirmação da identidade negra que, conforme Lucimar Dias, reuniu cerca de 10 mil negros e negras, que foram a Brasília com um documento reivindicatório a ser entregue ao então presidente, Fernando Henrique Cardoso (DIAS, 2005).

Uma das preocupações desses movimentos voltava-se, principalmente, para uma educação que incluísse a trajetória histórica do povo negro, segundo Gonçalves e Petronilha (2000):

> como os negros militantes buscavam reagir à precária situação educacional de seu grupo étnico exigiu deles um tipo de compromisso pessoal, de engajamento direto para resolver um problema que não era exclusivamente dos negros, mas era um problema nacional. (p.145)

Em conformidade com o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, os quilombos são "grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

Considerando as especificidades dos povos quilombolas, em 20 de novembro de 2012, o ministro da Educação homologou a Resolução CNE 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, por considerar que “as comunidades remanescentes de quilombos possuem dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades

no contexto geográfico e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem".

Vale destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica foi mais uma vitória dos movimentos negros e quilombola.

A Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica define que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos/as quilombolas fora de suas comunidades de origem. Dentre os princípios da Educação Escolar Quilombola está

> a garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político-pedagógicos em todas as etapas e modalidades". Também a 'implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas.

Desse modo, o projeto político-pedagógico deverá ser construído em conjunto com a comunidade e garantir a participação efetiva dos/as estudantes. De acordo com Veiga,

> o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos.

A construção dessas leis teve como objetivo manter viva a história da África e afro-brasileira, a partir da sua inserção nos estabelecimentos de ensino nacional, considerando a sua oralidade costumes, ancestralidade e todas as características tradicionais de uma comunidade de remanescente de quilombo.

Na Comunidade de Quilombo do Fôjo, a Escola São Roque II, situada no Território de Quilombo do Fôjo, foi construída pela Secretaria da Educação, em parceria com a comunidade. A escola possui uma sala, um banheiro, uma cozinha e um quintal.

Trata-se de uma escola multisseriada, sendo fundamental I, no período matutino, e educação infantil, no turno vespertino. O quadro de funcionários da escola é composto por: uma merendeira, duas professoras e um porteiro, todos (as) residentes da comunidade. Apesar de ser uma escola que prevê em seu PPP a educação escolar quilombola, ela não é aplicada.

Figura 19 – Parte interna e externa da escola

Fonte: Arquivo pessoal

Durante minha inserção no campo de pesquisa, busquei compreender e identificar se a escola tem mantido viva a história dos/as seus/suas ancestrais, por considerar que a história da construção da comunidade, liderada por Alfredo Gomes, é imbricada de força ,resistência e oposição ao poder eurocentrado e, para além, esse ato foi o resgate da história do povo negro e a consolidação de uma diáspora.

Em entrevista realizada no dia 09/05/19, na Escola São Roque II, a professora Maria relatou que todo o quadro de funcionários/as da escola e a maioria dos pais da comunidade escolar exercia a fé protestante e que, por esse motivo, a EEQ não é aplicada. De acordo com Nascimento e De Sá (2020):

> O papel do professor reeducado e tornado um educador em ato, é de fundamental importância para a preservação do ser e do fazer quilombola na

> comunidade do Fojo. Entender e transformar o processo educacional atual é fundar e aplicar uma educação quilombola, eximida de preconceitos [...]

A professora continuou a relatar que recebeu material didático do Ministério da Educação que versava sobre a história e cultura da África; porém, enquanto professoras, elas o analisaram e consideraram impróprio para ser aplicado em uma escola que está em uma comunidade quilombola monoteísta.

Questionada sobre onde estavam os livros, a professora respondeu: “as histórias eram feias, iriam assustar as crianças [..] não sei onde estão os livros, sumiram”. A esse respeito, Nascimento e De Sá (2020) afirmam: [...] é desapontador perceber que uma consideração respaldada pelo saber popular e pela memória ancestral é tipificada como um “coisa ruim”.

Contrapondo ao relato da professora, seu Sabino, presidente da Associação, externou a sua preocupação com a negação a EEQ por parte das professoras, por considerar em sua fala a importância de dar materialidade à Lei 10.639/13, por se tratar de uma Escola Quilombola, que tem peculiaridades em muitas ações governamentais. Segundo ele:

[...] já conversei com elas (professoras), e com a Secretária da Educação, pois fiquei sabendo que a Escola Quilombola tem mais verba que as outras, e a gente estava perdendo esse dinheiro [...] (Entrevista, 07/06/19, Sabino).

Essa fala evidencia que a preocupação da aplicabilidade da Lei não é promover uma educação antirracista e a preservação da história e tradições, mas de cunho basicamente monetário.

A coordenadora da Educação do Campo, professora Mirian, afirmou também ser evangélica, mas disse que a sua religião não a impede de cumprir o que determina a lei 10.639/03. Quando também questionada sobre os livros, respondeu:

> “... esses livros foram recebidos em outra gestão, lembro que eram muitos e bons, mas ficaram em caixas aqui na secretaria, quando retornei após quatro anos, não os vi mais, sei que eram orientações sobre a educação quilombola, mas não sei onde estão.(MIRIAN, 09/05/2019)

Em 17 de maio de 2019, a prefeitura de Itacaré, através das Secretarias de Educação e Comunicação, realizou o I Seminário de Educação Quilombola, que teve como pauta a discussão de políticas de valorização da educação quilombola e debateu os

desafios de aplicabilidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a importância do papel da escola e da sociedade para a implementação da EEQ. Esse Seminário ocorreu no Fôjo e contou com a participação das comunidades quilombolas do Santo Amaro, Porto de Trás, Oitizeiro, Fojo, Serra de Água e João Rodrigues.

Figura 20: I Seminário de Educação Quilombola

Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com a Secretária da Educação, Eliane Camargo, em sua fala no Seminário, aquela ação se constituía a primeira etapa; em seguida, haveria um ciclo de debates, discussões e seminários que seriam promovidos para alunos/as e profissionais da educação, com o objetivo de provocar a apropriação dos saberes relacionados às culturas afro-brasileiras, africana e indígena. Porém, após essa primeira ação, que aconteceu há um ano e meio, nenhuma outra foi efetivada.

Importa destacar que, quando a anulação da história de um povo é promovida por grupos alheios, o povo em questão se organiza para manter sua história e memórias vivas, como ocorreu no período escravocrata. Porém, quando o espistemicídio é promovido por indivíduos que teriam por obrigação preservá-la, esse ato se torna mais grave.

Nego Bispo traz em sua obra relatos sobre como os colonizadores se utilizaram do epistemicídio para apagar um povo e sua história: [...] Canudos e Caldeirões, os colonizadores atearam fogo no território de Pau de Colher com o intuito de destruir os

símbolos e significações dos seus modos de vida e posteriormente, expropriar o seu território[...]

Diante de um retrato histórico marcado por vários "cídios", etnicídio, epistemicídio e genocídio do povo negro, desde a travessia do Atlântico, uma característica desse povo está baseada na resistência ao poder colonial eurocentrado e monoteísta. E essa insubordinação, que foi tipificada pela colônia enquanto "rebeldia", é o que mantém a história viva pois, como diz Nego Bispo, mesmo quando ateavam fogo em um quilombo, logo outro se levantava.

Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.
Nego Bispo

3.3"FÔJO, SUA HISTÓRIA ESTÁ AQUI"

O presente trabalho teve como Produto Educacional (PE) da minha pesquisa de Mestrado a cartilha intitulada: "FOJO, SUA HISTÓRIA ESTÁ AQUI!", após a identificação da não implementação e a recusa das professoras para cumprir o que determina a Lei. E por entender que a Educação Escolar Quilombola - EEQ é imbricada de histórias de lutas e resistência e pode servir como referência para organização cultural, ambiental e social da comunidade.

A cartilha tem o objetivo de preservar a memória, a história, e a cultura da Comunidade Quilombola do Fôjo em Itacaré - BA. Tem como pretensão servir de material de apoio para auxiliar as professoras da Escola São Roque II, localizada na

Comunidade Quilombola do Fôjo, a contar a história do quilombo, para fazê-la conhecida desde a infância dos/as remanescentes de quilombolas.

O produto foi produzido em formato de gibi, com ilustrações e linguagem de fácil compreensão, destinado para as crianças da Escola do Fôjo. A narrativa do produto aborda as questões relacionadas à origem da palavra quilombo e o que são, cita o quilombo do Palmares, discorre sobre o processo de titulação e certificação e também conta a história de constituição do Quilombo do Fôjo, pontua a localização do quilombo e a sua caracterização e o processo de autorreconhecimento. A cartilha foi elaborada considerando os aspectos econômicos, opção religiosa e organização social da comunidade.

As informações contidas no material foram elaboradas pela pesquisadora, tendo como base as deliberações do CONAE (2010), que justifica a EEQ como um instrumento garantidor de direitos direcionados à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional e também como modo de assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local. Teve também como objeto de referência os materiais didáticos que foram citados na referência da Cartilha.

Após a pandemia, a pesquisadora irá propor, junto à comunidade, uma formação com as professoras da Escola e apresentar a cartilha com suas metodologias e as possibilidades de aplicabilidade em sala de aula, como: contação de histórias; elaborar uma aula de campo com as crianças e apresentar o Rio de Contas, que foi a porta de entrada de Alfredo Gomes ao Fôjo. Pretende-se também levá-las a conhecer os arranjos produtivos da comunidade, produzir peças teatrais e incentivar as crianças a lerem e a contarem a história do gibi. A pesquisadora irá propor que este produto seja incluído como instrumento pedagógico, para auxiliar na aplicabilidade da Lei 10.639/13.

FÔJO
SUA HISTÓRIA
ESTÁ AQUI!

Editorial

Conteúdo textual e roteiro: Geomara Pereira Moreno Nascimento

Revisão: Geomara Pereira Moreno Nascimento

Ilustração e diagramação: Diego Costa

Sumário

1- Apresentação..... 2

2- Cartilha ilustrada "FÔJO SUA HISTÓRIA ESTÁ AQUI"..... 3

3- Referências..... 23

APRESENTAÇÃO

Fundamentada na Lei 10.639 de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino, público e particular nos níveis fundamental e médio.

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico- racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

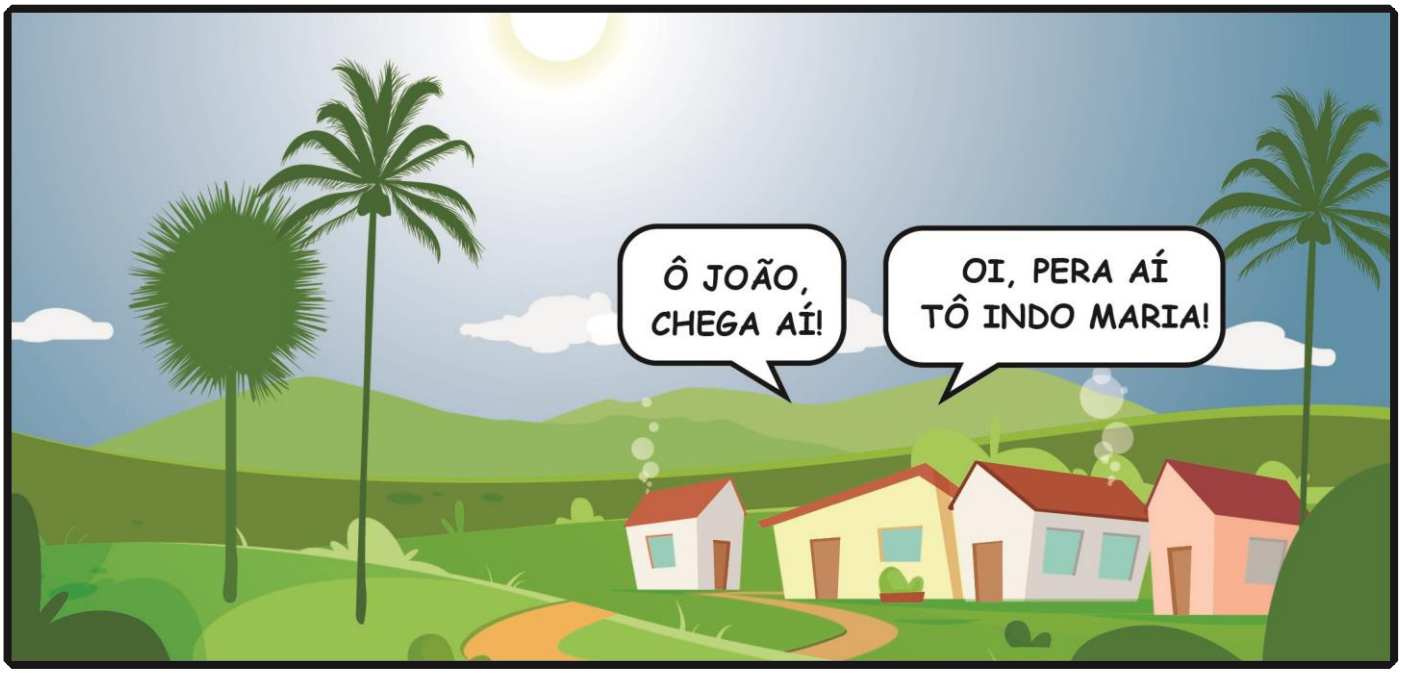
O presente trabalho tem como Produto Educacional (PE)da minha pesquisa de Mestrado a Cartilha intitulada: "FÔJO, SUA HISTÓRIA ESTÁ AQUI! ",que tem por objetivo preservar a memória, história e cultura da Comunidade Quilombola do Fôjo em Itacaré e tem a pretensão de servir de material de apoio para auxiliar as professoras da Escola São Roque II, localizada na Comunidade Quilombola do Fôjo, a contar a história do quilombo para fazê-la conhecida desde a infância dos remanescentes de quilombolas.

Está organizada da seguinte forma:

APRESENTAÇÃO – traz uma breve explicação do objetivo da Cartilha .

PARTE 1 – apresenta de forma ilustrativa a história dos quilombos, os processos de titulação e de certificação do Fôjo, asua história, localização e o processo de autorreconhecimento.

As informações contidas no material foram elaboradas pela pesquisadora, com o auxílio dos livros didáticos citados nas referências da Cartilha.


Ô JOÃO, CHEGA AÍ!
OI, PERA AÍ TÔ INDO MARIA!

JOÃO, VOCÊ SABE O QUE É UM QUILOMBO?
QUILOMBO?

SIM, JOÃO, QUILOMBO, VOCÊ NÃO SABE?

SEI, MAS NÃO LEMBRO. MAS EU SEI!

AHÃ... SEI QUE VOCÊ SABE, CLARO QUE VOCÊ SABE, JOÃO.
HUM...

VOU CONTAR A HISTORIA QUE APRENDI COM MEU PAI
CONTA LOGO, MARIA!

A PALAVRA QUILOMBO É DE ORIGEM BANTO E...
QUE É BANTO????

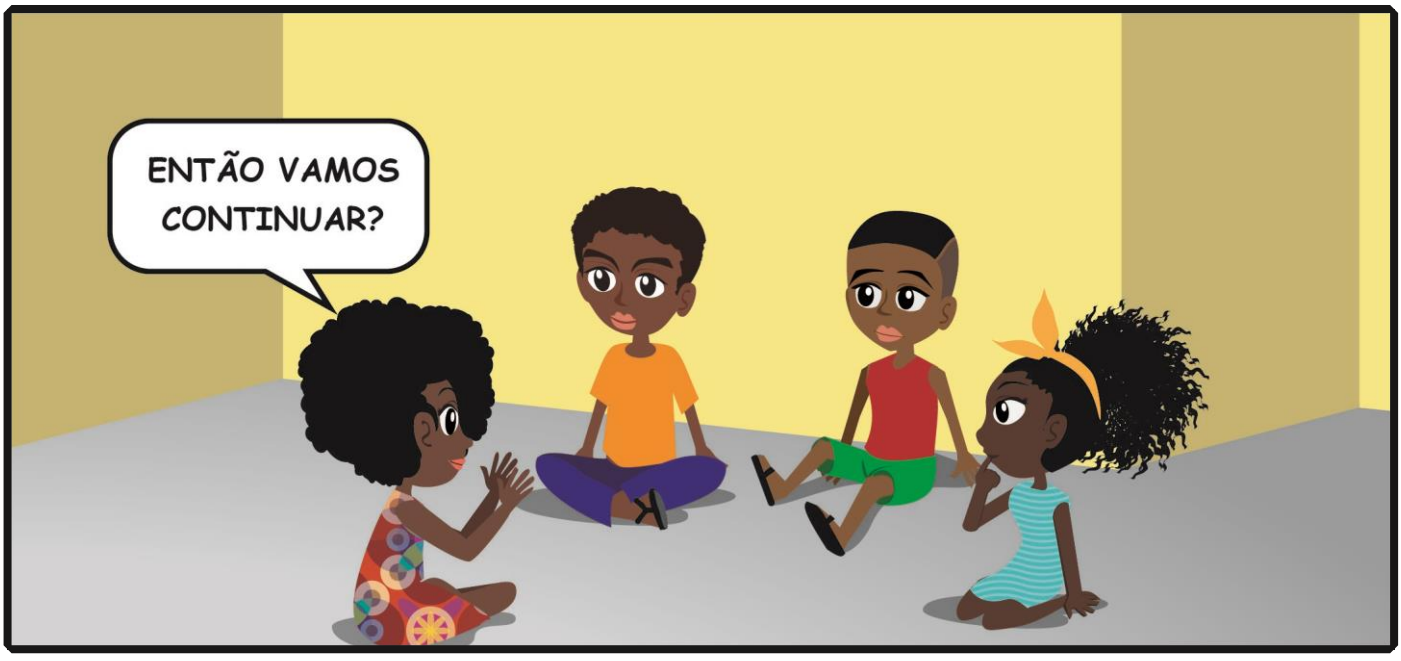
CALMA, SENTA AÍ QUE EU VOU FALAR

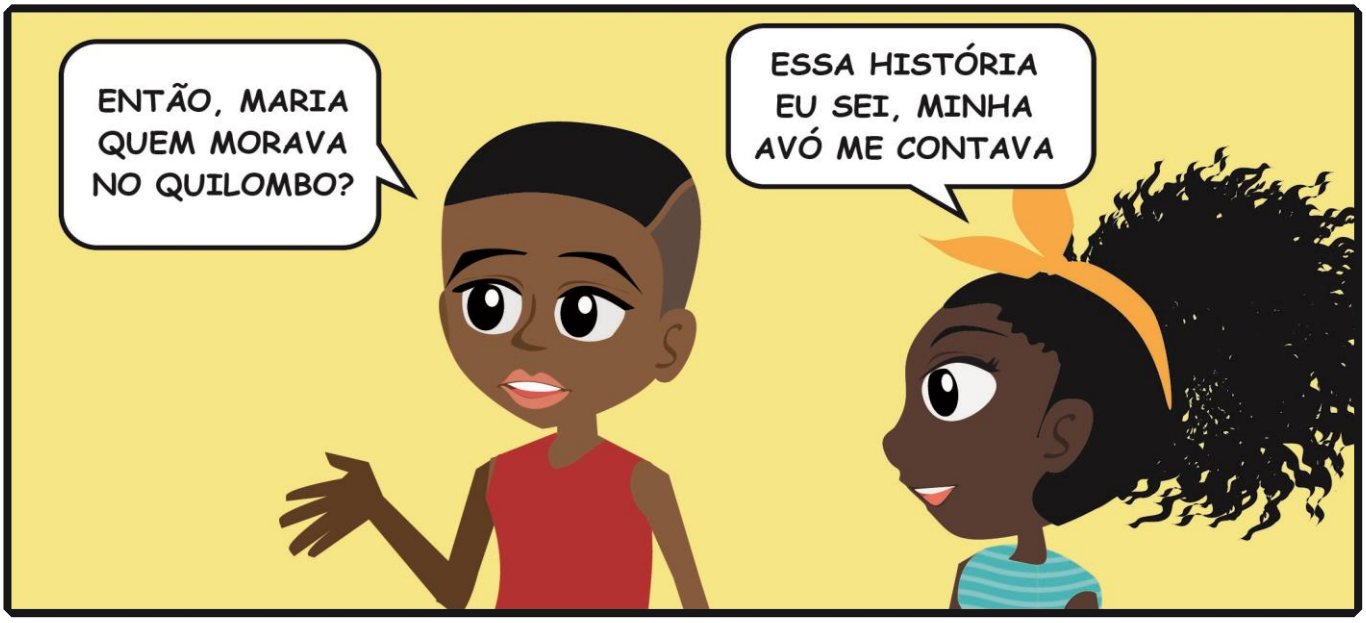
BANTO É UMA LÍNGUA AFRICANA, E SIGNIFICA ACAMPAMENTO OU FORTALEZA
HUM, EU SEI COMO É...

Ô DE CASA!
OIÊE!
OI RUTH, OI MARCOS!

MARIAA, VAMOS BRINCAR?
LEVANTA JOÃO, VEM BRINCAR!

NÃO MARCOS, MARIA TA CONTANDO UMA HISTÓRIA. VENHAM OUVIR.


ENTÃO VAMOS CONTINUAR?


ENTÃO, MARIA QUEM MORAVA NO QUILOMBO?
ESSA HISTÓRIA EU SEI, MINHA AVÓ ME CONTAVA

EU TAMBÉM SEI, MINHA MÃE DISSE, QUE HÁ MUITO TEMPO, EXISTIAM PESSOAS QUE ERAM ESCRAVIZADAS, PARA TRABALHAR DE GRAÇA...
ISSO MARCOS, CONTA MAIS!

ELES NÃO PODIAM SAIR DAS FAZENDAS QUE TRABALHAVAM COMO ESCRAVOS E...
ESSA PARTE EU SEI, ELES FUGIAM E IAM MORAR NO QUILOMBO

MAS ONDE FICAVAM OS QUILOMBOS?
EM LUGARES BEM DISTANTE DA CIDADE, ONDE PUDESSEM PLANTAR E SE ESCONDER
MORAVAM NOS QUILOMBOS APENAS NEGROS,
NÃO, MARCOS, A PROFESSORA DISSE QUE PESSOAS NEGRAS, BRANCAS E INDIGENAS
O MEU PAI MOSTROU A FOTO DO QUILOMBO DO PALMARES, ERA MUITO GRANDE, PARECIA O CENTRO DE ITACARÉ, DE TANTA GENTE

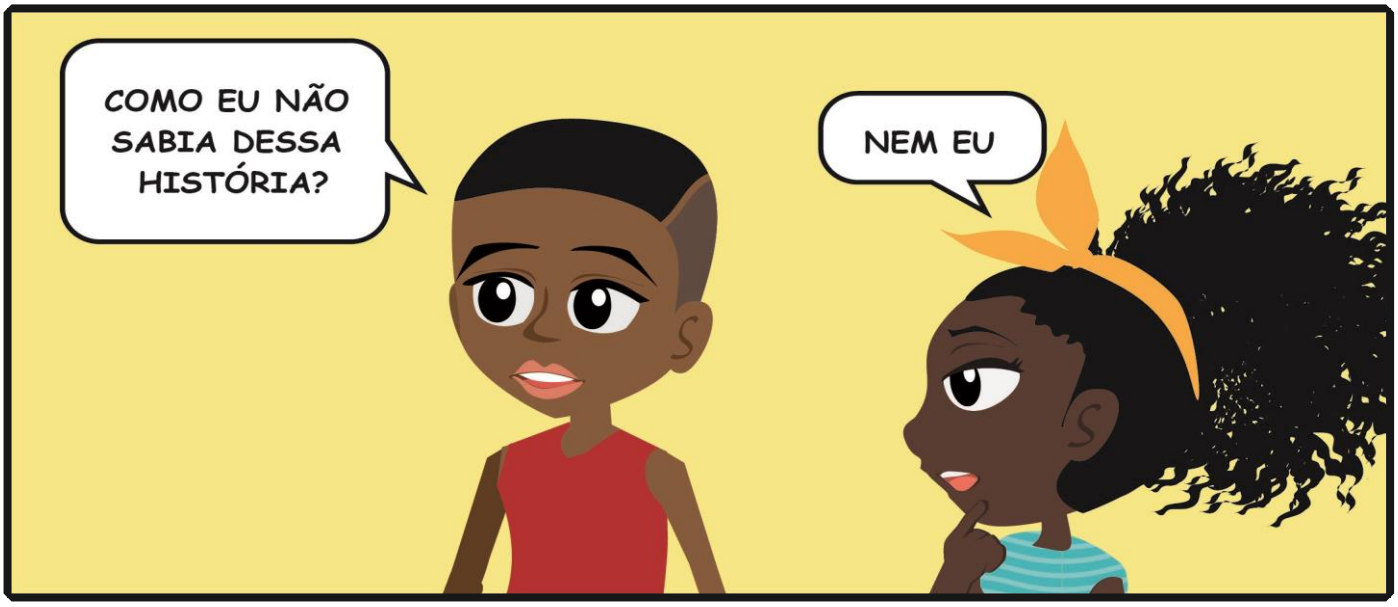
SÓ QUERIA LEMBRAR QUE MORAMOS EM UM QUILOMBO
MORAMOS NUM QUILOMBO? NÃO ACREDITO!!!!

MINHA AVÓ DISSE QUE UM DIA VAI ME CONTAR ESSA HISTÓRIA

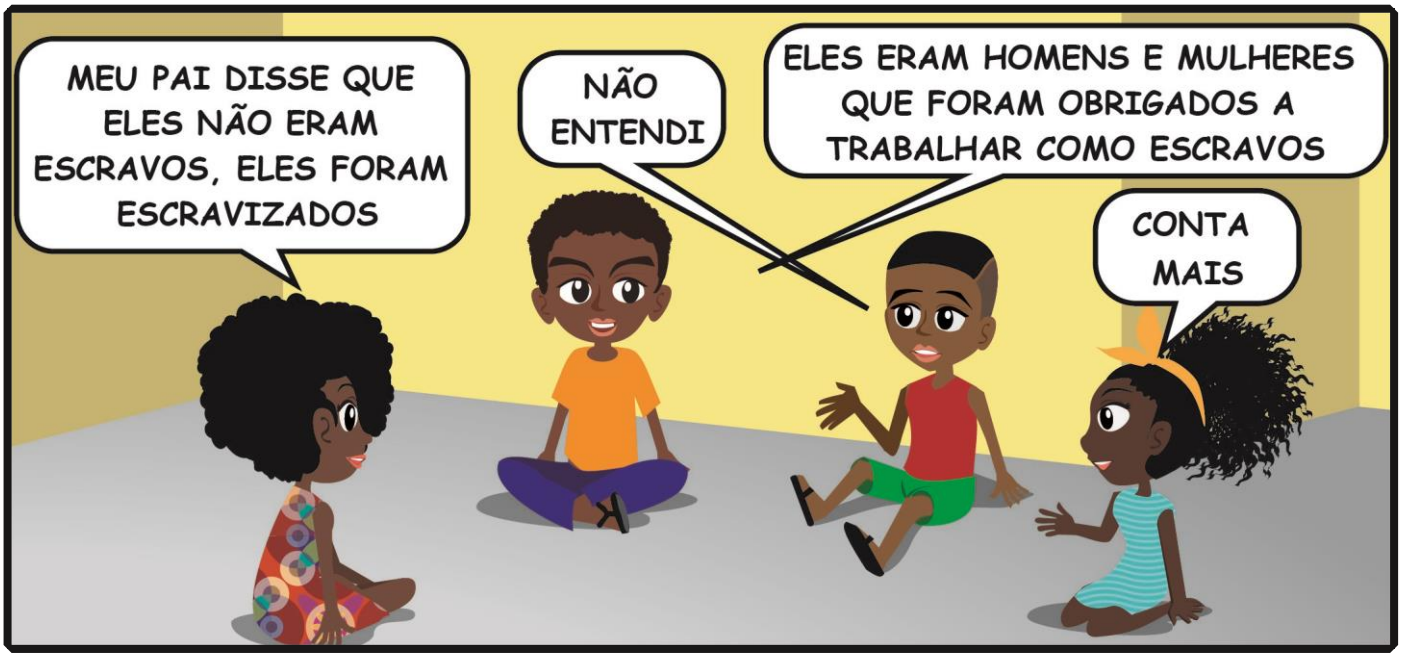
EU SEI...

EU TAMBÉM SEI, QUEREM OUVIR?
EU QUERO
HUM... CONTA AÍ ENTÃO
É MARIA, CONTA AÍ O QUE TU SABE

A GENTE MORA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO FÔJO E ELA FICA
030
BA-001
Itacaré
BA-654
BA-654
BA-001
Rio de Contas
Taboquinhas
BA-655
EM TABOQUINHAS, NA CIDADE DE ITACARÉ


COMO EU NÃO SABIA DESSA HISTÓRIA?
NEM EU

MEU PAI DISSE, QUE QUEM FEZ ESSE QUILOMBO FOI ALFREDO GOMES
MAS ELE ERA ESCRAVO?
ISSO, ISSO, ELE VEIO PELO RIO DE CONTAS


MEU PAI DISSE QUE ELES NÃO ERAM ESCRAVOS, ELES FORAM ESCRAVIZADOS
NÃO ENTENDI
ELES ERAM HOMENS E MULHERES QUE FORAM OBRIGADOS A TRABALHAR COMO ESCRAVOS
CONTA MAIS

ELE FUGIU DA FAZENDA QUE ERA MANTIDO PRISIONEIRO E FEZ ESSE QUILOMBO, O FÔJO

MINHA MÃE DISSE QUE ALFREDO GOMES CHEGOU AQUI NO ANO DE...
IHH, TEM MUITO TEMPO
ENTRE OS ANOS DE 1880 e 1890

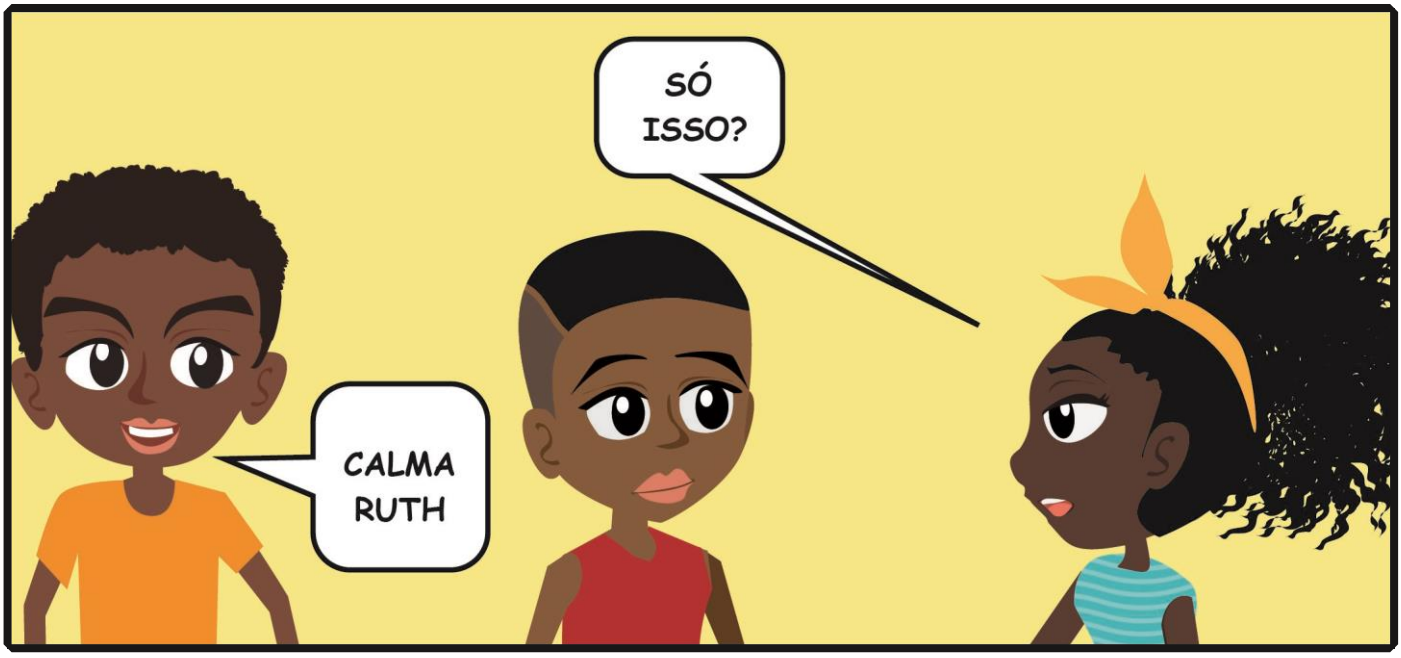
MINHA MÃE ME CONTOU QUE ELE ERA CAPOERISTA
EU TAMBÉM VOU SER CAPOERISTA

ME EXPLIQUEM UMA COISA
O QUÊ JOÃO?

O QUE SIGNIFICA FÔJO?

VOU CONTAR, PRESTEM BASTANTE ATENÇÃO

FÔJO ERAM BURACOS FEITOS E COBERTOS DE FOLHAS, PARA NINGUÉM VER QUE ERA UM BURACO


SÓ ISSO?
CALMA RUTH

QUANDO ELES FUGIAM DAS FAZENDAS, OS HOMENS QUE OS PROCURAM, OS CAPITÃES DO MATO, FAZIAM ESSAS ARMADILHAS
ESSA PARTE EU SEI, ELES CORRIAM FUGINDO E NÃO ENXERGAVAM OS BURACOS COBERTOS COM FOLHAS, E CAIAM NELES

EHHH, ATÉ QUE FIM LEMBROU DA HISTÓRIA!

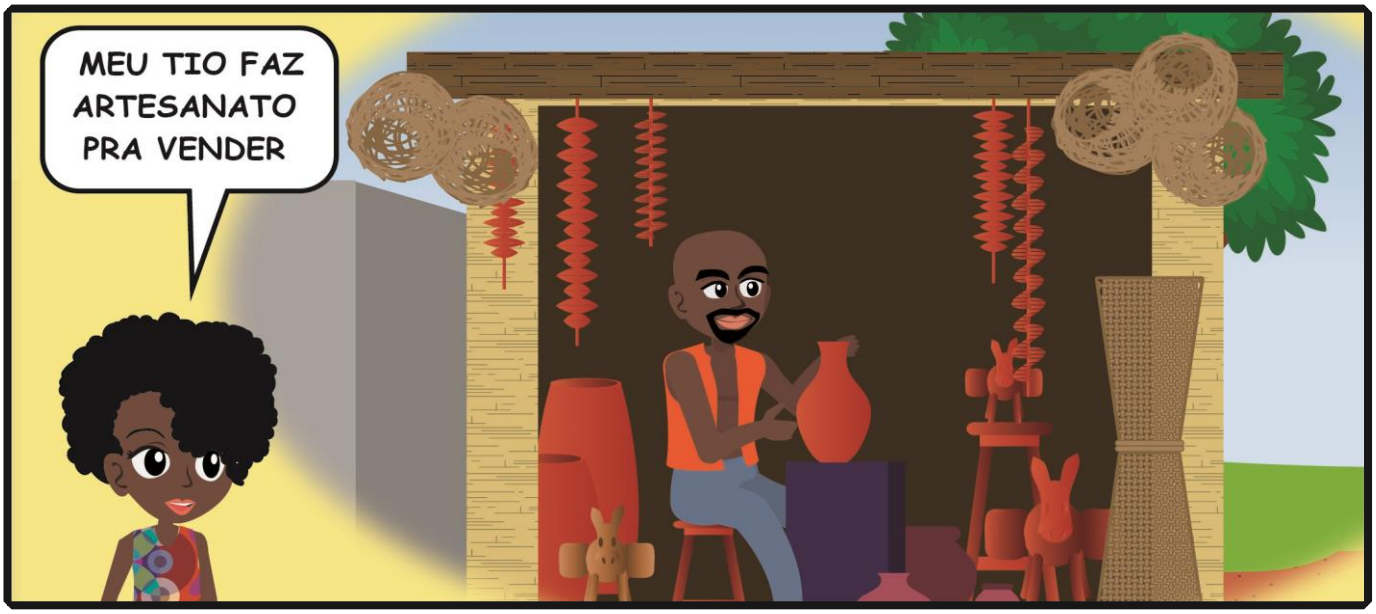
SÓ QUE ALFREDO GOMES NÃO CAIU NAS ARMADILHAS, ELES FEZ AS ARMADILHAS PARA PEGAR OS CAPITÃES DO MATO
UÉ... NÃO ENTENDI

SE OS CAPITÃES FOSSEM ATRÁS DELE, ELES QUE CAIRIAM NAS ARMADILHAS
NOS FÔJOS, AGORA ENTENDI

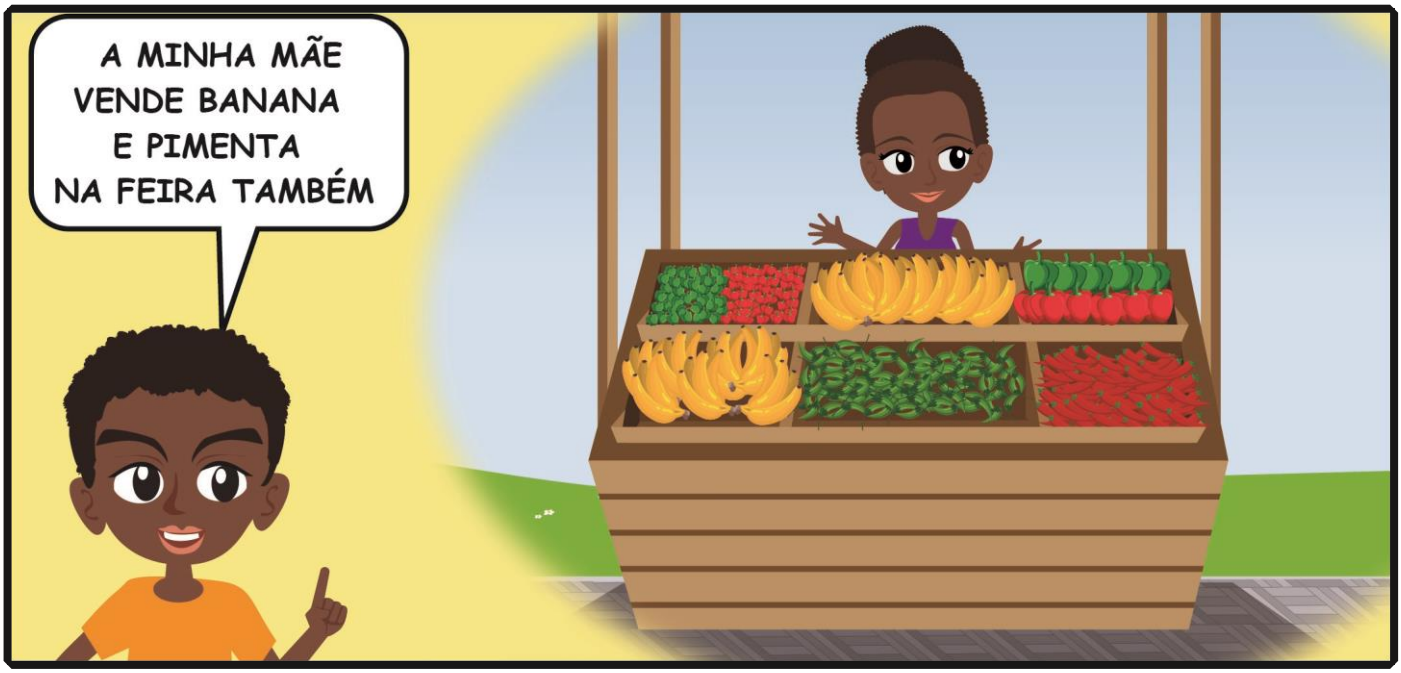
MAS ALFREDO GOMES TAMBÉM FAZIA OS FÔJOS PARA CAPTURAR CAÇAS PARA ALIMENTAÇÃO.
ESSE ALFREDO ERA MUITO INTELIGENTE!

VOCÊS SABIAM QUE AQUI MORAM 64 FAMÍLIAS?
E 273 PESSOAS
VISH... ISSO TUDO!?

E NOSSA FAMÍLIA VIVE DA AGRIULTURA FAMILIAR
É VERDADE, AQUI TEM CACAU, MANDIOCA, BANANA, FARINHA...

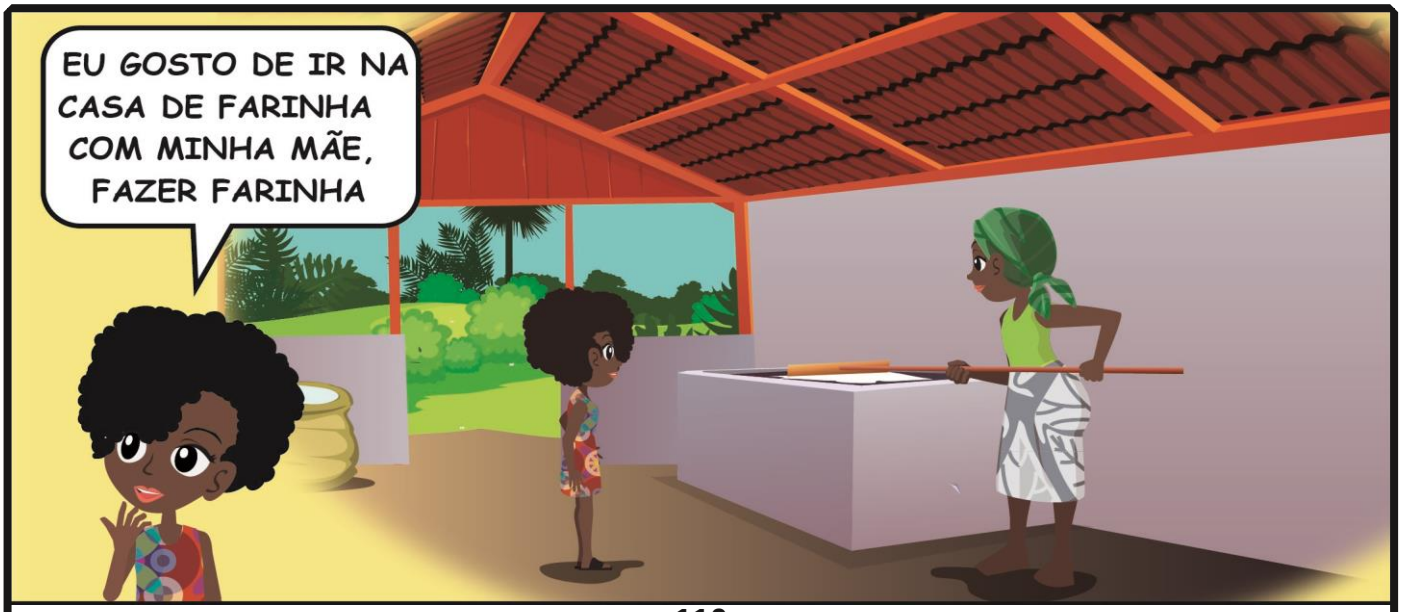

MEU TIO FAZ ARTESANATO PRA VENDER

MEU IRMÃO VENDE FARINHA NA FEIRA DE ITACARÉ E TABOQUINHA


A MINHA MÃE VENDE BANANA E PIMENTA NA FEIRA TAMBÉM

A GENTE GOSTA DE PESCAR NO RIO DE CONTAS

E EU GOSTO DE JOGAR BOLA NO CAMPO DE FUTEBOL


EU GOSTO DE IR NA CASA DE FARINHA COM MINHA MÃE, FAZER FARINHA

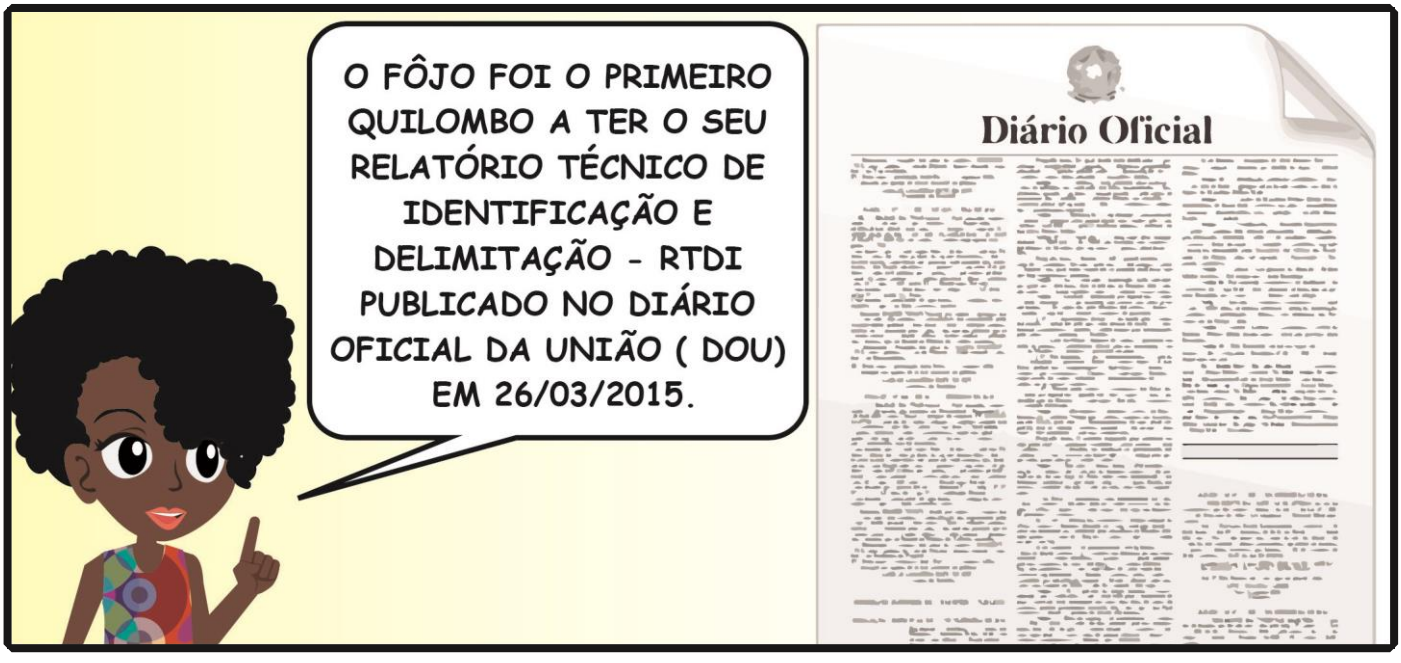
AINDA BEM QUE AQUI TEMOS UMA ESCOLA, PRA ESTUDAR PERTINHO DE CASA
PENA QUE MEU IRMÃO TEM QUE PEGAR O ONIBUS ESCOLAR E IR ESTUDAR EM OUTRA ESCOLA, PORQUE AQUI NÃO TEM O ENSINO FUNDAMENTAL II
ESCOLA

SABEM DO QUE EU GOSTO?
CONTAAA!

EU TAMBÉM GOSTO, A REUNIÃO É NA ESCOLA EU FICO LENDO OS LIVROS
QUANDO TEM REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO, UMA VEZ POR MÊS

EU GOSTO MUITO DE IR PRA IGREJA COM MINHA AVÓ
AQUI QUASE TODO MUNDO É DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS
É VERDADE, MAS MINHA FAMÍLIA NÃO VAI

AH, JÁ IA ESQUECENDO DE FALAR...
AINDA NÃO ACABOU?!


O FÔJO FOI O PRIMEIRO QUILOMBO A TER O SEU RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO - RTDI PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) EM 26/03/2015.
Diário Oficial

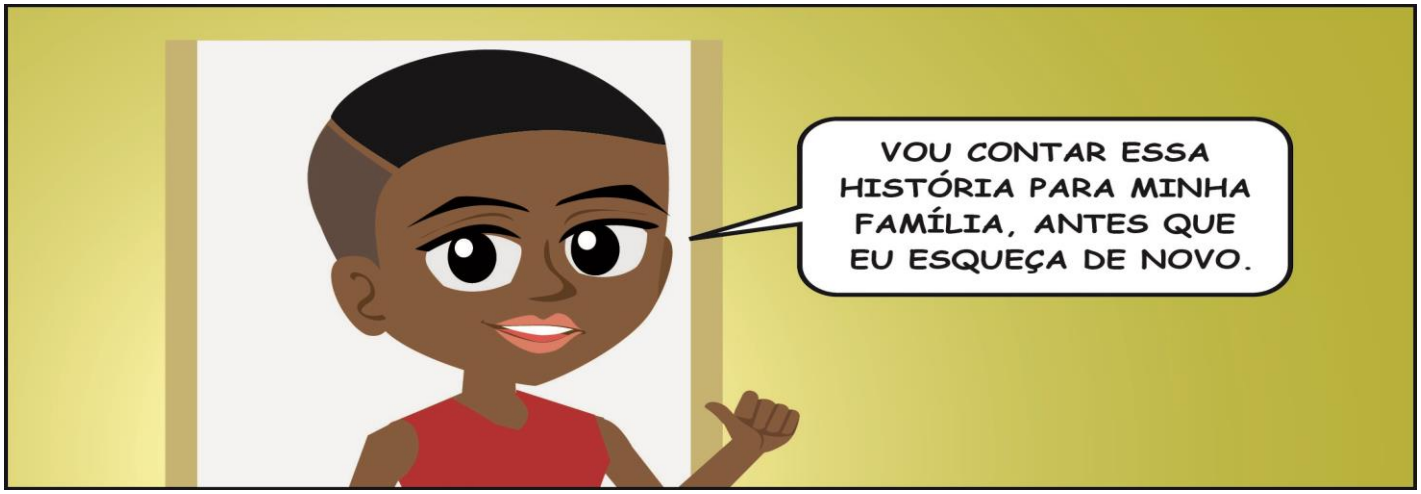
ISSO MINHA MÃE NÃO ME CONTOU
O QUE ISSO QUER DIZER?
QUER DIZER QUE ESSAS TERRAS AGORA SÃO NOSSAS
ENTÃO SOU UM QUILOMBOLA!!
AH ENTÃO EU TAMBÉM SOU!!
EU TAMBÉM SOU!

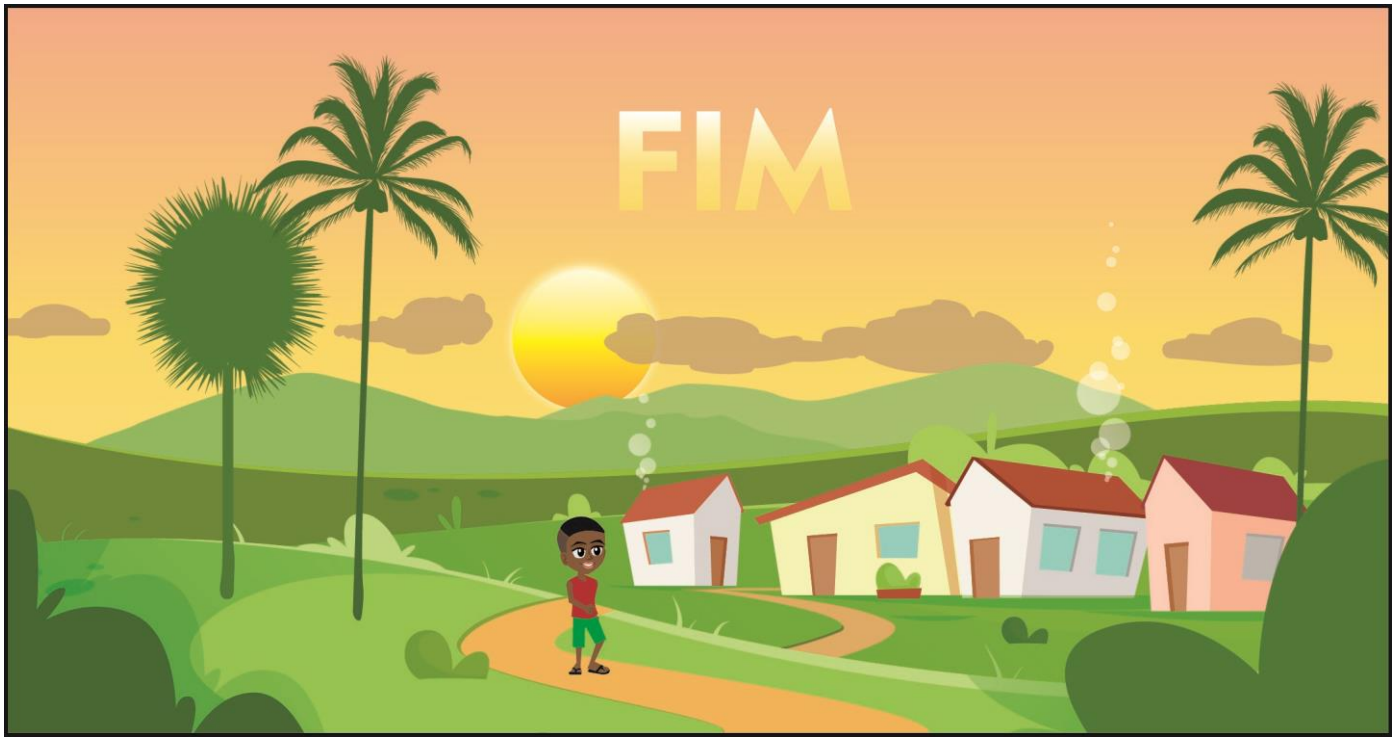
SOMOS QUILOMBOLAS!!!

QUEM GOSTOU DA HISTÓRIA?
EU, EU,EU!!!

APRENDI QUE ALFREDO GOMES FOI UM HOMEM DE MUITA CORAGEM E INTELIGENTE
ELE DEIXOU TUDO ISSO PARA CUIDARMOS E SEMPRE CONTAR ESSA HISTÓRIA PARA QUEM NÃO SABE

TCHAU GALERA!
UÉ,VAI PRA ONDE COM TANTA PRESSA, JOÃO?!


VOU CONTAR ESSA HISTÓRIA PARA MINHA FAMÍLIA, ANTES QUE EU ESQUEÇA DE NOVO.


FIM

REFERÊNCIAS

BRASIL. PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Brasilia-DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 05 dejaneiro de 2015.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Disponível em: https: //legislação. planalto.gov.br/legislação. Acessado em 05 de janeiro de 2015.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CAPÍTULO IV MEMÓRIAS ANCESTRAIS PARTILHADAS

4.1 PERCORRENDO O SOLO SAGRADO

O processo de inserção na comunidade para pesquisa iniciou por meio de contato telefônico mantido com o presidente da associação em abril de 2018. Fui autorizada pela direção da Associação a realizar a pesquisa e essa aproximação enquanto pesquisadora foi se consolidando em encontros e em reuniões realizadas na CAR e no CODETER. Vale salientar que a Comunidade do Fôjo não faz parte institucionalmente do Colegiado, eles são representados pelo Conselho Quilombola de Itacaré.

Adentrei ao solo sagrado em dezembro de 2018, onde apresentei o projeto em uma reunião da Associação e tive a anuência também dos/as associados/as para pesquisar.

Figura 21: Reunião de apresentação da pesquisa

Fonte: Arquivo pessoal

Quero cientificar que o processo de levantamento dos dados, como entrevistas, observações, as conversas, e a escuta sensível foram realizadas em caminhadas para conhecer o território, também no quintal, na varanda, na escola, na sala dos/as entrevistados/as e também na Secretaria da Educação do Município.

Figura 22: Entrevista na casa do Sr. Miguel

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Durante o desenvolvimento das minhas atividades enquanto Agente de Desenvolvimento Territorial, observei a ausência das comunidades quilombolas nesses espaços; pontuo aqui que os/as representantes dos/as quilombolas sempre foram convidados/as, porém é de conhecimento de muitos/as os inúmeros fatores de cunho logístico que contribuem para esse distanciamento nesses espaços. Este convite que fiz à comunidade teve como finalidade inclui-los nos processos de discussão das políticas públicas, como mecanismo para exercerem o controle social.

A primeira intervenção que fiz para tentar inclui-los nesses espaços foi convidar o presidente da Associação do Fôjo para participar de uma reunião do Departamento de Formação de Colegiados – DEFOC, que ocorreu em 11 de março de 2019. Foi nesse encontro que tive a certeza que o Fôjo também me escolheu, pois o presidente participou do evento, com mais quatro quilombolas, dentre eles, seu Miguel que, com tanta sabedoria, participou ativamente das discussões.

Figura 23 – Pesquisadora e Sr. Miguel no Curso Educomunicação

Fonte: Arquivo pessoal.

Esse evento abordou temas referentes a Território com todas as peculiaridades e diversidades que o constituem. Durante o evento, ocorreram várias dinâmicas e questionamentos relacionados às políticas básicas de seguridade social e a sua interface com o território. Nesse momento, seu Miguel conceituou o que é território, e a sua voz ecoou permeada de simbologias e significados: [...] "território é onde nós habita". O conceito dado por seu Miguel não foi retirado dos livros, ele o definiu a partir de suas vivências, dos saberes adquiridos e arquivados em sua episteme orgânica e transmitidos por meio da oralidade.

A participação no evento fez surgir o desejo de participarem de outros, pois ali eles/as tiveram oportunidade de exporem seus problemas, seus modos de vida, a fim de não se sentirem invisíveis, pois ali ninguém falou por eles/as, a comunidade do Fôjo utilizou o seu direito de fala e foi um momento enriquecedor para quem esteve presente.

Logo após a fala do seu Miguel, o seu Reginaldo, quilombola e artesão do Fôjo, expôs a atual situação do quilombo, relatando:

> [...] a gente vive na parte do quilombo que tem luz, mas tem gente que vive na parte que a luz não chegou [...] eles não têm luz por causa do meio ambiente, não pode derrubar árvores. (Evento, 11/03/19, Reginaldo)

Fica evidente que parte da comunidade ainda sofre com a falta de acesso de direitos básicos e observa-se a inquietude de um quilombola diante de uma situação de vulnerabilidade

social vivida por muitos. Seu Reginaldo deixa explícito a falta de devolutiva por parte do poder público para a resolutividade do problema.

Na condição de pesquisadora, identifiquei que o processo de ocupação dos espaços e os lugares de fala se constituiria em uma ação importante para afirmação das suas identidades quilombolas. Conforme seu Adailton, quilombola e presidente da Associação do Fôjo, em uma conversa feita via telefone no mês de agosto de 2018: [...] "participar de uma reunião dessa é muito bom, nós não participávamos porque nós não éramos convidados."

A partir desse momento, o Fôjo se fez presente em muitas reuniões territoriais, inclusive na Escuta Territorial que subsidiou a elaboração do PPA 2020-2023, quando participaram da construção de propostas direcionadas às comunidades quilombolas. A Escuta Territorial para a elaboração do PPA 2020-2023 do Litoral Sul, aconteceu no dia 26 de março de 2019, e visou definir as áreas prioritárias para a execução das políticas públicas do Estado. O encontro foi organizado pela SEPLAN e reuniu vários segmentos institucionais, econômicos, sociais e produtivos dos municípios do Território Identidade Litoral Sul.

A segunda intervenção foi realizada em 12 de fevereiro de 2020, quando convidei o Diretor da CAR, Adroaldo Almeida, e o Chefe da CAR, Abiel Silva, e o CODETER, tendo como objetivo orientá-los/as em relação às pendências documentais da Associação para atender o exigido no Edital 11/18 do Bahia Produtiva. Isso ocorreu em reunião com as Associações quilombolas que estavam om pendências, processo de atualização e organização dos documentos exigidos para conveniar com a CAR. Foi informado que a comunidade foi contemplada e, para assinar o convênio, a documentação teria que estar conforme o edital. Participou também da reunião o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Itacaré.

Nessa ação ficaram evidentes as dificuldades encontradas para atender o que estava preconizado em edital. A comunidade do Fôjo não conseguiu cumprir os prazos pelos seguintes motivos:

- A ata estava em descordo ao exigido;
- Inadimplência com a certidão negativa da Receita Estadual;
- Inadimplência com o Sistema de Condicionalidades – SICON.

Em solicitação feita a mim pela diretoria da Associação do Fôjo, em 16 de fevereiro de 2020, por considerar a distância para se deslocarem até a SEFAZ, em Itabuna, me pediram para que eu fosse até o órgão para informar sobre quais eram as pendências que positivaram as certidões. Em atendimento com o servidor da SEFAZ, ele informou que a situação era fácil de ser resolvida, que já havia conversado com o contador da associação e que ele só precisava informar no sistema as notas fiscais utilizadas e que as multas, que estavam em torno de 5 mil reais, seriam parceladas se assim a associação concordasse. E que, assim que o contador regularizasse as informações junto ao sistema, que eu ligasse para ele informando que logo seria dada baixa para que assim as certidões negativas pudessem serem expedidas.

Contudo, a regularização da documentação não foi uma tarefa fácil para o contador e nem para a diretoria, que dependia da ação dele. O processo foi marcado pela morosidade e as atualizações não foram feitas. Como o prazo estava caminhado para o final, solicitei ao Chefe da CAR da época, Abiel Santos, que estendesse o prazo para apresentação da referida documentação. O prazo foi estendido por mais um mês, mas não foi suficiente. Saliento que esses fatos ocorreram em setembro de 2019.

A terceira intervenção ocorreu em 21/02/20, organizei uma reunião com o Conselho Interterritorial de Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul do Estado da Bahia – CICOQ e com os representantes das comunidades quilombolas de Itacaré: Fôjo, Porto de Trás, Barro Vermelho e João Rodrigues, para tratar das pendências junto à CAR e os novos prazos pleiteados pelo Conselho.

Figura 24 – Reunião com o CICOQ

Fonte: Arquivo pessoal.

O prazo foi estendido até o dia 10/03/2020, ou seja, por mais 6 meses, pela CAR, mediante luta do CICOQ. Vale pontuar que essa dilatação no prazo ocorreu devido a pendências documentais em vários quilombos do Baixo Sul e Litoral Sul. Conforme José Ramos, Presidente do CICOQ, o Fôjo deveria se atentar para as seguintes orientações:

- Enviar o plano de Investimento para a CAR;
- Até o dia 10/03 para regularizar as pendências com as certidões;
- O prazo até a segunda semana do mês de abril para assinar o convênio.

Um dado importante citado pelo presidente do Conselho foi mencionar que, das 98 Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo Programa Bahia Produtiva na Bahia, até aquele momento, apenas 12 haviam firmado convênio. Apesar de todos os prazos concedidos, o Fôjo não conseguiu conveniar com a CAR, por causa das pendências documentais.

A quarta intervenção foi feita em 27/02/2020, após diagnosticar dificuldades de organização e regularização com a documentação da Associação. Solicitei ao SENAR a realização do curso de Administração de Associações Rurais, que foi disponibilizado para 15 participantes. Todas as inscrições já haviam sido concluídas e seria realizado no Quilombo, no mês de março; porém, com o advento da Pandemia da COVID -19, o curso foi suspenso.

Figura 25 – Ficha de inscrição do curso de Administração de Associações Rurais.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA BAHIA - SENAR-AR/BA

PRÉ-INSCRIÇÃO PARA CURSO/TREINAMENTO

DADOS DA INSTITUIÇÃO QUE ENCAMINHA O(A) CANDIDATO (A)

DADOS DO CURSO PRETENDIDO

DADOS DO (A) CANDIDATO (A)

Fonte: Arquivo Pessoal

A quinta intervenção foi realizada durante a pandemia, em 01 de junho de 2020, solicitei à Coordenadora do Curso EAD do Território Litoral Sul, Maiara, que estava responsável pelas matrículas do Curso de Agricultor Familiar, ofertado pela Secretaria da Educação do Estado, informações referentes às condicionalidades para ingressar no curso, para que os/as quilombolas do Fôjo pudessem participar da seleção. Em contato mantido por telefone e por WhatsApp com o Presidente e Secretária da Associação, eles manifestaram interesse em participar, eu mesma fiz a inscrição dos 09 candidatos e todos foram selecionados para o curso e estão participando. O curso teve início no mês de junho e tem como objetivo, conforme ementa, "capacitar produtores para o entendimento da complexidade e dinâmica do mundo rural e das práticas produtivas adotadas por eles. Pretende, ainda, contribuir para a formação de agentes de transformação da realidade local."

4.2 RESULTADO DAS ENTREVISTAS COM OS/AS MAIS ANTIGOS/AS E LIDERANÇAS DO QUILOMBO

Os/As participantes da pesquisa foram os cinco moradores mais antigos e as seis lideranças da comunidade que são da diretoria da Associação do Quilombo. Foi apresentado o projeto de pesquisa para o Presidente da Associação, que confirmou interesse e conveniência em participar da pesquisa. Foram assinados, como é recomendado pelas convenções acadêmicas, o Termo de Concordância. Após este ato, foram realizadas as entrevistas.

Em maio de 2019, participei de uma atividade cotidiana no quilombo, a colheita de cacau, em conversa com o Sr. Miguel, um dos anciãos da comunidade, rememorando as histórias dos seus antepassados, relatou:

> [...] "aqui nós entende que somos quilombolas, e somos apegados a essa terra, não saberia viver em outro lugar. Aqui nós divide com o outro o que temos, cuidamos e nos importamos com quem tem menos. Somos crentes, pois antes de termos Deus, aqui era muita bagunça, muita briga, as pessoas não se respeitavam. Agora nós vive em paz.

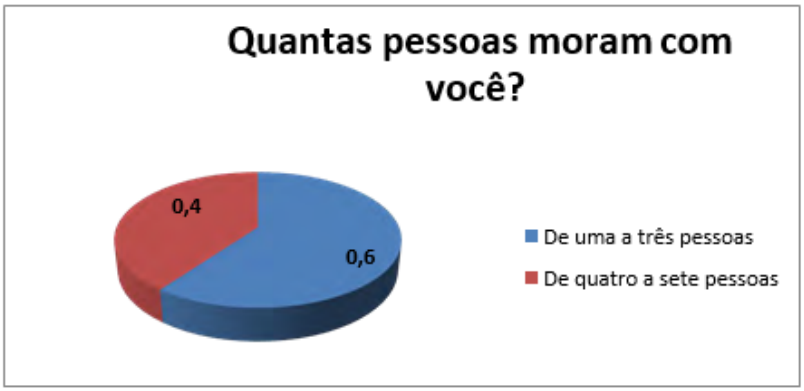
Em outro momento, em conversa com Dona Maria, na colheita de frutas, em conversa sobre o que é ser crente em uma comunidade quilombola. Segundo ela:

> [...] eu não sou crente, gosto de dançar, fumar e me divertir, isso não traz violência pra comunidade. Lembro quando aqui tinha samba, festa junina, era tão bom. Esse tempo eu era feliz, um ia na casa do outro, bebia licor, comia uma canjica, agora quase todo mundo é crente, todo mundo sério, nós não pode fazer uma brincadeira, que eles dizem que nós tá com o coisa ruim.

Os relatos de Sr. Miguel e Dona Maria, evidenciam que a religião para um é utilizada como um mecanismo de controle de comportamento dos moradores da comunidade, e o outro

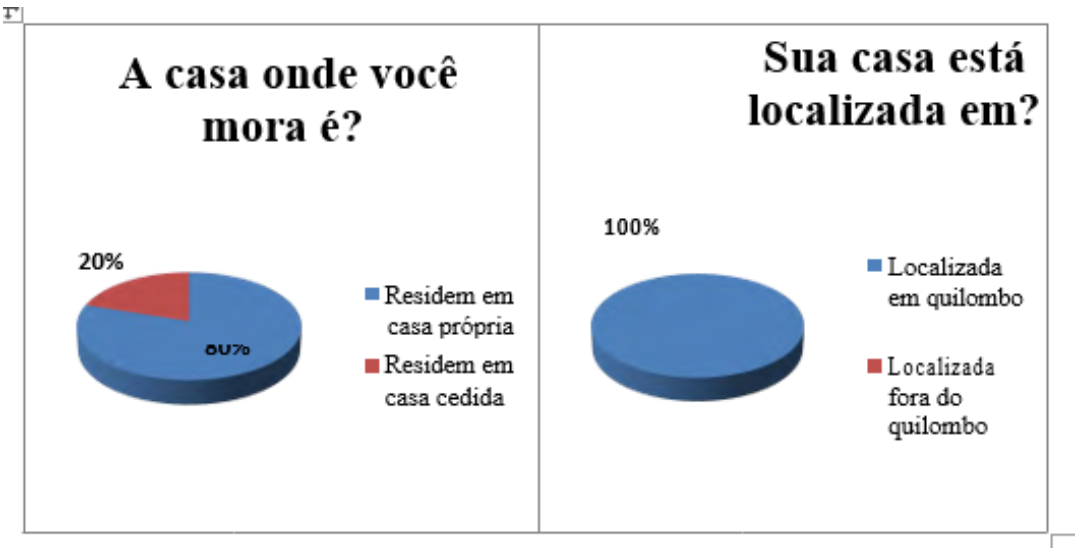
nos mostra a lacuna que ficou na vida quilombola a partir da incersão da igreja pentecostal, o relato de Dona Maria deixa notório, a ruptura dos costumes culturais tradicionais do quilombo. Os dados abaixo objetivam analisar os aspectos de manutenção e mudanças na identidade étnica dos remanescentes do quilombo do Fôjo, conforme suas práticas cotidianas de organização da produção e disputas nas religiosidades.

Gráfico 1- Quantas pessoas moram com você?



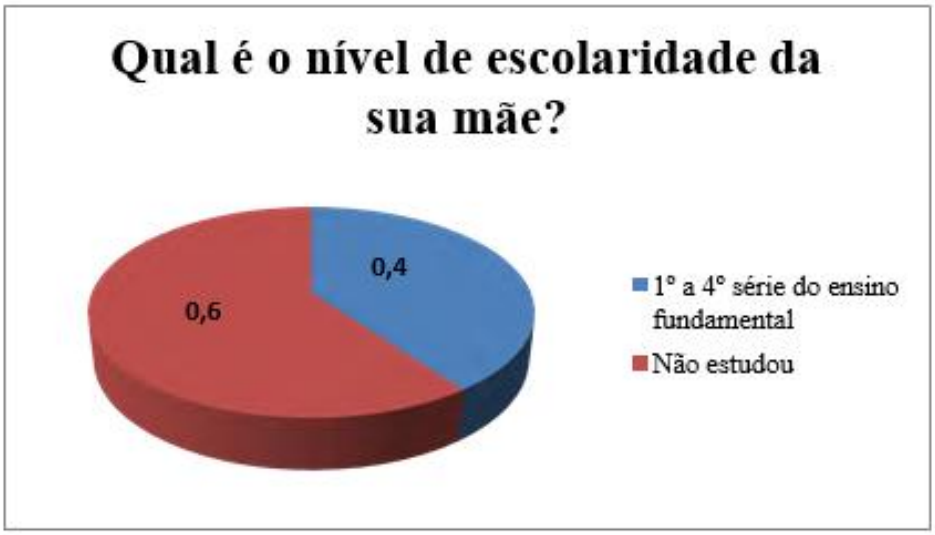
Sessenta por cento dos entrevistados afirmaram que residem na mesma casa cerca de quatro a sete pessoas, enquanto quarenta por cento residem com uma ou até três pessoas.

Gráfico 2- A casa onde você mora é cedida ou própria e onde está localizada?



Cerca de oitenta por cento dos/as entrevistados/as residem em casa própria, enquanto vinte por cento residem em casas cedidas, e cem por cento dos/as entrevistados/as residem no quilombo.

Gráfico 3- Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

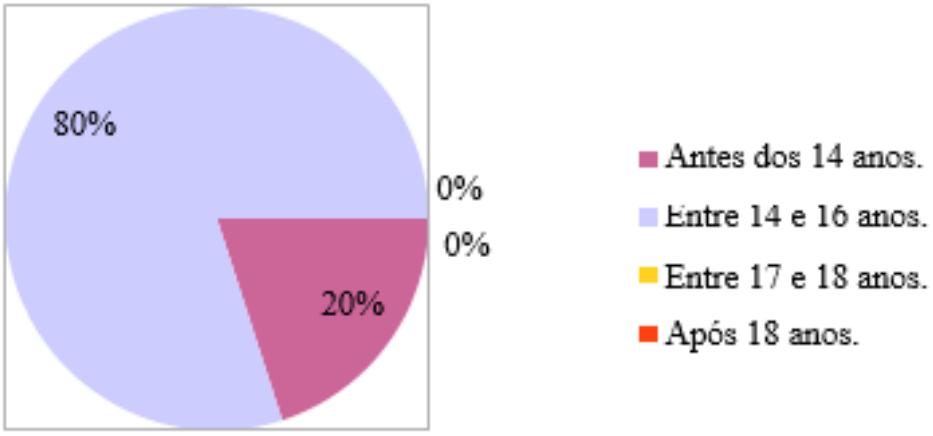


Conforme os dados, sessenta por centos das mães dos/as entrevistados/as não frequentaram a escola e apenas quarenta por cento tiveram acesso ao ensino da primeira à quarta série do ensino fundamental.

Gráfico 4 - Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

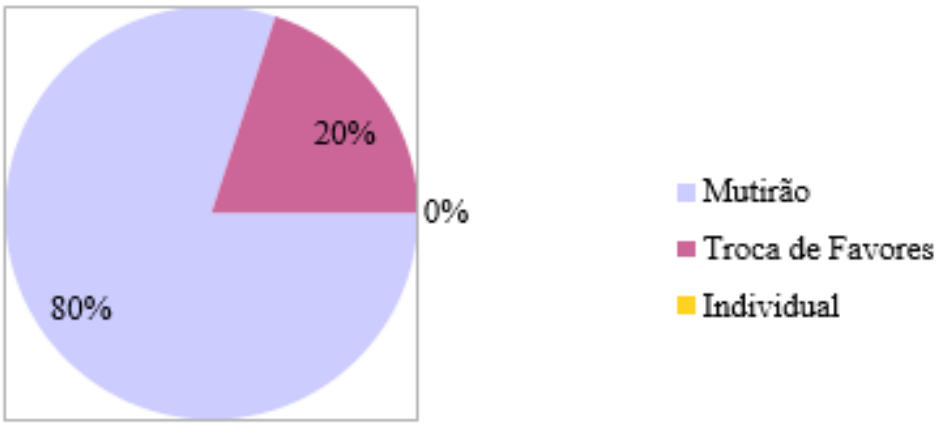
Conforme os dados apresentados, quarenta por centos dos pais dos entrevistados não estudaram, sendo que quarenta por cento tiveram acesso ao ensino da primeira à quarta série do ensino fundamental e vinte por cento não souberam responder.

Gráfico 5 - Com que idade você começou a trabalhar



De acordo com as pessoas entrevistadas, oitenta por cento declararam ter iniciado o trabalho laboral ainda na fase adolescente, entre 14 e 16 anos, enquanto vinte por cento afirmaram ter iniciado entre 17 e 18 anos.

Gráfico 6- Como vocês se organizam para trabalhar no quilombo?



Oitenta por cento das pessoas entrevistadas relataram que a comunidade se organiza para trabalhar em forma de mutirões, enquanto vinte por cento disseram que nessas organizações também são realizadas troca de favores entre os/as moradores/as. Os/As

moradores/as mais antigos/as relataram que conservam a memória da vida do quilombo contando histórias dos ancestrais e a história do quilombo e que essas histórias estão gravadas em formato digital. Salientaram ainda que preservam os costumes dos/as antepassados/as, exceto o terreiro de candomblé. Segundo os/as entrevistados/as, esses costumes são preservados mediante o cuidado com a natureza e desenvolvem ações coletivas para manter a terra, florestas e águas sem contaminação e poluição, como: plantação de árvores , limpeza das nascentes e que foi implementada a política do não desmatamento e que fazem limpeza periódica para retirar o lixo do meio ambiente.

Em relação às ervas retiradas da mata, afirmaram que mantêm os costumes tradicionais e utilizam como remédio e/ou alimento folhas e cascas, inhame, aipim, batata, verduras, temperos, legumes e folhas, mandioca, aipim, capim santo e erva doce. Pontuaram ainda que os produtos da mata, como: folhas, cascas, amêndoas, óleos e flores não são comercializados e sim fornecidos gratuitamente para quem solicita e que o processo de produção é feito de maneira solteira e consorciada.

Quadro II– Síntese das entrevistas qualitativas aos moradores mais antigos, QUILOMBO FÔJO.

NOME ADOTADO NA PESQUISA	**Idade (Anos)**	**A sua religião é de Matriz Africana ou outra?**	**Quais festas religiosas vocês ainda comemoram?**
Zumbi	55	“da lei de crente, mas ainda fumo um cigarrinho, mas sei que não pode”	“Só comemoramos dia das mães e dos pais na igreja. Antigamente tinha samba aqui, agora não pode mais.”
Dandara	66	“sou crente, quase todo mundo aqui é, e depois que passamos ir pra igreja, as brigas diminuíram e meu	“... antigamente tinha muita festa de Santo Antônio, muita reza, eu participava todo ano, era bom, mas

		marido parou de beber.”	agora a gente só faz festa da igreja”
Alfredo	57	“sou evangélico, e a minha família também, até as crianças e tenho cargo na igreja”.	“... essas festas de antigamente a gente não faz mais, porque agora somos evangélicos, não lembro dessas festas e nem sinto falta, são festas do inimigo.”
Maria Filipa	42	“sou da igreja Assembleia de Deus há uns dez anos.”	“... a gente não comemora nenhuma festa e não seja as da igreja, as de Deus”
Anastácia	57	“católica, mas não frequento”	“... aqui no quilombo não tem nenhuma festa que não seja as dos crentes, eu gosto de um samba e gosto de dançar, mas só me divirto em casa, ou nas festas em Itacaré”

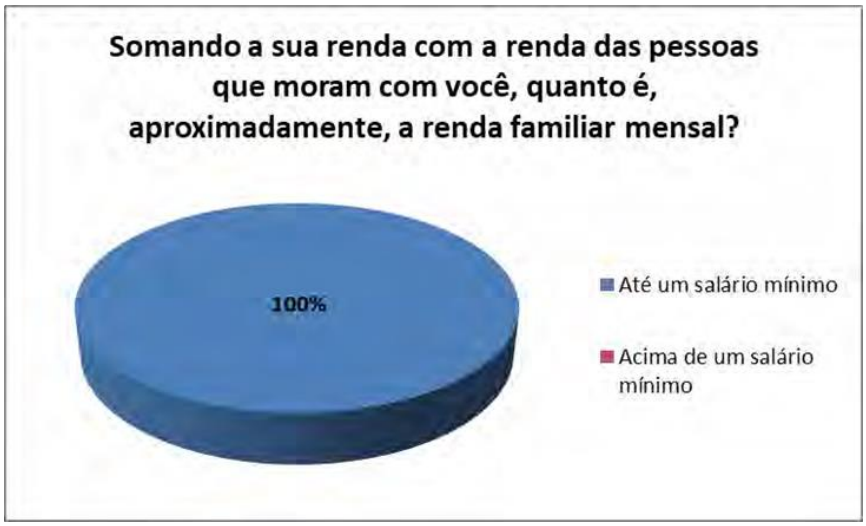
Fonte: Dados da pesquisadora.

A entrevista com os/as mais antigos/as ocorreu na casa dos/as entrevistados/as, foi realizada em forma de conversa bem descontraída, com risadas, tomando um café, indo ver a plantação de pimenta e a horta, varrendo o terreiro e rememorando as tradições que foram silenciadas e que ficaram perdidas em algum lugar na memória dos/as mais antigos/as da

comunidade. Nos relatos ficou notória a opção religiosa pentecostal e a anulação de todas as expressões que remetam para tradições africanas.

Desse modo, a fim de identificar os possíveis conflitos socioambientais e de disputas econômicas, relacionadas à produção para o autoconsumo e/ ou para o mercado e verificar as facilidades ou restrições ao acesso às políticas públicas de inclusão produtiva, conforme as Manifestações de Interesse aos Editais Promulgados, segundo as mudanças na identidade étnica, foram entrevistados/as as lideranças da comunidade.

Gráfico 7 - Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?



A renda familiar mensal das famílias quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo do Fôjo, de acordo com as respostas obtidas em entrevista, é de um salário mínimo.

Gráfico 8- Você trabalha ou já trabalhou?

Conforme os dados obtidos, cem por cento dos entrevistados declarou trabalhar ou já ter tido trabalho.

Gráfico 9 - Em que você trabalha atualmente?

Cerca de oitenta por cento afirmaram que trabalham no próprio quilombo e cerca de vinte por cento declaram ser servidores públicos.

Gráfico 10- Quantas horas semanais você trabalha?

A carga horária laboral semanal dos quilombolas do Fôjo está em oitenta por cento, mais de 40h semanais e vinte por cento, entre 31h a 40h semanais.

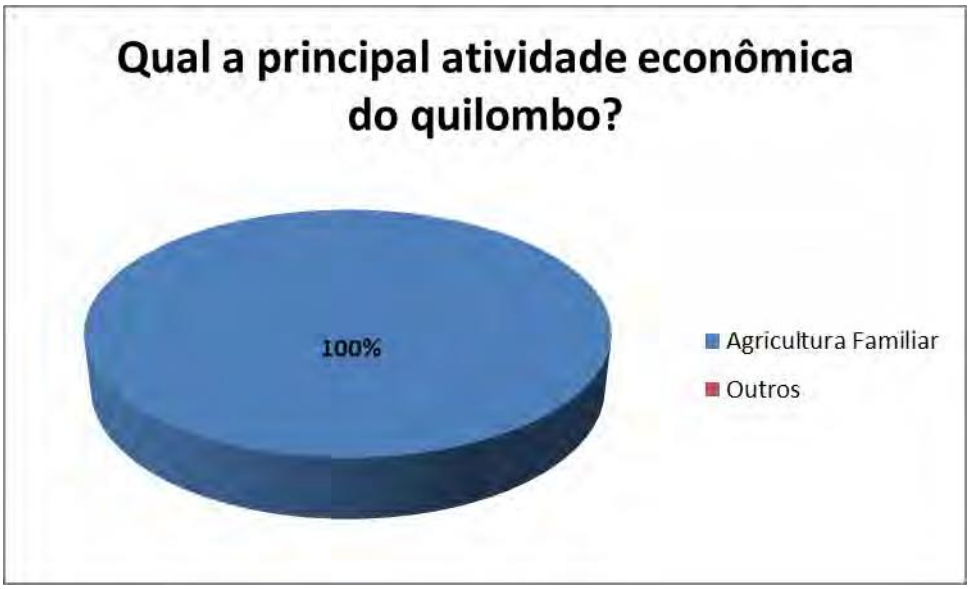
Gráfico 11- Com que idade você começou a trabalhar?

Cerca de oitenta por cento dos moradores do quilombo começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade e vinte por cento entre 14 e 16 anos.

Gráfico 12 – Participa de feiras permanentes para comercialização dos produtos. Faz isso de forma individual ou coletiva?

A comercialização dos produtos nas feiras, conforme oitenta por cento das respostas é feita de forma coletiva, e vinte por cento é feita de forma individual e coletiva.

Gráfico 13- Qual a principal atividade econômica do quilombo?



A principal e única atividade econômica na Comunidade do Fôjo, conforme os dados, é de cem por cento Agricultura Familiar.

Quadro III – Síntese das entrevistas qualitativas as lideranças da comunidade,

QUILOMBO FÔJO.

Quais editais vocês participaram ou participam e o que ganharam com isso?	**O que a comunidade faz para o estudo, saúde, e lazer dos que nela moram?**	**De que maneira o associado ou as pessoas do quilombo são incentivadas a participarem da associação?**
"... participamos do edital do Bahia Produtiva em 2018, fomos contemplados, porém perdemos o convênio por falta de documentação"	"... para o estudo temos uma escola na comunidade, que atende até o fundamental, e a comunidade tem um ônibus escolar para conduzir os jovens até a escola na sede"	"... o pessoal da associação fala que a nossa participação é para melhoria da comunidade"
"... ganhamos uma casa de farinha móvel da Secretária Estadual de Políticas públicas para mulheres, porém ainda não recebemos, pois falta ajustar documentações".	"...para o lazer temos um campo de futebol, sempre organizamos torneios, a escola também promove muitas brincadeiras, a pesca no Rio de Contas, e também os mutirões que fazemos para melhorar a vida dos nossos irmãos."	"...fui convidada para participar das reuniões feitas pela administração"

"... recebemos através de emenda parlamentar a aquisição de um trator".	"... pra saúde temos toda semana atendimento médico no Fojo, e a prefeitura está construindo um posto de saúde aqui no quilombo"	"...através de reuniões mensais para passar informações, se a gente não for não ficar sabendo dos benefícios pra nós"
"... fazemos parte do Programa de Aquisição de Alimentos"		"... temos interesses individuais e coletivos"
"...fomos contemplados com os programas água e luz para todos, e com um projeto habitacional da SEDUR, porém o projeto ficou pela metade".		

Fonte: Dados da pesquisadora.

O Quadro III demonstra a dificuldade que a Associação tem em relação às documentações para participação em projetos públicos. Conforme colhido em entrevista, o Fôjo perdeu dois projetos importantes que contribuiriam para a produção e comercialização e aumentaria o poder econômico daquela comunidade.

No que tange aos aspectos da educação, o interessante seria que esses jovens quilombolas tivessem uma educação completa dentro de sua comunidade. Em relação à saúde, embora a comunidade ainda não tenha um posto de saúde, pela fala dos/as moradores/as, eles/as têm assistência e o lazer ainda preservam as características tradicionais dos antepassados/as.

Nos aspectos referentes à participação na Associação, ficou evidente que participam tanto por interesses individuais como pelos coletivos e têm consciência da importância de tais participações.

Em conversa com presidente da Associação, seu Adailton, em 05 de maio 2020, questionado pela pesquisadora sobre como acontece o processo de divisão das terras, respondeu que o processo de partilha das terras é feito entre eles de forma justa para cada quilombola e que o INCRA ainda está em processo de Regularização Fundiária, pois uma parte das terras demarcadas ainda está ocupada por fazendeiros. E assinalou que a herança da terra é feita em ordem genealógica.

Questionado sobre as políticas públicas ofertadas pelo poder público, se o fato de ser remanescente de quilombo foi um fator positivo ou negativo no acesso a tais políticas, respondeu:

"(...) foi um fator positivo, a gente concorre com outros quilombos, é mais fácil pra ganhar." (Entrevista, 05/05/2020, Sabino)

Perguntado sobre os possíveis impedimentos que tiveram e se possuíram alguma ajuda técnica na elaboração das manifestações de interesse aos editais, disse:

"(...) na elaboração não tivemos problemas, a Secretaria de Agricultura de Itacaré colocou técnicos para fazer as Mis (Entrevista, 05/05/2020, Sabino).

Quando perguntado pela entrevistadora sobre o que a Comunidade sugere para melhorar o acesso aos Editais de Inclusão e à elaboração da Manifestação de Interesse para participar de editais, respondeu:

"(...) a comunidade não sugere nenhuma mudança, nessa etapa ocorreu tudo bem, não tivemos problemas. O problema é após a assinatura do convênio as exigências de documentações." (Entrevista, 05/05/2020, Sabino).

4.3 "ASSOCIAÇÃO: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA"

No decorrer das entrevistas diagnostiquei a dificuldade que os líderes da comunidade têm na resolutividade dos problemas decorrentes de formas burocráticas e documentais, tendo como consequência o cancelamento de dois convênios públicos que seriam importantes para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, sendo um o do Bahia produtiva e o outro destinado para Mulheres, com a possibilidade de aquisição da casa de farinha móvel, ambos, motivados por pendências documentais que não foram resolvidas a contento.

A partir dessas constatações, elaborei o presente trabalho, que é o Produto final da minha pesquisa de Mestrado, a Cartilha intitulada: "ASSOCIAÇÃO: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA", elaborada para contemplar todos os eixos formadores para constituição de uma Associação. E também tece orientações referentes a documentações exigidas em Editais públicos para aquisição de recursos para a comunidade.

Foi elaborada em linguagem de fácil compreensão e tem como objetivo contribuir para a organização da Associação do Quilombo do Fôjo em Itacaré – BA.

Após passar o momento de distanciamento social causado pela pandemia de COVID-19, a pesquisadora pretende sugerir uma reunião com os/as associados/as para apresentar a cartilha. O objetivo será elaborar dinâmicas que abordem temáticas sobre a importância da coletividade na resolutividade dos problemas, com momentos para tirar dúvidas sobre documentações e sobre a gestão de Associações e será enfatizada a importância da Associação regularizar as pendências documentais, para que possam alcançar a autonomia socioeconômica da comunidade.

ASSOCIAÇÃO:
INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

Autora:
Geomara Pereira Moreno Nascimento

Capa (Arte):
Geomara Pereira Moreno Nascimento

Diagramação e arte:
Diego Costa

Sumário

1	Apresentação	2
2	O que é associativismo?	3
3	O que é associação?	3
4	Vamos conhecer os órgãos diretivos de uma associação?	4
5	Só uma pergunta, você conhece o sistema representativo das associações?	4
6	Você sabe como é formado o capital e o patrimônio da sua associação?	4
7	Vamos conhecer nossos direitos?	5
8	E os deveres?	5
9	Vamos falar de um ponto muito importante: a contabilidade de uma associação	5
10	Declaração do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	5
11	Vamos aprender como ocorre a dissolução de uma associação?	6
12	E quem fiscaliza as associações?	7
13	Vamos conhecer as regras administrativas!	7
14	Vamos conhecer quais os documentos exigidos para uma associação participar dos editais do Bahia Produtiva.	8
15	O que são certidões negativas?	9
16	O que é um comprovante de inscrição e de situação cadastral?	9
17	Onde obter a certidão de regularidade fiscal municipal?	9
18	Endereços eletrônicos disponíveis para solicitações das certidões negativas das esferas federal, estadual e municipal	10
19	Referência	11

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como Produto final da minha pesquisa de Mestrado, a Cartilha intitulada: “ASSOCIAÇÃO: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA”, a cartilha foi elaborada contemplando todos os eixos formadores para constituição de uma Associação. E também tece orientações referentes as documentações exigidas em Editais públicos, para aquisição de recursos para a comunidade.

Foi elaborada em linguagem de fácil compressão e tem como objetivo contribuir para a organização da Associação do Quilombo do Fôjo em Itacaré – BA.

O QUE É ASSOCIATIVISMO?

Associativismo é o meio de organizar grupos de interesse econômico, autossustentável, buscando atender à necessidade, unindo esforços, para realizar objetivos comuns.

E NÃO ESQUEÇA!

O Associativismo é um dispositivo importante para que uma comunidade saia da invisibilidade e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.

O QUE É ASSOCIAÇÃO?

Associação é um grupo que pode ser formado por duas ou mais pessoas que se organizam para defender objetivos comuns de uma comunidade ou setor econômico. Trata-se de uma organização de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, cujo patrimônio é constituído pela contribuição dos seus associados, doações ou outras formas de recursos permitidos pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

VOCÊ SABIA?

Que a formalização de uma associação é um processo burocrático e exige muita responsabilidade, pois existem direitos e deveres para todos os membros que devem ser conhecidos pelos associados antes do ato da sua formalização. Toda organização, para ser reconhecida como representação de um setor ou de um grupo de pessoas, deve ser devidamente registrada e estar em dia com as exigências da legislação. A responsabilidade legal da associação é do presidente, que deve ser apoiado pela diretoria e seus associados, zelando por sua integridade. O contador ou o advogado podem auxiliar tanto no esclarecimento das responsabilidades quanto com os registros.

ACESSE A LESGILAÇÕES QUE REGEM AS ASSOCIAÇÕES!

Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e Constituição Federal DE 1988, Artigo 5º.

VAMOS CONHECER OS ORGÃOS DIRETIVOS DE UMA ASSOCIAÇÃO?

ASSEMBLEIA GERAL – Composta de todos os associados;

CONSELHO CONSULTIVO OU DELIBERATIVO –Composta por membros associados eleitos ou indicados para dar suporte as ações da diretoria executiva;

DIRETORIA EXECUTIVA - composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, dependendo no número de associados podem ser eleitos suplentes para secretaria e tesouraria;

CONSELHO FISCAL - composto por três membros e podem haver suplentes de acordo com o número de associados.

FIQUE LIGADO!

- ✓ Os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções, mas podem receber reembolso das despesas realizadas para o desempenho das atividades
- ✓ Cada associado tem direito a um voto nas decisões em assembleia geral, desde que estejam em dia com suas obrigações associativas.

SÓ UMA PERGUNTA, VOCÊ CONHECE O SISTEMA REPRESENTATIVO DAS ASSOCIAÇÕES?

A Federação é o conjunto de associações unidas por um objetivo comum, com representação estadual, nacional ou internacional.

E a Confederação é o conjunto de Federações unidas por objetivos comuns, com representação nacional ou internacional.

VOCÊ SABE COMO É FORMADO O CAPITAL E O PATRIMÔNIO DA SUA ASSOCIAÇÃO?

Não tem capital social integralizado pelos associados. As contribuições dos associados, taxas, doações, fundos e reservas podem se constituir em patrimônios, porém não são divisíveis entre os associados.

NÃO ESQUEÇA!

- ✓ A receita é composta por contribuições dos associados, taxas, doações, legados, subvenções, fundos e reservas.

VAMOS CONHECER NOSSOS DIREITOS?

- ✓ Todo associado tem o direito de votar nos assuntos da assembleia geral;
- ✓ Utilizar os serviços ofertados pela associação;
- ✓ Pedir esclarecimentos aos órgãos diretivos em caso de dúvida;
- ✓ Participar dos comitês e comissões oferecendo sugestões.

E OS DEVERES?

- ✓ Todo associado tem o dever de participar das reuniões e assembleias quando convocado;
- ✓ Conhecer e cumprir as diretrizes do estatuto, regimento interno e respeitar as decisões tomadas coletivamente, pagar as contribuições associativas e taxas pontualmente;
- ✓ Zelar pelo bom nome e patrimônio da associação.

VAMOS FALAR DE UM PONTO MUITO IMPORTANTE: A CONTABILIDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO.

- ✓ A escrituração de uma associação pode ser relativamente simples, porém os registros e atividades devem ser contabilizados normalmente, como qualquer empresa mercantil;
- ✓ Obrigações acessórias: Livro Eletrônico com o registro das notas fiscais emitidas (se for comercializar produtos ou serviços);
- ✓ SPED de contribuições - sistema público de escrituração digital;
- ✓ Declaração de débitos e créditos de tributos federais- DCTF;
- ✓ Balanço anual do Demonstrativo de resultado do exercício – DRE.

DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURIDICA - IRPJ

A associação está obrigada a atender a legislação fiscal e declarar o imposto de renda da pessoa jurídica IRPJ como qualquer empresa, sendo isenta de pagamento. O período de declaração do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) vai de maio a julho de cada ano. Sua elaboração deve ser acompanhada pelo setor financeiro da associação em conjunto com a contabilidade para que este seja feito de forma efetiva e profissional.

FICA A DICA:

Consulte o contador da sua Associação, ele deve estar bem atualizado nestes procedimentos legais.

FIQUE LIGADO:

Apesar de não pagar imposto de renda sobre as suas operações com os associados. Deve recolher imposto de renda na fonte sobre operações com os associados. Deve recolher imposto de renda na fonte sobre operações com terceiros. E deve pagar as taxas e impostos decorrentes das ações comerciais.

FIQUE ATENTO!

Todas as entidades devem ter fundos de reservas destinados a cobrir obrigações ou eventuais necessidades de recursos. A instituição do fundo de reserva deve ser aprovada em assembleia e faz parte do patrimônio da Associação. Recomenda-se destinar um percentual da contribuição associativa, doações ou recursos advindos de ações específicas para compor o fundo. Os fundos de reserva são parte integrante do patrimônio da Associação e não podem ser distribuídos para os associados. Sua destinação deve ser fiscalizada pelo conselho fiscal e apresentadas em assembleias junto com os resultados financeiros.

VAMOS APRENDER COMO OCORRE A DISSOLUÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO?

Pode ser fiscalizada pela prefeitura, fazenda estatual, INSS, Ministério do Trabalho e Receita Federal como qualquer empresa mercantil. A dissolução é definida em assembleia geral ou mediante intervenção judicial realizada por representante do Ministério público. Para dissolução é necessária uma assembleia geral especificamente convocada onde todo o patrimônio deve ser destinado às instituições congêneres e ser aprovada por 2/3 + 1 dos associados. A dissolução também segue trâmites legais em todos os órgãos de registro, ficando a entidade responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas.

E QUEM FISCALIZA AS ASSOCIAÇÕES?

Pode ser fiscalizada pela prefeitura, fazenda estatual, INSS, Ministério do Trabalho e Receita Federal como qualquer empresa mercantil.

VAMOS CONHECER AS REGRAS ADMINISTRATIVAS!

1. Convoque a assembléia de fundação e aprovação do estatuto, a fundação de uma associação é um marco importante e deve seguir as orientações constantes no estatuto social;
2. Reúna os membros da associação e aproveite essa reunião para realizar todos os procedimentos legais: aprovação do estatuto social, eleição e posse da nova diretoria;
3. Relate tudo na ata de fundação, a ser registrada junto com o estatuto e assinada por todos os presentes;
4. Registre a associação no cartório de registro civil das pessoas jurídicas, para registrar uma associação no cartório são necessários os seguintes documentos:
    - Requerimento de registro assinado pelo presidente;

- Edital de Convocação;
- Ata da fundação, ata eleição da diretoria e termo de posse da diretoria;
- Estatuto Social assinado por um advogado com o registro na OAB em dia;
- Documentos pessoais do presidente e da diretoria (CPF, RG e comprovante de residência); pagamento das taxas do cartório, para registro do estatuto social e da ata da fundação.

5. Somente após o registro de sua associação nos órgãos competentes é que ela estará apta a funcionar de fato. Faz-se necessário obedecer aos prazos, agilizando o processo de registro para evitar erros e custos adicionais.

NÃO ESQUEÇA!

Registre a associação nos demais órgãos competentes, toda associação, depois de constituída e devidamente registrada em cartório, deverá ser registrada em outros órgãos federais e estaduais, pois, a partir dessa data, passa a ser uma empresa sem fins lucrativos, precisando obedecer a legislação, a saber:

- Secretaria da Receita Federal para viabilizar o CNPJ;
- Secretaria Estadual ou Municipal para viabilizar a Inscrição Estadual;
- Ministério do Trabalho (INSS) caso a associação tenha funcionários;
- Secretaria Estadual de Ação Social.

FIQUE LIGADO! A DOCUMENTAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO É MUITO IMPORTANTE, ELA É A CONDICIONALIDADE PARA PARTICIPAR DE PROJETOS E CONVÊNIAR COM O PODER PÚBLICO.

VAMOS CONHECER QUAIS SÃO OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA UMA ASSOCIAÇÃO PARTICIPAR DOS EDITAIS DO BAHIA PRODUTIVA.

a. Cópia da Ata de Fundação e suas alterações registradas;

b. Cópia do comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica (CNPJ);

c. Cópia do Estatuto Social (última versão);

d. Cópia da Ata de eleição e posse da atual diretoria;

e. Cópia do RG e CPF do/a representante legal da Entidade;

f. Certidão de Regularidade no SICON;

De acordo com o DECRETO Nº 9.266 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004, em seu Art. 3º - Não poderão ser celebrados convênios ou ser dada continuidade aos mesmos quando ocorrerem pendências referentes aos convenentes em decorrência das seguintes situações verificadas pelo sistema de execução.

g. Certidão Negativa de Débitos FGTS;

h. Certidão Negativa de Débitos INSS;

i. Certidão Negativa de Débitos Dívida Ativa com a União;

j. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

k. Certidão Negativa de Débitos Fazenda Estadual;

l. Certidão Negativa de Débitos Fazenda Municipal;

m. Projeto Técnico e Executivo para o caso de Subprojeto que contenha investimentos que não estejam alinhados com as Áreas Estratégicas a serem apoiadas pelo Projeto, desde que apresente sinergia com as Áreas
Temáticas prioritárias relacionados;

n. Documento de comprovação da titularidade da área, devidamente registrado, para Subprojeto que tenha previsão de obras civis ou hídricas (Termo de Comodato, Termo de Cessão de Uso, Escritura Pública ou Termo de Doação).

O QUE SÃO CERTIDÕES NEGATIVAS?

A Certidão Negativa de Débitos (CND) é um documento que tem como objetivo comprovar se uma pessoa, empresa ou bem (carro, imóvel, terreno, etc.) não possui débitos junto aos órgãos públicos, e nem ações civis, criminais ou federais. Existem vários tipos de certidões negativas, como por exemplo: certidão negativa de débitos tributários (federal, estadual e municipal); de protesto, de falência, etc.

O QUE É UM COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL?

O CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica é um número único que identifica uma pessoa jurídica e as equiparadas (pessoas físicas que exploram em nome individual atividades com intuito de lucro) são obrigadas a se inscrever antes de iniciar as suas atividades.

ONDE OBTER A CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL MUNICIPAL?

A Certidão de Débitos Municipais é um documento onde consta a existência ou a inexistência de dívidas com o município em que a Associação está localizada.

Por meio dela, é possível comprovar a idoneidade no que diz respeito aos débitos municipais: ISS, IPTU e demais tributações municipais.

FIQUE ATENTO!

O prazo de validade de uma Certidão Negativa pode variar entre 30 dias (certidões municipais e estaduais) e 180 dias (certidão da Receita Federal - RFB).

Endereços eletrônicos disponíveis para solicitações das certidões negativas das esferas federal, estadual e municipal:

> Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

> Autenticidade

> Certificado de Regularidade do FGTS – CEF

> Certidão de Regularidade Fiscal Estadual

> Certidão de Regularidade Fiscal Municipal

> Cadastro do CNPJ

REFERÊNCIAS

https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/259_OGANIZA%C3%87%C3%95ES-COLETIVAS-NO-MEIO-RURAL_191009_204232.pdf

https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qual-o-passo-apasso-para-tirar-as-certidoes-negativas,df4d0d01760f1710VgnVCM1000004c00210aRCRD

UFSB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei o processo de elaboração desta pesquisa, cujo objetivo se fundamentou em caracterizar social, econômica e culturalmente a identidade étnica dos/as remanescentes do Quilombo do Fôjo e as restrições ou facilidades ao acesso às políticas públicas de inclusão produtiva em relação ao preenchimento dos critérios dos Editais e elaboração das manifestações de interesse, não tinha noção de tantos entraves e dificuldades que essas comunidades ainda vivem na atual conjuntura.

Confesso que o olhar de servidora pública não foi capaz de desvelar a dura realidade que essas comunidades enfrentam cotidianamente para resistirem a tantas negligências. Essa capacidade de observar e ser capaz de diagnosticar a realidade desses povos foi germinada nas leituras diretas, nos componentes curriculares, nos artigos feitos e apresentados em eventos acadêmicos, que me possibilitaram desenvolver um olhar sensível para enxergar aquilo que a construção colonial tentou apagar por tantos séculos e, a partir disso, me propiciou a formação de pesquisadora com uma escuta e um olhar sensíveis.

Esta pesquisa foi permeada de descobertas, em alguns momentos de tristeza e, em muitos, de alegrias. Caminhar pelo quilombo, ouvindo seu Miguel contar as suas histórias e ter a certeza de que também pertenço àquele lugar foi uma experiência única. Durante esse tempo, pude chorar a partida de Dona Josefina, que me levou ao rio e me mostrou o que era o Fôjo há mais de 40 anos. Nesse período, descobri que minha avó Dalva (in memória) era descendente de pessoas escravizadas e que residia em Taboquinhas; na realidade, sempre tive a certeza de que caminhando por aquelas terras que emanam tanta força, de alguma forma eu estava voltando para casa.

O que pude constatar durante o processo de pesquisa é que as comunidades quilombolas ainda vivem à margem da vulnerabilidade social, com baixo nível de escolaridade, com uma carga horária laboral extensa e com baixo poder econômico.

No decorrer das entrevistas, percebi a dificuldade que os/as líderes da comunidade têm na resolutividade dos problemas de cunho burocrático e documental, sendo que esses problemas poderiam e podem ser sanados por meio de um projeto de Estado que tenha como objetivo a qualificação dos membros da Associação de Quilombos. Os/As quilombolas são agricultores/as familiares de quilombo rural e a sua relação é mais fluida com a natureza; desse modo, os assuntos burocráticos se tornam mais complicados. Foi constatado, durante as entrevistas,

observações e intervenções que, ao contrário do que objetivamos, poderia haver possíveis restrições ou facilidades ao acesso às políticas públicas de inclusão produtiva. O problema da comunidade, conforme os dados obtidos, não faz referência a essa questão, e sim no momento pós-convênio, que seriam as etapas da documentação.

No que se refere à caracterização cultural e à identidade étnica dos/as remanescentes do quilombo do Fôjo, diagnostiquei que eles/as se auto reconhecem quilombolas, e as suas práticas são oriundas de comunidades tradicionais. Quando questionados/as sobre o reconhecimento da própria história, responderam apenas que esta história está gravada, ou seja, não conhecem a história do quilombo e nem conhecem a do seu fundador e, por consequência, os processos de lutas e resistências enfrentados por ele para que atualmente pudessem viver ali.

Foi constatado que essa deficiência é oriunda do processo de apagamento das suas identidades, que teve início com a inserção dos dogmas religiosos e se consolidou na escola, pois conforme a lei 10.639/13, a EEQ tem a finalidade de manter a história do quilombo viva, por meio de práticas tradicionais que reafirmem e que façam perpetuar os seus saberes. A falta de uma educação voltada para a realidade das comunidades de remanescentes de quilombo gera vários entraves organizacionais, pois os quilombos têm a sua história marcada por processos de resistência e não insubordinação aos processos que os objeticavam e apagavam suas identidades. Acredito que, se os/as quilombolas do Fôjo conhecerem o que Alfredo Gomes e tantos outros escravizados foram submetidos e o quanto lutaram para construir uma diáspora firmada na força, insistência e resistência, seriam mais motivados/as pela busca da solução dos seus problemas internos burocráticos, que têm como consequência o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Os dois produtos finais desta pesquisa, as cartilhas intituladas: “FÔJO, SUA HISTÓRIA ESTÁ AQUI!” e “ASSOCIAÇÃO: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA”, foram elaborados na perspectiva de auxiliar a comunidade a conhecerem a sua história e a utilizarem como dispositivo de luta e resistência, no sentido de buscarem regularizar as pendências documentais que os/as impedem de usufruir das políticas públicas de inclusão produtiva, que podem gerar autonomia econômica e social do quilombo.

Conforme anunciado anteriormente, esta pesquisa e os seus produtos finais serão apresentados à Comunidade Quilombola do Fôjo, pela pesquisadora, como forma de agradecimento e retribuição por tudo que lhe propiciaram conhecer.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. "**Os Quilombos e as Novas Etnias",** In O'DWYER, Eliana C. (org.), Quilombos: identidade étnica e territorialidade, Rio de Janeiro, Ed. FGV, pp. 83- 108,2002.

BÂ, Amadou Hampaté. **A tradição viva.** In: KI-ZERBO. História Geral da África. v. I - Metodologia e Pré-história, BÂ, Amadou Hampâté. Amkoullel, O menino fola. São Paulo: Pallas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

BARTH, Fredrik "**Os grupos étnicos e suas fronteiras".** In POUTIGNAT, P.; STREIFFFENART, J. (orgs.), Teorias da identidade, São Paulo, Ed. Unesp, pp. 185-227, 1998. BLANCO, Yedda A. O. C.; BLANCO, Ramiro C. H. C. s.d. Um Quilombo, disponível em, http://www.filologia.org.br/ivjnf/15.html, consultado em 23 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 05 de janeiro de 2020

_____. **Código Civil, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acessado em 05 de janeiro de 2020.

_____. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Disponível em: https:

//legislação.planalto.gov.br/legislação. Acessado em 05 de janeiro de 2020.

_____. **Portaria n. 98, de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: http://www.palmares. gov.br/legislação. Acessado em 15 de fevereiro de 2020.

_____. **Instrução Normativa n. 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal. Acessado em 05 de janeiro de 2020.

_____. **Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

_____. **PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Brasilia-DF.

BOBSIN, Oneide. **Etiologia das doenças e pluralismo religioso**. Estudos Teológicos, São Leopoldo-RS, v. 43, n° 2, 2003. pp. 21-43.

BOGDAN, R., & Biklen, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora,1994.

BUENO, E. **Brasil: uma história.** 2ª edição revista. São Paulo. Ática. 2003. p. 19.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. **O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco.** In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 407-432.

DECRETO nº 5051 de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5051

.htm Acesso em: 23 de agosto de 2020.

Dos SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCT, 2015.

FORQUIN, J.C. O currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação &J Sociedade**, ano XXI, dez. Cedes, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades quilombolas brasileiras certificadas até novembro de 2014 por região**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por- regiao-ate-27-11-2014.pdf. Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

INCRA. **Instituto Nacional de Reforma Agrária. Quilombolas**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/quilombolas. Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais**. Trad.de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Álvares, Francisco Rüdger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ BrasÌlia: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz T. (org.) HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Henning, Ana Clara Correa, et al. Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. **EM TEMPO** - Marília - v. 14 – 2015.

KILOMBA, Grada. A máscara. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. In**: Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.

_____. While I Write. **Revista Água Viva**. Volume 3, Número 3, Edição Especial 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **Conflitos e Direito:** a basa espacial e violações de direitos às comunidades quilombolas de Alcântara-MA. In: MARTINS, Cynthia Carvalho. etal. Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização. Manaus: Edições. Coleção pedagógica: interpretando a Amazônia; p. 107-125. UEA, 2013.

LOPES, Nei**. Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas,2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Guia de políticas sociais quilombolas 2009**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2009. p. 11.

MUNANGA, Kabengele. Povo negro. Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP**. SP.(28). Dez./95, jan/96, p.58.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. p. 223.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

_____. **O Negro Revoltado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª. Ed., 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura Vozes**. 68(1), 1974a, pp. 41-45.

_____. Negro e racismo**. Revista de Cultura Vozes**. 68 (7), 1974. pp. 65-

68.

_____. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 25 de julho, 1976.

_____. O negro visto por ele mesmo. Rio de Janeiro, **Revista Manchete**, setembro, 1976b, p.130-131.

_____. O Quilombo do Jabaquara. **Revista de Cultura Vozes** 3, 1979, pp. 176-178.

_____. My internal blackness. **Journal Village Voice**. Nova Iorque, 1982.

_____. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. Rio de janeiro, **Estudos Afro-Asiáticos** 6-7, 1982c, pp. 259-265.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora** Nºs. 6-7, 1985, pp. 41-49.

_____. Daquilo que se chama cultura. **Jornal IDE**. Nº. 12. Sociedade Brasileira de Psicanálise, São Paulo. Dezembro, 1986, p. 8.

_____. **A mulher negra e o amor**. Jornal Maioria Falante. No. 17, Fev – março, 1990.

NASCIMENTO, Geomara Pereira Moreno; DA SILVA JUNIOR, Milton Ferreira. COMUNIDADE QUILOMBOLA FOJO: espaço de resgate, afirmação e (in)sustentabilidade da identidade cultural, em Itacaré-ba. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade,** [S.l.], v. 1, n. 2, p. 448-453, jun. 2020. Disponível em:<https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8755>. Acessado em: 24 ago. 2020.

_____; DE SÁ, Tereza Cristina Soares. COMUNIDADE QUILOMBOLA DO FOJO, ITACARÉ-BA: por uma adequação no currículo escolar, pela decolonialização dos saberes e das práticas pedagógicas**. Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 441-447, jun. 2020. Disponível em:<https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8753>. Acessado em: 25 ago. 2020.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo. Global. 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção n. 169, ratificada em 2002**. Disponível em: http://www.oit.org.br/node/513. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANCHES, Pierre. **Percursos de sincretismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Verj, 2001.

SANTOS, Lara de Melo dos. **Resistência indígena e escrava em camamu no século XVII**. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) UFBA. Salvador.

SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TERRENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In. **ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO,** 26., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2006. p. 1-9.

WEBER, Max. **Economia e sociedade,** vol. 1, São Paulo, Imprensa Oficial/Ed. UnB, 2004

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) _____,para participar da Pesquisa (REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FÔJO, ITACARÉ-BA: identidade étnica, conflitos e acesso as políticas públicas recentes.), sob a responsabilidade da pesquisadora Geomara Pereira Moreno Nascimento, a qual pretende investigar a relação entre Identidade Étnica, conflitos de variadas espécies e o acesso as Políticas Públicas de Inclusão Produtiva recentes, pelos remanescentes do Quilombo do Fôjo, nas suas práticas laborais cotidianas em Itacaré/BA. Buscar- se-á caracterizar social, econômica e culturalmente a identidade étnica dos remanescentes do quilombo do Fôjo, as mudanças ocorridas na constituição e permanência identitária, os inerentes conflitos relativos (in)sustentabilidade do remanescente, ocorridas pelas inerentes restrições ou facilidades ao seu acesso aquelas políticas públicas referidas. Assim, se poderá inferir como os remanescentes, nas práticas de uso pretéritos e atuais dos seus recursos naturais, costumes e tradições as incorporam identitariamente e fomentam seu acesso as recentes políticas públicas de inclusão social e produtiva na Bahia. Os participantes da pesquisa serão prioritariamente os cinco moradores mais antigos e as seis lideranças da comunidade que são da diretoria da Associação do quilombo, e que residam no quilombo, pois, essas informações só serão fidedignas com o relato dos mais antigos e lideranças. Não faram parte desta pesquisa os moradores mais antigos e lideranças que estejam acometidos com problemas de saúde de cunho psicológico. Sua participação é voluntária e se dará por meio de diálogos estabelecidos em nossos encontros a partir de entrevistas semiestruturadas, que por conta do isolamento social acontecerá de maneira remota a partir de chamada de áudio e/ou vídeo no WhatsApp. Caso ocorram riscos decorrentes da sua participação na pesquisa, como, processos de constrangimentos e intimidações, devido ao silenciamento e exclusão social, construídas historicamente. Considerando, que estamos vivendo tempos atípicos e pandêmicos, onde o psicológico das pessoas está

sendo afetado, por conta do isolamento e distanciamento social, também pode ser considerado um fator de risco para esta pesquisa, caso ocorra algum trauma decorrente desse momento. Para atenuar os possíveis riscos que podem ser gerados, em relação a esse tipo de entrevista, encaminharemos previamente um roteiro das questões por meio de WhatsApp ou e-mail para que possam se familiarizar, em linguagem de fácil compreensão, para checar se vocês entenderam ou se optarão por esclarecimentos, salientando que, todas as etapas serão discutidas de forma online e conjunta e traçaremos de forma coletiva a forma mais agradável. Por fim, ainda assim, caso haja intercorrências e abalos emocionais, a entrevista será prontamente suspensa se ocorrer alguma suspeição de risco emocional. Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para manter viva a história do quilombo do Fôjo e de Alfredo Gomes, escravizado na época do período escravocrata, em um ato considerado como "rebeldia", fugiu do engenho que vivia sob domínio colonial e fundou o quilombo do Fôjo. Essa história de resistência e lutas não pode ficar esquecida. Pretende-se manter essa memória ancestral viva no quilombo para vindouras gerações, por meio de processos educacionais formais e não formais, materializados em forma de cartilhas e um portfólio onde será relatada a história do quilombo, notadamente nos seus processos de inclusão produtiva. Contudo, se após o processo de registro do consentimento do participante para a pesquisa, enviado via WhatsApp e respondido por meio da mesma rede social com o indicativo de aceite, o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, poderá a qualquer momento solicitar o afastamento da pesquisa e a revogação do termo de consentimento. O sigilo da sua identidade será mantido e não será identificado por nome ou qualquer outra forma. O/a Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pela pesquisadora responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados para apreciação acadêmica. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Rua C, Baixa dos Carilos, Nº 78 Bairro: Conquista, município de Ilhéus/Bahia , pelo telefone: (73) 99177 -5453 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia – CEP/UFSB, Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A, Bairro Monte Castelo, Teixeira de Freitas, Bahia, CEP - 45996-108, Teixeira de Freitas, Bahia, telefone – 3291-2089. O e-mail do CEP/UFSB é cep@ufsb.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS–INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

_____

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

_____

Assinatura do Pesquisador responsável

Data: _____

APÊNDICE B

TERMO DE ANUÊNCIA

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do pruieto de pesquisa intitulado " REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FOJO, ITACARE-BA: Identidade étnica, conflitos e acesso as políticas públicas recentes", sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora Geomara Pereira Moreno Nacimento, o qual terá o apoio deste Quilombo.

Itacaré, 25 de setembro de 2020.

Jilson Gomes da Cruz
Presidente da Associação do Quilombo do Fôjo

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO COM LIDERANÇAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SULA DA BAHIA

CAMPUS JORGE AMADO – ITABUNA

UFSB-CJA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS

PROJETO DE PESQUISA DE INTERVENÇÃO INTITULADO " **REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FÔJO, ITACARÉ BA:** IDENTIDADE ÉTNICA E ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA"

DOCENTE: PROF. DR. MILTON FERREIRA DA SILVA .

DISCENTE: GEOMARA PEREIRA MORENO NASCIMENTO.

Questionário Socioeconômico para as lideranças da Comunidade Quilombola do Fôjo - Itacaré

1-Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos
(Marque apenas uma resposta)

( ) Moro sozinho
( ) Uma a três
( ) Quatro a sete
( ) Oito a dez
( ) Mais de dez

2- A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)
( ) Própria
( ) Alugada
( ) Cedida

3- Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)
( ) Zona rural.
( ) Zona urbana
( ) Comunidade indígena.
( ) Comunidade quilombola.

4. Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)
( ) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
( ) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
( ) Ensino Médio (antigo 2º grau)
( ) Ensino Superior
( ) Especialização
( ) Não estudou
( ) Não sei

5. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)
( ) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
( ) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
( ) Ensino Médio (antigo 2º grau)
( ) Ensino Superior
( ) Especialização
( ) Não estudou
( ) Não sei

6. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.045,00).
( ) De 1 a 3 salários mínimos (de 1.045,01 R$ até R$ 3.135,00).
( ) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.135,01 até R$ 6.027,00).
( ) De 6 a 9 salários mínimos (de R$ 6.027,01 até R$ 9.405,00).
( ) De 9 a 12 salários mínimos (de R$ 9.045,01 até R$ 12.054,00).
( ) De 12 a 15 salários mínimos (deR$12.054,01 até R$ 15.675,00).

( ) Mais de 15 salários mínimos (mais de R$ 15.675,01).

7-Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta) ( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.045,00).
( ) De 1 a 3 salários mínimos (de 1.045,01 R$ até R$ 3.135,00).
( ) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.135,01 até R$ 6.027,00).
( ) De 6 a 9 salários mínimos (de R$ 6.027,01 até R$ 9.405,00).
( ) De 9 a 12 salários mínimos (de R$ 9.045,01 até R$ 12.054,00).
( ) De 12 a 15 salários mínimos (deR$12.054,01 até R$ 15.675,00).
( ) Mais de 15 salários mínimos (mais de R$ 15.675,01).

8. Você trabalha ou já trabalhou? (Marque apenas uma resposta)
( ) Sim
( ) Não

9. Em que você trabalha atualmente? (Marque apenas uma resposta)
( ) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
( ) Na indústria.
( ) Na construção civil.
( ) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
( ) Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.
( ) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
( ) Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador,
feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
( ) Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha,
artesanato, carpintaria etc.).
( ) Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a,
mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de
idosos/as etc.).
( ) No lar (sem remuneração).
( ) Outro.
( ) Não trabalho.

10. Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)
( ) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
( ) De 11 a 20 horas semanais.

( ) De 21 a 30 horas semanais.
( ) De 31 a 40 horas semanais.
( ) Mais de 40 horas semanais

11. Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)
( ) Antes dos 14 anos.
( ) Entre 14 e 16 anos.
( ) Entre 17 e 18 anos.
( ) Após 18 anos.

12- Como vocês se organizam para trabalhar no quilombo?

( ) Mutirão ( ) Troca de Favores ( ) Individual

13 - Como vocês conservam a memória da vida do quilombo?

14 - O que vocês fazem para manter a terra, florestas e águas , sem contaminação e poluição?

15 - O que vocês tiraram da mata para usar como: remédio e/ou alimento?

16 - Quando vocês plantam fazem de maneira solteira ou consorciada?

17 - Tem produtos da mata, folhas, cascas, amêndoas, óleos e flores que são vendidas para raizeiros ou para produção de remédios e/ou alimentação no quilombo?

18- Tem controle do valor das vendas e das quantidades vendidas?

19 - Participa de feiras permanentes para comercialização dos produtos. Faz isso de forma individual ou coletiva?

20 - Quais editais vocês participaram ou participam e o que ganharam com isso?

21 -O que a comunidade faz para o estudo, saúde, e lazer dos que nelas mora?

22 - Qual a principal atividade econômica do quilombo?

23 - De que maneira o associado ou as pessoas do quilombo são incentivadas a participarem da associação?

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO COM MORADORES ANTIGOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SULA DA BAHIA

CAMPUS JORGE AMADO – ITABUNA

UFSB-CJA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS

PROJETO DE PESQUISA DE INTERVENÇÃO INTITULADO " **REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FÔJO, ITACARÉ BA:** IDENTIDADE ÉTNICA E ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA"

DOCENTE: PROF. DR. MILTON FERREIRA DA SILVA .

DISCENTE: GEOMARA PEREIRA MORENO NASCIMENTO.

Questionário Socioeconômico para as pessoas mais antigas da Comunidade Quilombola do Fôjo - Itacaré

1-Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos (Marque apenas uma resposta)
( ) Moro sozinho
( ) Uma a três
( ) Quatro a sete
( ) Oito a dez
( ) Mais de dez

2- A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)
( ) Própria

( ) Alugada
( ) Cedida

3- Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)
( ) Zona rural.
( ) Zona urbana
( ) Comunidade indígena.
( ) Comunidade quilombola.

4. Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)
( ) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
( ) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
( ) Ensino Médio (antigo 2º grau)
( ) Ensino Superior
( ) Especialização
( ) Não estudou
( ) Não sei

5. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)
( ) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
( ) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
( ) Ensino Médio (antigo 2º grau)
( ) Ensino Superior
( ) Especialização
( ) Não estudou
( ) Não sei

6. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.045,00).
( ) De 1 a 3 salários mínimos (de 1.045,01 R$ até R$ 3.135,00).
( ) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.135,01 até R$ 6.027,00).
( ) De 6 a 9 salários mínimos (de R$ 6.027,01 até R$ 9.405,00).
( ) De 9 a 12 salários mínimos (de R$ 9.045,01 até R$ 12.054,00).
( ) De 12 a 15 salários mínimos (deR$12.054,01 até R$ 15.675,00).
( ) Mais de 15 salários mínimos (mais de R$ 15.675,01).

7-Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.045,00).
( ) De 1 a 3 salários mínimos (de 1.045,01 R$ até R$ 3.135,00).
( ) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.135,01 até R$ 6.027,00).
( ) De 6 a 9 salários mínimos (de R$ 6.027,01 até R$ 9.405,00).
( ) De 9 a 12 salários mínimos (de R$ 9.045,01 até R$ 12.054,00).
( ) De 12 a 15 salários mínimos (deR$12.054,01 até R$ 15.675,00).
( ) Mais de 15 salários mínimos (mais de R$ 15.675,01).

8. Você trabalha ou já trabalhou? (Marque apenas uma resposta)
( ) Sim
( ) Não

9. Em que você trabalha atualmente? (Marque apenas uma resposta)
( ) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
( ) Na indústria.
( ) Na construção civil.
( ) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
( ) Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.
( ) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
( ) Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
( ) Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
( ) Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
( ) No lar (sem remuneração).
( ) Outro.
( ) Não trabalho.

10. Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)
( ) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
( ) De 11 a 20 horas semanais.
( ) De 21 a 30 horas semanais.
( ) De 31 a 40 horas semanais.
( ) Mais de 40 horas semanais

11. Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)
( ) Antes dos 14 anos.
( ) Entre 14 e 16 anos.
( ) Entre 17 e 18 anos.
( ) Após 18 ano

12 – Há quanto tempo mora no Fôjo?

13 – Como chegou ao Fôjo, quem convidou, foram parentes ou amigos que lhe trouxeram?

14 - Essas pessoas têm gostos, religião, e maneira de viver parecida com a sua , e se é diferente, qual maneira é?

15 – Vocês produzem remédios e comidas com as coisas colhidas na mata ou plantadas aqui mesmo?

16 – Usam as plantas medicinais daqui para fazer remédios?

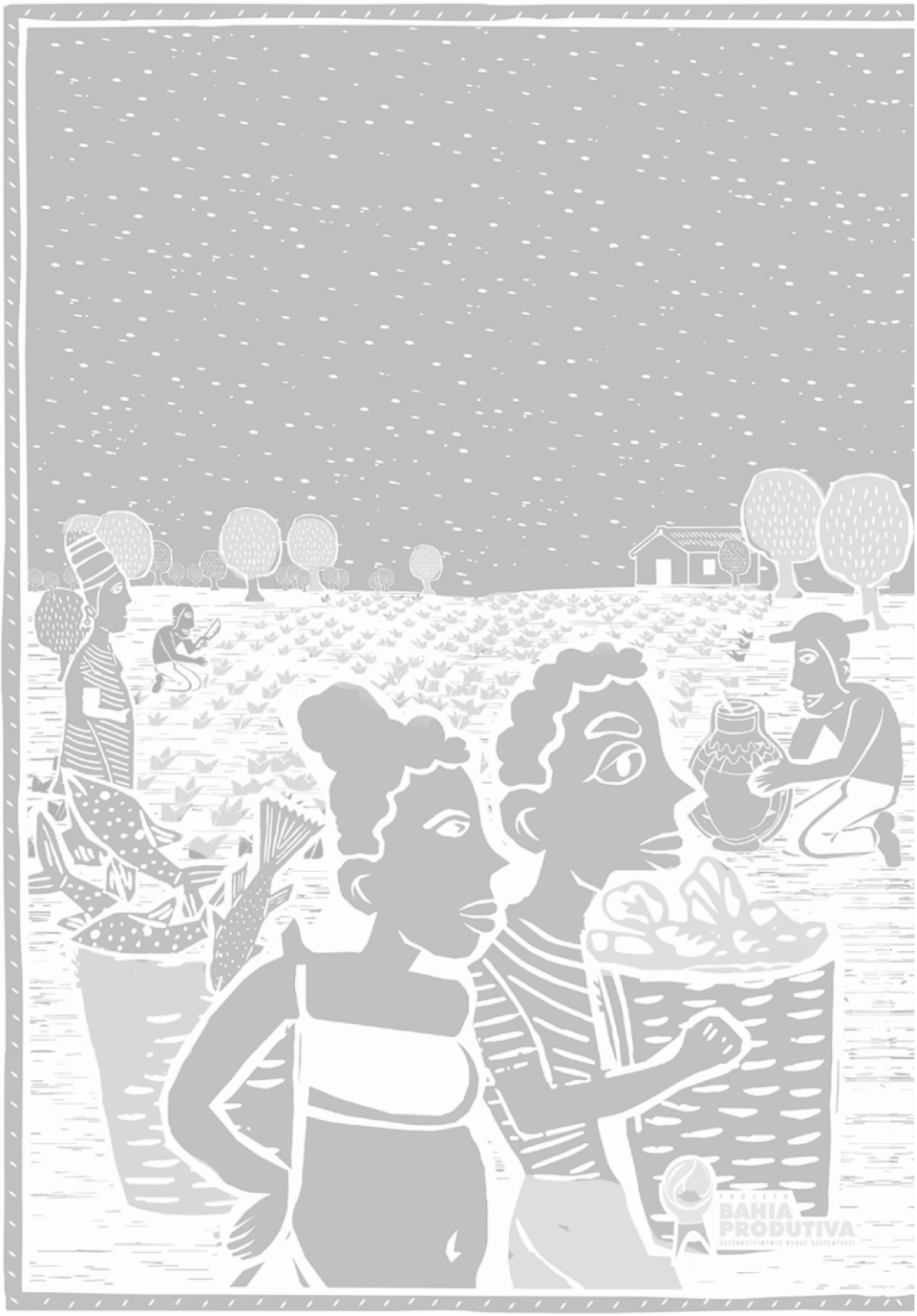
17 – Você conhece a história dos antepassados dos Fôjo?

18 – Os mais jovens gostam de ouvir as histórias dos seus antepassados?

19 – Quais as principais reclamações sobre a escola, serviço de saúde, estrada, saneamento, transporte e habitação?

ANEXO 3

EDITAL


PROJETO
BAHIA
PRODUTIVA
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2018

SELEÇÃO DE SUBPROJETOS SOCIOAMBIENTAIS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Valor R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais)

PROJETO: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS (Bahia Produtiva)

COMPONENTE: 1. Inclusão Produtiva e Acesso a Mercados

SUBCOMPONENTE: 1.2. Subprojetos Socioambientais

PROJETO BAHIA PRODUTIVA
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

VICE-GOVERNADOR

João Felipe de Souza Leão

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

Jerônimo Rodrigues Souza

DIRETOR–PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR

Wilson José Vasconcelos Dias

SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR **Téo Dantas**

COORDENADOR DO PROJETO BAHIA PRODUTIVA

Fernando Cezar Cabral de Oliveira

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO 7

II. OBJETO 8

III. ESPECIFICAÇÕES DOS INVESTIMENTOS 9

IV. PÚBLICO BENEFICIÁRIO 11

V. FONTE, VALOR E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS 12

VI. CONTRAPARTIDA 12

VII. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE 13

VIII. ETAPAS DE INSCRIÇÃO, ANÁLISE E SELEÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE (MI) .....14 IX.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 19

X. PLANO DE INVESTIMENTO 20

XI. PRAZOS 20

XII. ITENS NÃO FINANCIADOS PELO PROJETO BAHIA PRODUTIVA 21

XIII. DISPOSIÇÕES GERAIS 21

XIV. ANEXOS 24

I. APRESENTAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS (Projeto Bahia Produtiva), torna público o presente Edital, que tem por objetivo a seleção de Subprojetos Socioambientais para Comunidades Quilombolas, visando a melhoria das condições de vida, com o foco na segurança alimentar e nutricional, na diversificação das fontes de renda e qualificação da gestão dos recursos naturais em áreas de produção familiar ou economia solidária.

A execução das diversas etapas deste Edital, bem como o acompanhamento e desenvolvimento dos futuros projetos apoiados, conta com a participação e colaboração da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), através da Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT).

O Componente de Inclusão Produtiva e Acesso a Mercados do Projeto Bahia Produtiva tem como objetivo aumentar a inclusão produtiva e o acesso a mercado dos agricultores familiares e outras populações tradicionais nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

O Subcomponente Socioambiental tem como objetivo apoiar iniciativas voltadas para a melhoria do manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola e pecuária, a recuperação de áreas degradadas, incentivo a outras formas de produção e beneficiamento em bases agroecológicas e apoiar as iniciativas de comércio justo e solidário e a garantia da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

Entre os públicos prioritários do Projeto Bahia Produtiva estão as populações e comunidades rurais remanescentes de quilombos.

II. OBJETO

Constitui objeto do presente Edital o apoio técnico e financeiro, não reembolsável, para Subprojetos Socioambientais para Comunidades Remanescentes de Quilombos, que serão selecionados a partir da Manifestação de Interesse (MI) de Entidades representativas de comunidades quilombolas (Associação ou Cooperativa), situadas no Estado da Bahia.

Os Subprojetos Socioambientais consistem em ações articuladas que visam promover a melhoria do manejo dos recursos naturais em áreas de produção agrícola ou pecuária, bem como, a recuperação de áreas degradadas, o estímulo à inovação de outras formas de produção e beneficiamento em bases agroecológicas e apoiar ações de comércio justo e solidário e a garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades beneficiadas.

Será assegurado o acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para até 100 (cem) famílias de agricultores familiares que integram a base de produção de cada um dos Subprojetos apoiados, excluindo-se aquelas que já contem com estes serviços de forma permanente, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 12.188/2010 e Lei Estadual nº 13.272/2011.

A CAR/SDR, através do Projeto Bahia Produtiva, garantirá o atendimento a esses beneficiários por meio da oferta de recursos financeiros para a contratação de 01 (um) Agente Comunitário Rural Quilombola (ACR). Desse modo são assegurados os serviços de ATER que serão prestados pela Entidade Prestadora do Serviço do Território, já previamente contratada pelo Projeto Bahia Produtiva, no sentido de garantir a sustentabilidade dos investimentos e promover assessoramento técnico continuado, baseado nos princípios da agroecologia, da preservação e recuperação ambiental.

No caso da entidade proponente declarar ser assistida de forma permanente e continuada com serviços de ATER, deverá ser anexado na Manifestação de Interesse (MI) uma declaração da instituição prestadora do serviço.

O formulário para inscrição das propostas estará disponível no endereço eletrônico www.car.ba.gov.br.

III. ESPECIFICAÇÕES DOS INVESTIMENTOS

Para os fins deste Edital, os Subprojetos Socioambientais contemplam investimentos voltados à implantação e gestão de ações, investimentos, atividades socioambientais e de caráter socioprodutivo com ênfase na sustentabilidade ambiental, segurança hídrica, alimentar e nutricional das famílias beneficiadas.

A Manifestação de Interesse (MI) a ser apresentada pela entidade proponente deverá contemplar investimentos alinhados com as Áreas Temáticas a serem apoiadas pelo Projeto Bahia Produtiva neste Edital. O enquadramento deve considerar a estratégia que o subprojeto proposto ao Edital visa desenvolver. A seguir apresentam-se as cinco Áreas Estratégicas e as principais ações:

Área Temática A	**Gestão sustentável dos recursos naturais e recuperação de ambientes naturais degradados**
Ações Estratégicas	A1 - Apoio para recuperação de áreas de Preservação Permanente como nascentes, beira de rios, lagos, topos de morros
	A2 - Apoio a recuperação de áreas degradadas e mananciais hídricos, inclusive de bosques energéticos com essências nativas em policultura
	A3 - Apoio a recuperação de áreas destinadas a cumprir a função de corredores ecológicos e/ou áreas de Reserva Legal
Área Temática B	**Fortalecimento e promoção dos produtos da sociobiodiversidade, paisagísticos, culturais e serviços ambientais**

Ações Estratégicas	B1 - Apoio ao extrativismo, beneficiamento, comercialização e promoção dos produtos da sociobiodiversidade, inclusive, aquática, incluindo produção artesanal;
	B2 - Apoio à melhoria da gestão e funcionamento de agroindústrias familiares
	B3 - Realização de estudos de viabilidade econômica e inserção no mercado de produtos da sociobiodiversidade
	B4 - Ecoturismo e turismo étnico/cultural de base comunitária
Área Temática C	**Práticas agroecológicas e promoção da segurança alimentar e nutricional**
Ações Estratégicas	C1 - Apoio a produção orgânica e de base agroecológica
	C2 - Apoio a ações de valorização de sementes tradicionais ou crioulas
	C3 - Implantação de quintais agroflorestais e horta em sistemas consociados, viveiros comunitários e apoio a produção agroecológica integrada sustentável.
Área Temática D	**Práticas agroecológicas e conservação dos recursos naturais**
Ações Estratégicas	D1 - Fomento ao plantio de mudas de espécies nativas e/ou frutíferas e manejo de solo, visando proteção ambiental e contenção de processos erosivos
	D2 - Fomento ao cultivo com espécies nativas e formação de Sistemas Agroflorestais, incluindo sistema agrosilvopastoril
	D3 - Enriquecimento de quintais produtivos com espécies nativas

As Manifestações de Interesse (MI) poderão contemplar mais de uma Ação Estratégica por Área Temática e podem, também, contemplar outras ações que não estejam citadas acima, desde que apresente sinergia com as Áreas Temáticas prioritárias definidas aqui neste edital.

O enquadramento e a descrição do investimento pleiteado deverão ser realizados no momento da inscrição da Manifestação de Interesse (MI), bem como, a estimativa de custo. A elaboração do Plano de Investimento e/ou Projeto Executivo será realizada após a seleção das Manifestações de Interesse vencedoras do Edital. A CAR/SDR disponibilizará recursos financeiros às Entidades vencedoras para a contratação de assessoria técnica especializada para este fim.

IV. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Poderão apresentar Manifestação de Interesse (MI) para este Edital, organizações representativas de Comunidades Quilombolas, sob a forma jurídica de associação ou cooperativa, legalmente formalizada há mais de 01 (um) ano, devendo ser constituídas, dirigidas e integradas por este segmento social e cuja finalidade, em sua essência, seja de representação dessas comunidades.

Constituem-se como público beneficiário desse Edital as 736 (setecentas e trinta e seis) Comunidades Remanescentes de Quilombos, localizadas no Estado da Bahia, de acordo com o que estabelece no Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reconhecidas, até junho de 2017, pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

Organizações representativas de Comunidades Quilombolas beneficiadas em outros Editais do Projeto Bahia Produtiva poderão concorrer a este Edital, desde que os beneficiários inscritos sejam outros.

V. FONTE, VALOR E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros, não reembolsável, destinados para este Edital, alcançarão o valor global de até R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado da Bahia e do Acordo de Empréstimo nº 8415-BR firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com a contrapartida dos beneficiários.

A meta prevista para este Edital é de financiar até 30 (trinta) Subprojetos Socioambientais, com limite máximo de investimento de até $ 300.000,00 (trezentos mil reais) por subprojeto. Poderá ser financiado um número de Subprojetos superior à meta, desde que existam Manifestações de Interesse aprovadas e o montante total de recursos do Edital não seja ultrapassado.

Serão selecionados até 05 (cinco) Subprojetos por Território de Identidade da Bahia, entre os melhores classificados até alcançar o valor disponibilizado para este Edital pela pontuação obtida em ordem decrescente.

VI. CONTRAPARTIDA

A contrapartida correspondente de cada Subprojeto demandado através da Manifestação de Interesse (MI) é de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total e deverá ser apresentada e demonstrada em recursos financeiros e/ou bens e serviços economicamente mensuráveis, devendo, neste último caso, os preços dos bens e serviços serem os comumente praticados no mercado.

As contrapartidas apresentadas devem ser descritas de forma detalhada e especificando o seu valor equivalente, a exemplo de mão de obra (dia/trabalho) na implementação dos Subprojetos, materiais de construção, o valor atual de insumos, máquinas, veículos, barcos, materiais e equipamentos que serão utilizados, operações de crédito recebidas pelos beneficiários integrantes, entre outras.

VII. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade para participação neste Edital são os relacionados a seguir:

a. As Entidades que se apresentem como proponentes das Manifestações de Interesse (MI) devem estar legalmente constituídas, com mais de 01 (um) ano de funcionamento e ter em sua composição e gestão representantes de Comunidades Remanescentes de Quilombos, dentre as 736 (setecentas e trinta e seis) Comunidades, localizadas no Estado da Bahia, reconhecidas, até junho de 2017, pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura;

b. As Entidades que se apresentem como proponentes das Manifestações de Interesse (MI) devem estar, obrigatoriamente, receptiva às ações de assessoria e assistência técnica e estar disponível para identificar e articular-se com as instituições e profissionais prestadores desses serviços, seja pré-existente ou a ser contratada;

c. As Entidades que se apresentem como proponentes das Manifestações de Interesse (MI) devem demonstrar contrapartida mínima obrigatória de 10% (dez por cento) do valor do Subprojeto;

d. Devem ser cumpridas as salvaguardas ambientais e sociais preconizadas no Projeto Bahia Produtiva, executado pela CAR/SDR;

e. Devem ser obtidas, caso necessário, as licenças ambientais exigidas ao funcionamento ou expansão do projeto apoiado, que deverão ser providenciadas após a aprovação da Manifestação de Interesse (MI);

f. Não deve constar na proposta investimentos destinados à construção de rede de distribuição de energia elétrica que ultrapasse o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

g. Deve ser comprovado que existe disponibilidade de fonte de água adequada, caso necessário, ao funcionamento das atividades do Subprojeto;

h. A Manifestação de Interesse (MI) deve alcançar a pontuação mínima de 230 pontos de acordo com o Barema deste Edital; i. Apresentação do Plano de Investimento e/ou Projeto Executivo, demonstrando sustentabilidade social e ambiental e, se couber, análise da viabilidade econômica e financeira. O Plano de Investimento e/ou Projeto Executivo deverá ser elaborado após a aprovação da Manifestação de Interesse (MI) de acordo com o estabelecido neste Edital.

VIII. ETAPAS DE INSCRIÇÃO, ANÁLISE E SELEÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE (MI)

1ª Etapa - Inscrição

A Entidade proponente da Manifestação de Interesse (MI) realizará inscrição mediante o preenchimento por meio de formulário disponível no sítio eletrônico da CAR/Projeto Bahia Produtiva (www.car.ba.gov.br).

O Proponente deverá, obrigatoriamente, anexar à Manifestação de Interesse (MI) todos os documentos solicitados neste Edital, com atenção adicional para os documentos que demonstrem atendimento dos critérios de elegibilidade constantes no Item VIII deste Edital.

Somente será aceita 01 (uma) Manifestação de Interesse (MI) por Proponente. No caso de apresentação de mais que uma Manifestação de Interesse será considerada no processo de análise e seleção aquela apresentada em primeiro.

As Manifestações de Interesse (MI) que não atenderem integralmente as condições estabelecidas ou que descumprirem os prazos estabelecidos neste Edital serão desclassificadas.

Ao final desta Etapa, as Manifestações de Interesse (MI) em conformidade com o Edital que alcançaram pontuação superior a 100 pontos, que não foram desclassificadas ou eliminadas, serão classificadas para a 2ª Etapa. A CAR/SDR

publicará em seu sítio eletrônico a relação com as Manifestações de Interesse (MI) classificadas para a 2ª Etapa do Edital.

2ª Etapa - Análise das Manifestações de Interesse pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeter)

As Manifestações de Interesse (MI) não eliminadas na 1ª Etapa, em virtude de terem atendido os critérios de elegibilidade descritos neste Edital e alcançado a pontuação mínima exigida, serão encaminhadas para a 2ª Etapa que consiste na análise e validação por parte do respectivo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), do Território de Identidade onde a Entidade proponente possua sede, para que, em reunião plenária ou através de reunião de uma Câmara Técnica, Comissão ou outra instância constituída para esta finalidade, possa fazer a análise e validação das Manifestações de Interesse.

A reunião do CODETER que fará a análise e validação das Manifestações de Interesse deve contar com a participação de um ou mais representantes do Conselho Estadual de Comunidades e Associações Quilombolas (CEAQ). Para garantir esta participação, o CODETER deverá manter contato com os membros do CEAQ com atuação nos Territórios de Identidade da Bahia, para agendamento da respectiva reunião.

A análise e validação por parte do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) será efetivado no sistema disponível no sítio eletrônico da CAR/SDR, aberto para acesso somente no prazo determinado por este Edital.

Esta 2ª Etapa atende um duplo objetivo: o primeiro deles é dar conhecimento e participação aos CODETER sobre as propostas apresentadas pelas Comunidades Quilombolas, através de suas organizações representativas, no sentido de atrair a atenção destas instancias colegiadas para as demandas e necessidades dessas Comunidades e a necessidade do aporte de políticas

públicas complementares. O segundo objetivo é garantir o efetivo controle social sobre o processo de execução do Projeto Bahia Produtiva e os investimentos realizados, permitindo acompanhamento e monitoramento dos recursos públicos por parte de instâncias colegiadas da sociedade.

Ao final desta Etapa, as Manifestações de Interesse (MI) serão ranqueadas de acordo com a pontuação acumulada nas duas primeiras etapas, conforme estabelecido no Barema. Somente as Manifestações de Interesse (MI) que acumularem a pontuação mínima de 150 pontos poderão ser classificadas para a 3ª Etapa.

Serão classificadas para a 3ª etapa um número de Manifestações de Interesses (MI) de até cinco vezes o número previsto de Subprojetos que serão selecionados por este Edital.

As Manifestações de Interesse (MI) que não alcançarem esta pontuação serão desclassificadas. A CAR/SDR publicará em seu sítio eletrônico a relação com as Manifestações de Interesse classificadas para a 3ª Etapa.

3ª Etapa - Visita de Campo

Esta 3ª Etapa do processo de seleção consiste na avaliação detalhada do conteúdo constante nas Manifestações de Interesse (MI). Esta Etapa se dará através de realização de Visita de Campo, que será organizada e conduzida pela Equipe Técnica da CAR/SDR.

Nesta Etapa, serão avaliadas e discutidas as informações constantes na proposta apresentada ao Edital. Aspectos relacionados à composição, consistência, abrangência, condicionalidades, potencialidades e resultados esperados pelos investimentos constantes na proposta apresentada na Manifestação de Interesse (MI) serão analisados. Serão verificadas, também,

as comprovações de atendimento às salvaguardas estabelecidas no escopo do Projeto Bahia Produtiva e a contrapartida obrigatória.

No fim desta Etapa, as Manifestações de Interesse (MI) serão ranqueadas de acordo com a pontuação adquirida acumulada nas três etapas, conforme estabelecido no Barema. As Manifestações de Interesse (MI) que acumularem a pontuação mínima de 195 pontos serão classificadas para a 4ª Etapa. As Manifestações de Interesse (MI) que não alcançarem essa pontuação serão desclassificadas. A CAR/SDR publicará em seu sítio eletrônico, a relação com as Manifestações de Interesse classificadas para a 4ª Etapa.

4ª Etapa - Análise das Manifestações de Interesse pelo Comitê Estadual de Avaliação Técnica

As Manifestações de Interesse (MI) aprovadas na etapa anterior serão analisadas nesta 4ª Etapa pelo Comitê Estadual de Avaliação Técnica, cuja constituição e funcionamento é de responsabilidade da CAR/SDR. As Manifestações de Interesse (MI) serão analisadas quanto ao atendimento dos critérios estabelecidos neste Edital, observado a consistência das propostas e as condições e comprovações constante nas Manifestações de Interesse.

Caso o Comitê Estadual julgue necessária a obtenção de alguma informação complementar ou ainda avalie algum equívoco no processo de seleção da proposta, esta será reenviada para uma nova visita de campo com o objetivo de responder as questões levantadas.

No fim desta Etapa, as Manifestações de Interesse (MI) serão ranqueadas de acordo com a pontuação adquirida acumulada nas quatro etapas, conforme estabelecido no Barema. As Manifestações de Interesse (MI) que acumularem uma pontuação mínima de 230 pontos serão classificadas para a 5ª Etapa. As Manifestações de Interesse (MI) que não alcançarem essa pontuação serão

desclassificadas. A CAR/SDR publicará em seu sítio eletrônico, a relação com as Manifestações de Interesse classificadas para a 5ª Etapa.

5ª Etapa - Seleção Final das Manifestações de Interesse e Divulgação do Resultado

Trata-se do processo final de seleção das propostas, após análise e pontuação obtida nas etapas anteriores, que indicarão a ordem de classificação das Manifestações de Interesse (MI), respeitando os recursos previstos. A relação contém as classificadas e habilitadas para efetivar os convênios e as que ficarão na suplência para o caso de Manifestações de Interesse classificadas não apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação do resultado final do Edital, os documentos exigidos.

O processo final de seleção será feita da seguinte forma:

a. Serão consideradas classificadas as Manifestações de Interesse que obtiverem acima de 230 pontos obtidos cumulativamente nas quatro etapas anteriores.

b. Serão selecionadas, conforme pontuação, um número de Manifestações de Interesse (MI) que, somados os valores, alcancem até o valor global previsto neste edital de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais);

c. Serão selecionados até 05 (cinco) Subprojetos por Território de Identidade da Bahia, entre os melhores classificados, pela pontuação obtida em ordem decrescente, até alcançar o valor disponibilizado para este Edital.

d. Serão consideradas classificadas e formarão um Grupo Reserva as Manifestações de Interesse (MI) que forem classificadas, mas não selecionadas;

e. Caso a quantidade de Manifestações de Interesse (MI) selecionadas não alcance o valor global deste Edital, será facultado à CAR/SDR convocar as Manifestações de Interesse (MI) classificadas que formaram o Grupo

Reserva, respeitando a pontuação obtida e a distribuição por Território de Identidade;

f. Caso ocorra empate entre as Manifestações de Interesse (MI), serão usados os seguintes critérios de desempate, respeitando a ordem:

- Será considerada vencedora a Manifestação de Interesse que obteve maior pontuação na 4ª Etapa (Análise das Manifestações de Interesse pelo Comitê Estadual de Avaliação Técnica);
- Persistindo o empate, será considerada vencedora a proposta que obteve maior pontuação na 3ª Etapa (Visita de Campo);
- Persistindo o empate, será considerada vencedora a proposta que obteve maior pontuação na 2ª Etapa (Análise pelo Colegiado Territorial).

g. Caso persista o empate, após aplicação dos critérios acima, caberá ao Comitê Estadual selecionar entre as Manifestações de Interesse as que serão aprovadas.

A CAR/SDR publicará em seu sítio eletrônico (www.car.ba.gov.br) a relação final com as Manifestações de Interesse selecionadas.

IX. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado da análise de todas as etapas das Manifestações de Interesse será divulgado no endereço eletrônico www.car.ba.gov. br em até 30 dias depois de concluídas cada uma das Etapas.

X. PLANO DE INVESTIMENTO

Os Subprojetos selecionados receberão apoio técnico e financeiro da CAR/SDR, através do Projeto Bahia Produtiva, para o desenvolvimento e elaboração do Plano de Investimento e/ou Projeto Executivo, com repasse de recursos através de convenio de custeio.

Uma vez elaborado o Plano de Investimento, será formalizado o Convênio de investimento entre a CAR/SDR e a Entidade Proponente da Manifestação de Interesse (MI). Os Subprojetos que necessitem de Projeto Executivo somente serão conveniados após a elaboração destes.

A execução do Convênio será de responsabilidade da Entidade Proponente com o acompanhamento técnico e a supervisão da CAR/SDR.

XI. PRAZOS

Etapas	Data/Período
Lançamento e divulgação do Edital	Fevereiro/2018
1ª Etapa: Inscrição no endereço eletrônico www.car.ba.gov.br	01/03/2018 a 06/04/2018
2ª Etapa: Análise das Manifestações de Interesse pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER)	16 a 27/04/2018
3ª Etapa: Visita de Campo	07 a 25/05/2018
4ª Etapa: Análise das Manifestações de Interesse pelo Comitê Estadual de Avaliação Técnica	28/05/2018 a 08/06/2018
5ª Etapa: Seleção Final das Manifestações de Interesse e Divulgação do Resultado	11 a 15/06/2018

O Formulário de Manifestação de Interesse para preenchimento estará disponível no endereço eletrônico www.car.ba.gov.br a partir do dia 01 de março de 2018.

XII. ITENS NÃO FINANCIADOS PELO PROJETO BAHIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Acordo de Empréstimo nº 8415-BR firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para execução do Projeto Bahia Produtiva, os itens abaixo descritos não podem ser financiados por este Edital:

- Agroindústria de produção e/ou beneficiamento de bebidas alcoólicas;
- Plantio e/ou beneficiamento de tabaco e seus derivados;
- Construção, ampliação e/ou reforma de templos religiosos, sedes de partidos políticos, sede de entidades comunitárias e de sindicatos;
- Aquisição de ambulâncias e/ou veículos não utilitários;
- Aquisição de terreno;
- Aquisição de animais de grande porte para cria, recria ou engorda, excetuando-se animais de serviço;
- Atividades em imóveis rurais que estejam com situação fundiária indefinida;
- Outros itens que estejam, considerados pelo Comitê Estadual, em desacordo com os objetivos do Projeto.

XIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

A apresentação da Manifestação de Interesse (MI) ao Edital de Chamada Pública nº 011/2017 não se constitui em responsabilidade automática da CAR/SDR em firmar convênio, sendo uma mera expectativa de direito, condicionada às diversas etapas constantes neste Edital, onde estão previstos análises e pareceres técnicos visando garantir a transparência, a participação e o controle social em todo o processo.

A assinatura dos Convênios, bem como, a transferência de recursos, está condicionada à análise de viabilidade técnica indicada pelos Planos de Investimentos a serem elaborados para cada uma das Manifestações de Interesse (MI) aprovadas na seleção final.

As informações que constam nas Manifestações de Interesse (MI) são de exclusiva responsabilidade dos proponentes, cabendo à CAR/SDR o direito de indeferir quanto à aceitação dessa Manifestação caso hajam irregularidades nas informações fornecidas. A CAR/SDR se reserva ao direito, também, de realizar a conferência dessas informações.

As propostas submetidas a este Edital que forem eliminadas ou classificadas e não selecionadas em razão da limitação de recursos financeiros, poderão ser reapresentadas nos editais seguintes, atendendo todas as etapas e critérios de seleção, sem privilégios ou prioridades.

Serão indeferidas as Manifestações de Interesse (MI) que não se enquadrem nas exigências contidas neste Edital.

As Entidades Proponentes das propostas selecionadas e aprovadas deverão apresentar, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, os seguintes documentos para celebração de convênio: a. Cópia da Ata de Fundação e suas alterações registradas;

b. Cópia do comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c. Cópia do Estatuto Social (ultima versão);

d. Cópia da Ata de eleição e posse da atual diretoria;

e. Cópia do RG e CPF do/a representante legal da Entidade;

f. Certidão de Regularidade no SICON;

g. Certidão Negativa de Débitos FGTS;

h. Certidão Negativa de Débitos INSS;

i. Certidão Negativa de Débitos Dívida Ativa com a União;

j. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

k. Certidão Negativa de Débitos Fazenda Estadual;

l. Certidão Negativa de Débitos Fazenda Municipal;

m. Projeto Técnico e Executivo para o caso de Subprojeto que contenha investimentos que não estejam alinhados com as Áreas Estratégicas a serem apoiadas pelo Projeto, desde que apresente sinergia com as Áreas Temáticas prioritárias relacionados no Item III deste Edital;

n. Documento de comprovação da titularidade da área, devidamente registrado, para Subprojeto que tenha previsão de obras civis ou hídricas (Termo de Comodato, Termo de Cessão de Uso, Escritura Pública ou Termo de Doação).

Após este prazo, é facultado à CAR/SDR o direito de cancelar a seleção e convocar a Manifestação de Interesse (MI) classificada e integrante do Grupo Reserva, respeitando a ordem de classificação, conforme os regramentos do Edital.

A CAR/SDR prestará os esclarecimentos necessários sobre este Edital por meio de sua representação nos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF) e na sede da Empresa, localizada na Avenida 2, nº 250, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador/BA, ou ainda pelo correio eletrônico **duvidasdoedital11@car.ba.gov.br**. Os casos omissos no presente Edital serão decididos pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Os Subprojetos selecionados por este Edital serão conveniados no prazo máximo de 06 (seis) meses, após a elaboração do Plano de Investimentos, que se iniciará imediatamente após a divulgação do resultado final, sendo considerado prescrito após esse período, não restando à CAR/SDR qualquer

obrigatoriedade para conveniamento, salvo por impedimento justificável, devidamente submetido e aceito pela Coordenação do Projeto Bahia Produtiva.

O prazo de execução dos convênios a serem firmados com as entidades selecionadas será de até 03 (três) anos, prorrogáveis, conforme legislação vigente e de acordo com a natureza dos investimentos.

XIV. ANEXOS

Anexo 01 – Modelo de Manifestação de Interesse (MI) para apresentação de Subprojetos Socioambientais

Anexo 02 – Salvaguardas Ambientais e Sociais do Projeto Bahia Produtiva

Anexo 03 – Barema de Pontuação

Anexo 04 – Modelo de Declaração de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Os Anexos deste Edital estão disponíveis no site da CAR ***(www.car.ba.gov.br)***.

INFORMAÇÕES

Serviço Territorial de Apoio à Agricultura

Familiar – SETAF
Sede da CAR em Salvador

Av. Luiz Viana Filho, Segunda Avenida do Centro Administrativo da Bahia, Conjunto Seplan, Salvador – BA – Tel.: 071 3115-3940 – 3115-3941

Acesse o Projeto Bahia Produtiva no site da CAR:
www.car.ba.gov.br

ANOTAÇÕES

_____

_____

_____

_____

TEMPO/dxp

BAHIA MAIS FORTE

PROJETO BAHIA PRODUTIVA

GRUPO BANCO MUNDIAL

CAR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO 4

PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA NA PESQUISA - UFSB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REMANESCENTES DO QUILOMBO DO FÔJO, ITACARÉ BA: IDENTIDADE ÉTNICA, CONFLITOS E ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA RECENTES.

Pesquisador: Geomara Pereira Moreno Nascimento **Área Temática:**

Versão: 4

CAAE: 36482220.9.0000.8467

Instituição Proponente:UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.483.676

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa que se propõe a investigar "a relação entre Identidade Étnica, Conflitos de variadas espécies e o acesso às Políticas Públicas de Inclusão Produtiva recentes, pelos remanescentes do Quilombo do Fôjo, nas suas práticas laborais cotidianas em Itacaré/BA. Buscar-se-á caracterizar social, econômica e culturalmente a identidade étnica dos remanescentes do quilombo do Fôjo, as mudanças ocorridas na constituição e permanência identitária, os inerentes conflitos relativos (in) sustentabilidade do remanescente, ocorridas pelas inerentes restrições ou facilidades ao seu acesso aquelas políticas públicas referidas. Além de se verificar as formas de organização econômica, social e cultural, praticadas pelos remanescentes, sejam assertivas, negacionistas ou em 'fricção étnica' do 'amálgama' de identidade étnica quilombola. Assim, se poderá inferir como os remanescentes, nas práticas de uso pretéritos e atuais dos seus recursos naturais, costumes e tradições as incorporam identitariamente e fomentam seu acesso as recentes políticas públicas de inclusão social e produtiva na Bahia. Fundamenta-se teoricamente nas obras de Banton, Barth, Joel Candau, Chayanov, Geertz, Carvalho, Moura, Henri Acselrad, que conceituam remanescentes de quilombos também entendidos como camponeses entre outras autodenominações, nos aspectos de identidade étnica e conflitos não só socioambientais. No arcabouço sócio-político jurídico relativo as Políticas Públicas, além da Constituição Federal, 1988, diversos pareceres internos do INCRA e o Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola do

Fôjo, (INCRA,2015), se utilizará Haesbert, Halbawchs, além de Análise de Conteúdo (Bardin) das Manifestações de Interesses aos Editais de Inclusão Produtiva pela sua Associação. A metodologia a se utilizar na coleta dos dados será a documental e qualitativa, por via remota, dado as condições da Pandemia COVID 19, pautada em Haguette, Poupart. Os participantes da pesquisa serão prioritariamente os moradores mais antigos e as lideranças da comunidade. Só farão parte da investigação os remanescentes que residam no quilombo, pois essas relações cotidianas, seja com o território, com a cultura e demais aspectos, dentro do quilombo, são mais fidedignas entre os que convivem no território".

Objetivo da Pesquisa:

2.1 Geral

Caracterizar social, econômica e culturalmente as mudanças na identidade étnica dos remanescentes do quilombo do Fôjo, os conflitos ocorridos na ocupação territorial e as restrições ou facilidades ao acesso as políticas públicas recentes de inclusão produtiva, no preenchimento dos critérios dos Editais e elaboração das manifestações de interesses.

2.2 Específicos

Analisar os aspectos de manutenção e mudanças na identidade étnica dos remanescentes do quilombo do Fôjo, conforme suas práticas cotidianas de organização da produção e disputas nas religiosidades;

Identificar os conflitos socioambientais e de disputas econômicas, estimuladoras a se produzir para autoconsumo e para o mercado;

Verificar as facilidades ou restrições ao acesso as políticas públicas de inclusão produtiva, conforme as Manifestações de Interesse aos Editais Promulgados, segundo as mudanças na identidade étnica e conflitos ambientais elucidados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

“Os participantes da pesquisa, podem sofrer processos de intimidações, isso porque os temas abordados estão intimamente ligados a memória, desse modo, caso se sintam desconfortáveis para continuar, encerraremos essa etapa da pesquisa e buscaremos outros métodos para continuar, como a pesquisa documental. Considerando também, que estamos vivendo tempos atípicos e pandêmicos, onde aspectos psicológicos das pessoas estão afetados, por conta do isolamento e distanciamento social, também pode ser considerado um fator de risco para esta pesquisa, caso ocorram situações intimidatórias decorrente desse momento, buscaremos dirimir os possíveis riscos que podem ser gerados, em relação a esse tipo de entrevista, encaminharemos previamente um roteiro das questões por meio de WhatsApp ou email para familiarização, em linguagem de fácil compreensão, de forma a checar se os participantes

entenderam ou se optarão por maiores esclarecimentos, salientando que todas as etapas serão discutidas online com a comunidade e poderá ser refeito pelas sugestões coletivas advindas. Acreditamos que a sistematização metodológica criteriosa e previamente acordada a partir das entrevistas, além de oferecermos o acesso prévio ao texto escrito para anuência dos entrevistados podem sanar esses percalços. Por fim, ainda assim, caso haja intercorrências e abalos emocionais, a entrevista será prontamente suspensa se ocorrer alguma suspeição de risco emocional para os entrevistados".

Benefícios

"Contribuir para manter viva a história do quilombo do Fôjo, e de Alfredo Gomes, escravizado na época do período escravocrata, em um ato considerado como "rebeldia", fugiu do engenho que vivia sob domínio colonial, e fundou o quilombo do Fôjo. Essa história de resistência e luta não pode ficar esquecida. Pretende -se manter essa memória ancestral viva no quilombo para vindouras gerações, por meio de processos educacionais formais e não formais, materializados em forma de cartilhas e um portfólio onde será relatada a história do quilombo, notadamente nos seus processos de inclusão produtiva."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A partir de mensagens escritas e em áudio no Whatsapp ou telefone, a pesquisadora se propõe a entrevistar 11 participantes (5 moradores mais antigos e 6 lideranças da comunidade) Quilombolas do Fôjo localizada em Itacaré-Ba. A abordagem qualitativa e documental advém tanto da análise do material da entrevista semiestruturada, quanto dos documentos que serão colhidos nas escolas presentes na comunidade. O objetivo é caracterizar social, econômica e culturalmente a identidade étnica dos remanescentes do quilombo do Fôjo, bem como identificar os conflitos ocorridos na ocupação e as restrições ou facilidades ao acesso às políticas públicas recentes de inclusão produtiva, tais como preenchimento dos critérios de editais e na elaboração de manifestações e interesses. A pesquisa se constrói a partir das etapas que seguem: a) estudo teórico das obras de Banton, Barth, Candau, dentre outras bases; b) listar as lideranças e pessoas mais idosas moradoras do Fôjo e realizar entrevistas semiestruturadas via a celular. Neste período será utilizado "um roteiro de questões para detecção da permanência ou mudanças na identidade étnica, além da identificação dos conflitos ambientais quanto a organização produtiva e disputas na hegemonia ou esvaziamento de religiosidades afro diante dos avanços das práticas evangélicas"; c) "se levantará como tais condicionantes identitários e os conflitos associados, restringem ou facilitam o acesso aos Editais de inclusão produtiva publicizados pelo Governo do Estado Baiano". Com base nas informações obtidas com a comunidade e por meio do material bibliográfico, será produzido um manual/cartilha Retificador de Elaboração dos Editais de Inclusão produtiva de Quilombolas" e será criado um Fórum online dos remanescentes do Quilombo do Fôjo, em linha direta com os formuladores das Políticas Públicas De Inclusão Produtiva / Consultores para elaboração das Manifestações de Interesses aos específicos Editais, aplicáveis futuramente à comunidade quilombola do Fôjo e outras comunidades tradicionais.

Critérios de inclusão apontados:

“Os participantes da pesquisa serão prioritariamente os cinco moradores mais antigos e as seis lideranças da comunidade que são da diretoria da Associação do quilombo, e que residam no quilombo, pois essas informações só serão fidedignas com relatos dos que vivem no território demarcado”.
Os critérios de Exclusão apresentados são:

Serão excluídos da pesquisa “os moradores mais antigos e lideranças que estejam acometidos com problemas de saúde de cunho psicológico”.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de Rosto: OK

Termo de Anuência: OK

Currículo dos Pesquisadores: OK

Cronograma: OK

Orçamento: OK e será custeado pela pesquisadora

TCLE: OK

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pelo exposto, parecer Aprovado!

Considerações Finais a critério do CEP:

Dúvidas deverão ser retiradas diretamente com o CEP/UFSB, neste momento de pandemia, somente pelo email institucional (cep@ufsb.edu.br)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1607865.pdf	19/12/2020 00:47:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	19/12/2020 00:45:36	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	19/12/2020 00:44:55	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	11/11/2020 13:42:39	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	13/10/2020 22:44:14	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
Outros	CURRICULO.pdf	06/08/2020 18:06:51	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito

Folha de Rosto	ROSTO.pdf	06/08/2020 17:48:41	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
Outros	Lattes.pdf	05/08/2020 21:30:02	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
Outros	AUTORIZACAO.doc	05/08/2020 20:54:27	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.doc	05/08/2020 20:36:54	Geomara Pereira Moreno Nascimento	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

TEIXEIRA DE FREITAS, 23 de Dezembro de 2020

Assinado por:
RAFAEL ALEXANDRE GOMES DOS PRAZERES
(Coordenador)